



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

VINICIUS HENRIQUE DOS SANTOS

**O FAZER CIDADE DAS PROSTITUTAS:  
INVASÃO, OCUPAÇÃO INSISTENTE E A INSTALAÇÃO DA  
PROSTITUIÇÃO EM REGIÕES MORAIS DE LONDRINA**

---

Londrina  
2023

VINICIUS HENRIQUE DOS SANTOS

**O FAZER CIDADE DAS PROSTITUTAS:  
INVASÃO, OCUPAÇÃO INSISTENTE E A INSTALAÇÃO DA  
PROSTITUIÇÃO EM REGIÕES MORAIS DE LONDRINA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGSOC), do Departamento de Ciências Sociais, do Centro de Letras e Ciências Humanas (CLCH), da Universidade Estadual de Londrina - UEL, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Kulaitis

Londrina  
2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da U

dos Santos, Vinicius Henrique.

O fazer cidade das prostitutas: : invasão, ocupação insistente e a instalação da prostituição em regiões morais de Londrina / Vinicius Henrique dos Santos. - Londrina, 2023.  
102 f. : il.

Orientador: Fernando Kulaitis.

Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2023.

Inclui bibliografia.

1. prostituição - Tese. 2. putafeminismo - Tese. 3. território - Tese. 4. estigma - Tese. I. Kulaitis, Fernando. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. III. Título.

CDU 316

VINICIUS HENRIQUE DOS SANTOS

**O FAZER CIDADE DAS PROSTITUTAS:  
INVASÃO, OCUPAÇÃO INSISTENTE E A INSTALAÇÃO DA  
PROSTITUIÇÃO EM REGIÕES MORAIS DE LONDRINA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGSOC), do Departamento de Ciências Sociais, do Centro de Letras e Ciências Humanas (CLCH), da Universidade Estadual de Londrina - UEL, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientador: Prof. Dr. Fernando Kulaitis  
Universidade Estadual de Londrina – UEL

---

Prof. Dra. Letícia Figueira Moutinho Kulaitis  
Universidade Estadual de Londrina – UEL

---

Prof. Dr. Márcio Ferreira de Souza  
Universidade Federal de Uberlândia – UFU

Londrina, 28 de abril de 2023.

## AGRADECIMENTOS

Mais do que agradecer, eu quero destilar minhas emoções sobre aqueles que insistem em acreditar no potencial de pessoas que nasceram no campo dos que perdem, dos que sofrem, dos que medram como flor na pedra, assim como eu. Hoje, minha vida é um grão de areia engrandecido pela união dessas pessoas e agora as registro entre as páginas deste enorme palco acadêmico, pois não cheguei e não chegaria até aqui sozinho.

Para desenvolver esta pesquisa eu contei com a ajuda do orientador de meus estudos, professor Fernando Kulaitis, quem sempre manifestou paciência entre as correções dos meus textos e firmou comigo um singelo tratado sobre a delicadeza de produzir conhecimento em tempos difíceis, agradeço por não soltar a minha mão. Também agradeço a professora Rosângela Vieira, a primeira a me estender a mão e me ajudar a abrir as cortinas dos espetáculos que aconteciam na universidade, um lugar que sempre foi distante para mim.

Agradeço a Thalita e Raquel, pessoas que me mostraram que a Universidade Estadual de Londrina era logo ali e que eu poderia entrar. Obrigado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual de Londrina, em corpo docente, discente e políticas de ações afirmativas e fomento à pesquisa, principalmente a essa última, que sem ela, viabilizada pela CAPES/DS, essa pesquisa não tomaria forma, obrigado por me receberem tão bem.

Obrigado ao Maurício e Gabriel, pessoas queridas que dividi espaços, afetos e risadas entre as paredes de nossa casa. Aos amigos que Londrina me deu, Felipe, Jorge, Beatriz, Mariana e Fátima, agradeço e abraço vocês pelo ânimo que me deram em momentos de solidão na “cidade jardim”. Obrigado as amigas de outras cidades, as que ficaram, torceram e sempre me esperam voltar, Gisele, Vivian, Amanda, Lara e Vanusa, por onde eu for quero ser par de cada uma.

Agradeço a Sandra, seus jardins e suas oliveiras, porque amo sua família e a acolhida que você me dá. Obrigado Stephen por escolher me acompanhar e me amar nos dias difíceis, com vocês conheci o que era descanso e o significado da palavra família, assim também agradeço minha irmã Bruna e minha mãe Regina, que sempre torceram por esses e outros momentos que chegaram.

Obrigado aos professores que doarão uma parte de seu tempo na leitura crítica desse texto, isso já significa muito e tenho certeza que as contribuições a serem feitas terão muito valor. Aproveito para agradecer os professores que me ensinaram a ler e a escrever uma pesquisa, da Escola Estadual Bispo de Jundiaí-SP à UNESP, campus de Marília-SP.

Por fim, agradeço a Taisa e Eduardo, grandes amigas que me fizeram rir entre as dificuldades e os momentos difíceis. Sem vocês eu não teria ânimo ou folego para continuar, mas eu precisava de vocês, especialmente, aqui, no final pra encerrar essas cortinas, apagar as luzes e rir, gargalhar, longe deste mesmo palco. Agradeço e me despeço, quem sabe algum dia eu volte para continuar.

“E me disseram que cabaré ia fechar/Maria Padilha veio aqui e bateu no peito/Me disse: moço, me espere lá/Se cabaré fechar, eu vou mandar abrir/Abre, abre, cabaré, Maria Padilha está aqui”.

## RESUMO

SANTOS, Vinicius Henrique dos. **O fazer cidade das prostitutas: invasão, ocupação insistente e a instalação da prostituição em regiões morais de Londrina.** 2023. 100 f. Dissertação, Programa de Pós-Graduação em Sociologia – Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2023.

O jornalismo hegemônico da cidade de Londrina, norte do Paraná, revela diferentes perspectivas acerca do seu território. Londrina foi planejada como “cidade jardim” pela Companhia de Terras Norte do Paraná, na década de 1930, e essa representação foi destacada pelos poderes públicos até os anos 1950, quando também ganhou status de “capital mundial do café”. Mas, desde o princípio, prostitutas e clientes do mercado sexual tensionaram e produziram outras representações sobre essa cidade a procura da “capital da boêmia” no Estado. A dissertação examina quais fatores ora fazem Londrina uma “cidade jardim” e ora fazem dela uma “capital boêmia”, a fim de compreender as ações e os códigos que organizam e segregam o espaço urbano segundo cada concepção. Para tanto, mobiliza-se o conceito de *fazer cidade*, conforme Agier (2015), sobre o movimento realizado pelos grupos na cidade que elaboram e disseminam a imagem de ambas as cidades ideais, e, com ênfase nas trabalhadoras sexuais, interpreta-se como se organizam os territórios de prostituição na região central e analisa-se as táticas de controle e permissibilidade sobre esse território promovida por setores públicos, políticos e sociais em seus respectivos movimentos na cidade. Pretende-se, por fim, aplicar o modelo explicativo de *estabelecidos e outsiders*, conforme Elias (2000), para a visualização desses movimentos que segregam a cidade e que sob um equilíbrio instável de poder nos espaços de tradição, autoridade e influência tensionam, proíbem e/ou permitem as reivindicações de *direito à cidade* das prostitutas fora dos territórios de prostituição, corroborando para a formação de *regiões morais*, em uma atualização do conceito de Robert Park (1967) sob o diálogo com os demais autores.

**Palavras-chave:** prostituição; fazer-cidade; putafeminismo; território; estigma.



## ABSTRACT

SANTOS, Vinicius Henrique dos. **City-making of prostitutes:** invasion, insistent occupation and the installation of prostitution in moral regions of Londrina. 2023. 100 P. Dissertação, Programa de Pós-Graduação em Sociologia – Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2023.

The hegemonic journalism of the city of Londrina, north of Paraná, reveals different perspectives about its territory. Londrina was planned as a “garden city” by the Companhia de Terras Norte do Paraná, in the 1930s, and this representation was highlighted by public authorities until the 1950s, when it also gained the status of “world capital of coffee”. But, from the beginning, prostitutes and clients of the sex market tensioned and produced other representations about this city in search of the “capital of bohemia” in the State. The dissertation examines which factors sometimes make Londrina a “garden city” and sometimes make it a “bohemian capital”, in order to understand the actions and codes that organize and segregate the urban space according to each conception. To this end, the concept of making the city is mobilized, according to Agier (2015), on the movement carried out by groups in the city that elaborate and disseminate the image of both ideal cities, and, with emphasis on sex workers, it is interpreted as the territories of prostitution in the central region are organized and the tactics of control and permissibility over this territory promoted by public, political and social sectors in their respective movements in the city are analyzed. It is intended, finally, to apply the explanatory model of established and outsiders, according to Elias (2000) for the visualization of these movements that segregate the city and that under an unstable balance of power in the spaces of tradition, authority and influence tension, prohibit and /or allow claims of the right to the city of prostitutes outside the territories of prostitution, corroborating the formation of moral regions, in an update of the concept of Robert Park (1967) in dialogue with other authors.

**Key-words:** prostitution; make-city; putafeminism; territory; stigma.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Rua Rio Grande do Sul, atual Rua Brasil, a primeira invasão das prostitutas em Londrina .....	38
<b>Figura 2</b> – O encontro do centro com a Vila Matos .....	45
<b>Figura 3</b> – Avenida Leste-Oeste.....	70
<b>Figura 4</b> – Prostituição na imprensa contemporânea .....	87

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> – Guetos na história vista de baixo de Londrina .....	48
<b>Quadro 2</b> – Fontes jornalísticas acerca dos movimentos urbanos da prostituição.....	51
<b>Quadro 3</b> – Fazer cidade das prostitutas em meio a pandemia de Covid 19.....	80

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

- LGBTQIAP+ Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Transgêneros, Travestis, Queer, Intersexual, Assexual, Pansexual.
- CTNP Companhia de Terras Norte do Paraná

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>1 PROSTITUIÇÃO E PROSTITUTAS NO ESPAÇO URBANO DE LONDRINA</b> .....	24
1.1 A INVASÃO DO MERCADO SEXUAL EM LONDRINA: SOBREVIVÊNCIA EM UM DISTANCIAMENTO .....	26
1.1.2 A partir da invasão: permissibilidade e as funções sociais da prostituição .....	34
1.2 DO CENTRO À VILA MATOS E DA VILA MATOS AO CENTRO: A PRESENÇA INSISTENTE DAS PROSTITUTAS EM ZONAS, GUETOS OU EM REGIÕES MORAIS?. .....	37
1.3 UM OLHAR A LONGO PRAZO: AS TRANSFORMAÇÕES URBANAS DA PROSTITUIÇÃO A PARTIR DA INSTALAÇÃO .....	50
<b>2 FAZER CIDADE NA FIGURAÇÃO ESTABELECIDOS E OUTSIDERS</b> ...56	
2.1 ENTRE AS TRANSFORMAÇÕES URBANAS: RECONHECIMENTO PROFISSIONAL E O FEMINISMO PROTAGONIZADO PELAS PROSTITUTAS.....	68
2.2 IDENTIDADE SOCIAL E PROFISSIONAL: OS MOVIMENTOS URBANOS A PARTIR DA INSTALAÇÃO .....	73
<b>3 A FORMAÇÃO DE UMA REGIÃO MORAL: MORALIDADES TERRITORIAIS E PROSTITUIÇÃO EM LONDRINA</b> .....	80
3.1 PROSTITUIÇÃO E ESPAÇO URBANO: A DIFÍCIL VIDA FÁCIL DAS PROSTITUTAS EM TEMPOS DE PANDEMIA .....	84
3.2 PROSTITUIÇÃO E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL.....	89
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	94
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	98

## INTRODUÇÃO

[...] na época ninguém queria saber, nós éramos só aquelas pessoas que viviam a noite, nunca de dia, nós não éramos queridas de dia, nós éramos queridas e lindas a noite, mas de dia a gente não poderia sair na rua, isso é um tipo de uma escravidão, ali do sexo, escrava do sexo fomos, a sociedade que nos levou a isso e hoje vejo de novo acontecendo a mesma coisa, a sociedade retornando neste retrocesso [...] (Christiane Lemes, depoimento para o curta-metragem “Meu amor, Londrina é trans e travesti” de 2019)

Esse relato foi elaborado por Christiane Lemes, ativista e uma das principais colaboradoras da ONG Adé-Fidan<sup>1</sup> na cidade de Londrina, para o curta-metragem “Meu amor, Londrina é trans e travesti” (2019), que idealizado por ela, teve o objetivo de resgatar a história e a memória da militância trans e travesti em Londrina, norte do Paraná.

Não assisti a vida noturna londrinense entre as décadas de 70 e 2000 acompanhado por Lemes, Marla Rocha, Vanessa Murça, Melissa Campus ou Edison Bezerra<sup>2</sup>. Porém, fico imaginando cada uma dessas pessoas em suas tentativas de exercer o direito de ir e vir durante o dia em Londrina, ou melhor dizendo, seus ativismos para que a população LGBTQIAP+ e, principalmente, trabalhadoras sexuais, também pudessem ser “queridas de dia” e não só “queridas e lindas a noite”, reivindicando direito à cidade em busca da superação dessa “escravidão do sexo”, que segundo Lemes, já aconteceu e agora retorna a paisagem dessa cidade, popularmente conhecida como “cidade jardim”.

Mas, por qual motivo algumas pessoas, especialmente, mulheres trans, travestis e trabalhadoras sexuais, eram queridas e lindas a noite e não poderiam sair

---

<sup>1</sup> A ONG Adé-Fidan (que em nagô significa homem de fino trato) se destacou na cidade de Londrina por 18 anos. Entre as décadas de 1990 e 2000 a entidade trabalhou junto a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), Ministério da Saúde e programas municipais e estaduais de prevenção a ISTs/Aids para a promoção da cidadania de pessoas LGBTQIAP+ e sobretudo, prostitutas de Londrina e região (LEÃO, 2007).

<sup>2</sup> Christiane Lemes, Marla Rocha, Vanessa Murça, Melissa Campus e Edson Bezerra compõem um grupo de ativistas a favor da cidadania da população LGBTQIAP+ e, especialmente, de travestis trabalhadoras sexuais na cidade de Londrina. As histórias de seus ativismos na cidade também estão registradas no curta-metragem “Meu amor, Londrina é trans e travesti” (2019).

de dia na cidade de Londrina? Aliás, eram ou continuam sendo queridas exclusivamente à noite? Esse é um fenômeno que compõe a segregação urbana em Londrina? Como podemos caracterizar territórios cujos limites expressam-se na marcha de quem transita durante períodos noturnos ou diurnos?

Essas perguntas não são específicas do referido curta-metragem, mas emanam dele, entre uma fala e outra das ativistas participantes do curta sobre a falta de direitos da população LGBTQIAP+ e de cidadania para prostitutas em Londrina, faltas que gestaram ativismos na cidade. Minha curiosidade se ascendeu sobre a relação desses grupos com o território urbano de Londrina, um território aparentemente permissível às prostitutas (ou a quem pudesse ser confundido com elas) durante noite, mas de trânsito quase restrito durante o dia.

Por isso, as questões elencadas sou eu quem abro como estímulo de investigação sobre as ações e os códigos que organizam e segregam o espaço urbano de Londrina de acordo com concepções específicas do que significa essa cidade. A Companhia responsável pelo planejamento e a construção de Londrina, a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), projetou a malha urbana dessa cidade inspirada nas ideias de Ebenezer Howard (1996), próxima ao modelo de “cidade jardim”, sinônimo de ordem, hierarquia e progresso, que poderes públicos e grandes fazendeiros lideraram sua expansão até o status de “capital mundial do café” nos anos 1950 (BARNABÉ, 1989; BENATTI, 1996).

Os termos “cidade jardim” e “capital mundial do café” não são palavras meramente descritivas, elas significam um horizonte a ser alcançado pelas populações que as evoca, como se referiu Lefebvre (2009 apud AGIER, 2015, p. 484), às cidades ideais, são concepções que preenchem de sentidos os apelos e as exigências dos grupos que reivindicam o *direito à cidade* em Londrina. Lefebvre (2009 apud TAVOLARI, 2016, p. 104) definiu *direito à cidade* como um apelo e como uma exigência, mas David Harvey (2011 apud AGIER, 2015, p. 483), alertou que direito à cidade possui então, um significante vazio, pois indica alguma coisa que por si mesma não existe, visto que tudo dependerá de quem lhe confere sentidos, significados e interpretações.

O objeto de estudo desta pesquisa é o que Agier (2015, p. 484) apontou como algo passível de descrição ao estudar o *direito à cidade* dos cidadãos, no caso do

direito a cidade das prostitutas em Londrina, trata-se discutir de que, de qual sentido e de que matéria, isto é, de quais ações, de quais códigos e de que concepção, são preenchidos os significantes vazios denominados “direito à cidade” que orientam os movimentos de *fazer cidade* das trabalhadoras sexuais na malha urbana londrinense.

O conceito de *fazer cidade* é operacionalizado nesta pesquisa a partir da descrição de três momentos que produzem o espaço urbano e a cidade sob o ponto de vista das práticas das prostitutas: (1) a invasão como desobediência a legalidade; (2) a ocupação persistente e (3) a instalação dos grupos. A soma desses três movimentos resulta em transformações urbanas que alteram a percepção dos grupos sobre as trabalhadoras sexuais na cidade de Londrina e ainda conformam os ideais que embasam suas reivindicações de *direito a cidade*. E a descrição deste conjunto de movimentos permite interpretar as relações de poder que interpelam a presença e os agires urbanos das trabalhadoras sexuais nas cidades, bem como, a segregação urbana a partir da prostituição, que limita ou impede essa população de ser “querida” de dia, como se referiu Christiane Lemes no relato que abre essa introdução.

Revisar a bibliografia que se dedicou em analisar as relações do mercado sexual com a cidade de Londrina e levantar dados de matérias e notícias on-line, tornaram-se, nesta pesquisa, uma tarefa fundamental para identificar os processos que levaram as trabalhadoras sexuais, dissidentes do anseio por uma “cidade jardim”, para fora da legalidade, ou seja, sem a “permissão” para transitar livremente pelos espaços urbanos em quaisquer horários como a população participante do anseio de uma “cidade jardim”. A fim de localizar e descrever os movimentos de *fazer cidade* das trabalhadoras sexuais, recorri a duas obras historiográficas que versaram sobre as relações da prostituição com a cidade de Londrina ao longo dos anos 1930 e 1970, são elas: “O centro e as margens: Boemia e prostituição na ‘capital mundial do café’ (Londrina: 1930-1970) de Antônio Benatti (1996) e “Noites ilícitas: histórias e memórias da prostituição” de Edson Holtz Leme (2018).

Para Michel Agier (2015), a cidade é feita essencialmente de movimento, ou seja, *fazer cidade* implica práticas, ações e ocupações no espaço urbano constituídas de sentido e que são atrelados a uma dinâmica relacional (com certa continuidade) entre pólos urbanos tidos como centrais ou marginais na malha urbana. O *fazer cidade* de Londrina das prostitutas é inserido no modelo explicativo *estabelecidos e outsiders* de Norbert Elias (2000) a fim de que seja possível visualizar as dinâmicas de poder



do centro *estabelecido*, isto é, a CTNP, poderes públicos e grupos representantes, que apelam por uma “cidade jardim”, que interpelam os movimentos de *fazer cidade*, das de fora desse grupo, isto é, as *outsiders* prostitutas, que tensionam os limites da cidade hegemônica a favor de uma “cidade boêmia”.

A abordagem metodológica de Michel Agier (2015) é fio condutor dessa discussão, pois ela permite que eu renuncie qualquer definição *a priori* de Londrina, tomando-a como um objeto de construção e desconstrução contínua, observando-a a partir do ponto de vista das práticas, das relações e das palavras que os cidadãos encarnam sobre o real. Mas, tal abordagem recebe uma ampliação ao ser relacionada a outras teorias, como as produzidas por Elias (2000; 1992) e por Robert Park (1967). O modelo *estabelecidos e outsiders* favorece a perspectiva relacional do *fazer cidade* das prostitutas, que se inicia na invasão do grupo de espaços de fronteira da “cidade jardim”, permitindo a interpretação de tensões, barreiras e permissibilidades entre grupos hegemônicos e trabalhadoras sexuais, que não só apontam para a divulgação da política que impulsiona a existência da cidade como também a divulgação de processos que constituem a liberação das restrições impostas pela civilização no espaço urbano mediadas pela prostituição.

Em outras palavras, esta dissertação persegue o vazio deixado pela “cidade jardim”, isto é, aqueles ambientes isolados, que se referia Robert Park (1967, p. 64), onde os impulsos, as paixões e os ideais vagos e reprimidos se emancipam da ordem moral dominante (a “cidade jardim”) e dá vazão a sua negação: a “capital boêmia”, marcada pela prostituição. Segundo Agier (2015, p. 487), este é o ponto de observação ideal: o movimento de passagem de um estado a outro, que no caso desta pesquisa, acontece majoritariamente a noite e em uma das avenidas principais de Londrina, a avenida Leste-Oeste. Não se trata de tomar a margem, isto é, os territórios de prostituição como fato social, geográfico ou cultural e sim como posição epistemológica que permite descrever o que, a partir dali, faz a cidade.

E diga-se de passagem, dizer que as prostitutas e corpos dissidentes do ideário de “cidade jardim” não possuem um lugar legítimo para ocupar no horizonte hegemônico de Londrina, é diferente de dizer que elas transitam em um *não lugar* no sentido utilizado por Marc Augé (1994), pois esse conceito não faz parte das referências desta discussão, ao contrário da reflexão desenvolvida pelo referido autor, os territórios de prostituição analisados aqui são capazes de dar forma a muitas

identidades, principalmente aquelas que não possuem inteligibilidade nos territórios da “cidade jardim”, como trabalharei adiante.

A fim de evitar confusões teóricas, não falo em cidades dicotômicas ou cidades opostas - descrevendo lugares e não lugares – opto por falar em *cidade bis* aquela que Agier (2015, p. 486) indica ser uma cidade múltipla. A cidade é um conjunto de “coisas” que se interligam através do uso e do costume como uma ferramenta na mão da população (PARK, 1967, p. 26), mas este conjunto é procedido de limites ou fronteiras que, segundo Agier (2015, p. 486), os circunscrevem e a partir dos quais ele passa a existir, e que não são tão somente físicos e geográficos, mas também constituído de códigos e valores que auxiliam na territorialização do espaço urbano (PERLONGHER, 2008).

A questão que está posta é o que faz e desfaz Londrina permanentemente sob as práticas das prostitutas? Quais movimentos tensionam a “cidade jardim” a favor das representações de “cidade boêmia”, ou, inclusive, “uma das capitais da prostituição e da jogatina no país” (BENATTI, 1996, p. 90). Evidente que assumo a hipótese de que as imagens ideais sobre Londrina possuem um papel importante na segregação do espaço urbano, pois o movimento de *fazer cidade* é incitado pela ausência de uma cidade ideal e a reivindicação de direitos sobre ela é preenchida de sentidos que efetivam o movimento de *fazer cidade* dos cidadãos sobre a realidade, conseqüentemente, os grupos que se estabelecem nos lugares de prestígio e poder, a luz do modelo *estabelecidos* e *outsiders*, promovem a exclusão e a estigmatização de quem não compartilha de seu modelo ideal de cidade, dificultando a marcha das prostitutas rumo a cidade.

Anualmente, no aniversário do município de Londrina, podemos observar que uma parcela da população promove para si uma representação hegemônica da história do município, onde os personagens principais, cujos nomes foram eternizados em ruas e avenidas de Londrina, migrantes paulistas, mineiros e imigrantes, majoritariamente produtores de café ou ligados à companhia imobiliária-colonizadora inglesa, a CTNP, são apresentados heroicamente como os responsáveis pela supremacia da civilização paranaense, pelo sucesso da economia cafeeira e pela modernização da cidade (LEME, 2018, p. 26).

Esses são os pioneiros da “cidade jardim”, que não por acaso, têm o exemplo de suas vidas, atualizadas em narrativas de zelo ao trabalho, amor à família e à

cidade, como baliza para justificar a ascensão ao poder local e a legitimação das ações de grupos que se autoproclamam ou se identificam como herdeiros históricos desses pioneiros (LEME, 2018, p. 26) a favor da manutenção de uma “cidade jardim”. Nesse caso, a historiografia hegemônica do município, especialmente a *vista de cima*, cuja escrita se dá a partir do ponto de vista das minorias com maior participação nas esferas de poder (SHARPE, 1992), somada a matérias jornalísticas nesse mesmo sentido, tornaram-se instrumentos utilizados para respaldar esse apelo por um horizonte de “cidade jardim” que orienta transformações no meio urbano, inclusive a sua segregação.

Uma vez que a cidade é um objeto virtual (LEFEBVRE, 2009 apud AGIER, 2015, p. 484) e reivindicar direito sobre ela dependerá de quem lhe confere um sentido (HARVEY, 2011 apud AGIER, 2015, p. 484), o anseio de grupos hegemônicos a favor de uma “cidade jardim” resulta em práticas e ações que marcam espaços urbanos de modo que se espera o assujeitamento das pessoas, isto é, determinados lugares reservados para determinados grupos e determinadas atividades reservadas para determinados indivíduos (BENATTI, 1996, p. 23), sob ordem, hierarquia, higienização e progresso econômico e comercial, gestando um tipo de segregação urbana.

A história *vista de baixo*, como a produzida pelo relato que abre esta introdução, amplia o conhecimento acerca dos processos históricos que desenvolveram a cidade de Londrina, apontando para a importância da participação dos personagens considerados coadjuvantes pela história *vista de cima*. Apesar da história oficial do município e do jornalismo hegemônico de Londrina privilegiar pontos de vista da economia do café e de grandes fazendeiros na rememoração de seu passado, as prostitutas e clientes do mercado sexual, que eram vistos como “maus odores” no horizonte da “cidade jardim”, também deixaram uma marca nos processos históricos e, sobretudo, nos espaços urbanos a partir de seus movimentos sobre a cidade.

O horizonte de “cidade jardim” rapidamente tornou-se inatingível, Londrina foi planejada sob esta concepção, inicialmente nos anos 1930, para receber uma população de no máximo 30 mil habitantes, mas em apenas 20 anos já possuía a marca de 72.444 habitantes, com a produção do café e o marketing popular sobre o norte do Paraná como “nova Canaã”, em 1960 Londrina atingiu a marca de 134. 821 habitantes para em apenas 10 anos, em 1970, já conquistar mais que o dobro com 228.832 habitantes (LEME, 2018, p. 48).

Esse contexto foi favorável para certas populações ocuparem espaços urbanos segundo ideais dissidentes do projeto de “cidade jardim”, sobretudo, para o sucesso dos empreendimentos do mercado sexual na cidade, que a partir de uma relação com os lucros da economia cafeeira atraiu prostitutas e clientes do mercado sexual para a “nova Canaã”, que com suas práticas transformava-se também em uma “capital boêmia”, marcando no plano das representações e lembranças dos cidadãos:

“[...] uma certa sonoridade implícita, gargalhadas, músicas, estouros de *champagne*, gritos e gemidos, ainda ecoam nas lembranças daqueles que vivenciaram, aquela que, nas décadas de 1940 a 1970, fora considerada e reconhecida por muitos como uma das maiores aventuras prostitucionais do país (LEME, 2018, p. 26)

Esse aumento populacional acompanhado da oferta desproporcional pelo poder público de assistência social, postos de trabalho e moradia orientados pela planta da “cidade jardim”, resultou na expansão da cidade de Londrina de forma desordenada, dando vazão a ocupações desassociadas do projeto original e a criação de atividades que tinham pouco ou nada relacionado com os princípios e as práticas de ordenação, estratificação, hierarquização ou higienização conforme ditava o projeto de “cidade jardim”. Logo esse ideário de cidade encontrava o seu limite, um limite que seus representantes se empenhariam em segregar, especialmente as práticas que constituíam um movimento urbano orientado pela prostituição.

É sabido que a prostituição é uma prática inserida no interior de um mercado e por isso abarca a negociação de serviços sexuais em diversos lugares: fixos ou não, virtuais ou “reais”, e, sobretudo, se refere a um contexto de demanda, dos diversos desejos das pessoas que procuram serviços sexuais (AGUSTIN, 2005 apud PISCITELLI, 2005, p. 07). Mas, privilegio a observação da prestação desse serviço quando realizada por mulheres trans, cisgêneras e travestis adultas, capazes e em condições de consentir de trocar sexo por dinheiro ou outros bens, sob a perspectiva *putafeminista*, orientada por Monique Prada (2018), com relação aos seus lugares no centro de Londrina – a “popular” prostituição de rua.

Assim, a prostituição que me refiro aqui é feminina, porque não há estimativas sobre o percentual de homens trans/pessoas transmasculinas, homens cisgêneros e não binários que estejam atuando na prostituição (BENEVIDES, 2022, p. 47), muito

menos dados que apontem a relevância do nicho da prostituição masculina no desenvolvimento da cidade de Londrina<sup>3</sup>. Os dados coletados em obras históricas pouco ou quase não realizam a separação de gênero das prostitutas, por isso alerto que ao mencionar “trabalhadoras sexuais” ou “prostitutas” mais de uma categoria podem ser acionadas e a interseccionalidade das opressões que cada uma recebe é destacada quando possível.

Aliás, a pesquisa paira sobre a agência de trabalhadoras e não de crianças, pessoas prostituídas, traficadas, mantidas em situação de cárcere e/ou vítimas de estupros constantes. Obviamente, existem casos de pessoas atravessadas por essas condições, porém tratar delas nesta dissertação ou associá-las as análises é não só falar de crimes (que precisam ser discutidos e sanados) como também incitar pânico sobre o tema da prostituição, algo que não faz parte do quadro de referência teórica desse estudo.

Nesta pesquisa, o *putafeminismo* serve para observar os não-ditos e as lacunas existentes nas matérias jornalísticas e nos documentos produzidos por setores hegemônicos da “cidade jardim” e auxilia a compreender os significados, os sentidos e os movimentos urbanos sob a perspectiva das prostitutas, dessa forma, busco não só apontar as diferenças no *fazer cidade* de um grupo e de outro como também responder algumas outras questões. Entre elas: de que, de qual sentido e de que matéria se constitui Londrina como “cidade jardim” e como “capital da boêmia” no *fazer cidade* dos cidadãos? O que caracteriza os territórios de prostituição sob uma e outra perspectiva? Como se configura a marginalização desses territórios de prostituição e de seus grupos em relação ao centro da “cidade jardim”? Quais as suas funções com relação a “cidade jardim”? Nesta discussão, é possível atualizar o conceito de *região moral*? E segundo o feminismo protagonizado pelas prostitutas, o que faz e desfaz uma cidade permanentemente?

Cada uma dessas perguntas excita autores diferentes, mas trabalhei com teóricos e pesquisadores que possuem um olhar em comum e relacional sobre a cidade: Robert Park (1967), Norbert Elias (2000), Néstor Perlongher (1987; 1993;

---

<sup>3</sup> Porém, é válido mencionar que a prostituição de homens nessa urbe, bem como, em outras cidades do Brasil existe e também corrobora para a formação de novos e outros territórios urbanos, o que pode ser melhor entendido na leitura de outras pesquisas que se debruçaram, especificamente, sobre o “Negócio do Michê”, como a obra clássica de Néstor Perlongher (2008).

2008), Erving Goffman (2004) e Michel Agier (2015). Para analisar os efeitos dos movimentos de *fazer cidade* norteados por ideais centrais e marginais na organização do espaço urbano de Londrina, utilizei o modelo explicativo de *estabelecidos e outsiders*, elaborado por Elias (2000), a fim de interpretar a marcha de um grupo estabelecido rumo a “cidade jardim” e a marcha dos “de fora” rumo a cidade “capital da prostituição no norte do Paraná”, produzindo e/ou corroborando para a segregação do espaço urbano.

Erving Goffman (2004), aparece nesta discussão contribuindo com o conceito de *estigma*, que serve para elevar a compreensão acerca de como os grupos *estabelecidos*, pioneiros da “cidade jardim”, cerram fileiras e segregam o espaço urbano em detrimento da participação de prostitutas sobre Londrina, restringindo as possibilidades de participação do grupo através da estigmatização de suas identidades e deslegitimação de suas perspectivas. O processo de estigmatização sobre as prostitutas aparece como um dos principais instrumentos de manutenção das relações de poder que emanam da “cidade jardim” para a “cidade boêmia” e um dos maiores produtores de violência contra as trabalhadoras sexuais.

Robert Park (1967) e Néstor Perlongher (1993) são captados nesta pesquisa para teorizarmos acerca da organização dos territórios de prostituição na região central de Londrina. Os dados coletados apontam para uma tensão entre as práticas que conformam as duas cidades ideais, mas além da tensão e do conflito, também pode-se observar certa excitação promovida pelo contato entre os grupos antagônicos nesses territórios de prostituição, daí que Elias (1992) também apresenta contribuições para entendermos a prostituição no espaço urbano, permitindo assinalar fatores que podem ser considerados constitutivos ou derivativos do que pode ser considerado uma *região moral* de identidades dissidentes, portanto, generificada e prostitucional.

Enfim, vale assegurar alguns recortes, pois esta pesquisa se concentra nas relações da prostituição com a cidade de Londrina, norte do Paraná, e toda a investigação paira sobre as representações ideais da referida cidade que emanam dos movimentos de *fazer cidade* tidos como centrais, a “cidade jardim”, e os considerados marginais, “a capital da boêmia”, o recorte temporal é de 1930 a 1970, paralelo a dados contemporâneos que alcançam os anos 2000 até 2021 a fim de ampliar não só o repertório documental sobre o tema como também estabelecer certa

continuidade e contribuições para futuras pesquisas que visem interpretar as relações da prostituição com a cidade de Londrina.

No primeiro capítulo, a partir da abordagem metodológica de Michel Agier (2015) e o conceito de *fazer cidade* discuto o que faz a cidade de Londrina do ponto de vista das práticas das trabalhadoras sexuais. Para análise sociológica utilizo uma bibliografia histórica acerca da relação das prostitutas com o espaço urbano de Londrina, junto com dados coletados de notícias online que enfatizaram os sentidos dos movimentos urbanos das prostitutas. Não obstante, apresento a produção do espaço urbano e da cidade pelas prostitutas sob a descrição dos movimentos de invasão, ocupação persistente e instalação das prostitutas que produzem efeitos de segregação e transformação da vida urbana.

No segundo capítulo, faço menção ao histórico de mobilização das prostitutas no Brasil, mobilizo questões sobre o reconhecimento desta identidade profissional e social na cidade de Londrina, até as tensões entre o *putafeminismo* e setores conservadores do feminismo, pois esses assuntos de sentido amplo refletem e não se desassociam do que é discutido nesta dissertação, como a transformação urbana decorrente dos mecanismos duráveis de instalação das prostitutas nos territórios urbanos de Londrina. Além disso, o modelo explicativo *estabelecidos e outsiders* de Norbert Elias (2000), é resgatado, aqui, a fim de analisar a relação dos setores hegemônicos com os territórios de prostituição e a presença das prostitutas na cidade de Londrina, de modo que seja viável refletir sobre as possibilidades de ampliação do conceito de *fazer cidade*.

No terceiro capítulo, balizo os conhecimentos construídos até então, a fim de promover interpretações acerca das dinâmicas da prostituição no espaço urbano de Londrina e o contexto de pandemia de Covid-19, para análise sociológica mobilizo uma série de notícias que fizeram a cobertura do caso e relaciono com as perspectivas de *fazer cidade* na figuração estabelecidos e outsiders.

## 1 PROSTITUIÇÃO E PROSTITUTAS NO ESPAÇO URBANO DE LONDRINA

A partir da abordagem metodológica de Michel Agier (2015) e o conceito de *fazer cidade* este capítulo discute o que faz a cidade de Londrina do ponto de vista das práticas das trabalhadoras sexuais. Para análise sociológica utilizo uma bibliografia histórica acerca da relação das prostitutas com o espaço urbano de Londrina, junto com dados coletados de notícias online que enfatizaram os sentidos dos movimentos urbanos das prostitutas. Neste sentido, apresento a produção do espaço urbano e da cidade pelas prostitutas sob a descrição dos movimentos de invasão, ocupação persistente e instalação das prostitutas que produzem efeitos de segregação e transformação da vida urbana.

A prostituição no Brasil possui um contexto multifacetado, por isso alocá-la em um estudo *stricto sensu* me faz enfrentar o desafio de encarar um nicho no pensamento sociológico que convida a observar esse fenômeno através de muitas perspectivas e diferentes recortes epistemológicos. É sabido que o trabalho sexual recebeu maior atenção da comunidade acadêmica a partir da década de 1970 e 1980, em especial, nas áreas das ciências humanas (LEME, 2018, p. 27), mas que se atente, por exemplo, para as figuras das pombo giras na Umbanda e no Candomblé, as que indicam uma abordagem da prostituição já no século XVIII (SIMAS, 2021).

Embora religioso, ressalto esse resgate de interpretar as prostitutas em uma parcela dos cultos de matriz africana. Através da incorporação de entidades ancestrais, oriundas das linhas de pombo giras, capta-se a prática de representar uma sabedoria contra hegemônica marcada pela astúcia, adquirida no decorrer da vivência prostituída, e que se apresenta como uma resposta às diferentes representações do patriarcado em nosso país. Um ponto que se segue, dedicado a Pombo gira Maria Padilha, diz muito mais do que canta: “E me disseram que cabaré ia fechar/Maria Padilha veio aqui e bateu no peito/Me disse: moço, me espere lá/Se cabaré fechar, eu vou mandar abrir/Abre, abre, cabaré, Maria Padilha está aqui”<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> PONTO DE POMBO-GIRA - MARIA PADILHA - SE CABARÉ FECHAR. Intérpretes: Samba Cabula. Música: Se Cabaré Fechar. S.I: S.I, 2022. (5 min.), son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bNSNHfzAAeE>. Acesso em: 20 fev. 2023.



Segundo Lélia Gonzalez (2020, p. 54), as cantigas da Umbanda e do Candomblé reconstituem a perspectiva histórica de uma população aviltada que não consegue se encontrar em meio as páginas da história oficial. A autora nos lembra que esses pontos são parte de uma história oral e que servem para elaborar uma nova consciência, oposta àquela presente na ideologia dominante - que promove um lugar de esquecimento, de sujeição, a favor da lógica da dominação – para uma outra que promove reconhecimento, afirmação e superação de *estigmas*, isto é, de atributos que marcam certos temas, como a prostituição, de modo inferior com relação a suposta superioridade de outras questões sociais no meio acadêmico.

É nesse sentido que, para uma parcela de historiadores, os pontos de Ogum revelam a presença anônima de escravizados negros na guerra do Paraguai (GONZALEZ, 2020, p. 54), e por essa mesma via, o cântico de Maria Padilha (e de outras pombo giras) pode ser tomado como pista para interpretar as relações da prostituição com o espaço urbano na sociedade brasileira, relações mediadas por conflitos entre a sociedade e o Estado e a postura desse último com relação às possibilidades de controle do mercado sexual e, especificamente, com a cidade de Londrina.

Essa referência aos mitos da Umbanda e do Candomblé servem não só para *insights* acerca do tema como também problematizar contribuições tardias<sup>5</sup> da comunidade acadêmica para a compreensão das formas de resistência de sujeitos marginalizados pela historiografia ou pela sociologia hegemônica, como os da prostituição. Ao entendermos o referido cântico como o relato de um fato histórico podemos sugerir que houveram reivindicações por parte das trabalhadoras sexuais

---

<sup>5</sup> Lélia Gonzalez (2020) faz essa reflexão no texto “A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem política e econômica”, a autora aponta que muitos dos temas que não derivam da sociabilidade de pessoas brancas, heterossexuais, cisgêneras e pertencentes aos grupos mais abastados na sociedade brasileira não recebem devida atenção pela comunidade científica. Apesar da importância dos temas dissidentes da sociabilidade hegemônica serem latentes, é comum que esses problemas sejam analisados tardiamente pela academia ou nunca serem estudados seriamente. Comumente, temas da sociabilidade hegemônica recebem atributos positivos de prestígio e poder com relação a temáticas que não derivam dela, inferiorizadas nesse processo, o *estigma* sobre esses últimos temas afasta a concentração de pesquisas sobre elas, negligenciando a igualdade na produção do conhecimento. Por isso, Gonzalez (2020) incita pesquisadores a procurarem vestígios históricos fora da hegemonia documental, debruçando-se sobre cartas e relatos orais, inclusive, na mitologia de religiões de matriz africana. Nesse último caso, faz sentido resgatar as contribuições de Claude Lévi-Strauss (1978) ao considerar que os mitos são uma forma de interpretar a realidade e não o falseamento dela, desse modo, um mito pode revelar um ponto de vista sobre um fato de uma forma tão relevante como o ponto de vista destacado pela via acadêmica-científica.

pelo direito de acesso aos seus locais de trabalho, ou de modo geral, do direito à cidade.

Segundo Soraya Simões (2010, p. 29), a origem do movimento de prostitutas brasileiro está eminentemente ligada a questões urbanas, caracterizando-se por ações de denúncias contra atentados aos seus direitos civis e, principalmente, por reivindicações aos seus direitos à cidade. Mas, é verdade, como já escreveu David Harvey (2011 apud AGIER, 2015, p. 483), que *direito à cidade* possui um significante vazio e, conseqüentemente, reclamar direito à cidade depende de quem lhe confere sentido e de como este apelo é realizado no horizonte de transformações do meio urbano.

Para diminuir a escassez de estudos sobre a prostituição como uma questão urbana (GRIMES, 2012, p. 02) e produzir mais interpretações acerca das relações existentes entre a prostituição e a cidade de Londrina, lanço mão de uma abordagem metodológica, elaborada por Michel Agier (2015), que permite pensar a universalidade das cidades e retirar Londrina de qualquer pretensão normativa, trata-se descrever do que, de qual sentido, e de que matéria é preenchida este significante vazio denominado *direito à cidade* pelos grupos em questão, a fim de localizar os três efeitos do agir urbano pelas prostitutas: a invasão, ocupação e instalação.

São esses três efeitos que fazem a cidade de Londrina do ponto de vista das práticas das prostitutas. E é assim que o conceito de *fazer a cidade* torna-se eficaz para análise, pois se a cidade é feita de movimento, como diz Agier (2015, p. 484), nossa compreensão sobre as cidades é expandida ao nos dirigirmos não só aos movimentos que fazem a cidade a partir dos lugares centrais ou hegemônicos, mas também aos movimentos que fazem a cidade a partir dos espaços da “não cidade”, isto é, do que emerge do marginal, do vazio, do fraco, do não planejado etc.

### **1.1 A invasão do mercado sexual em Londrina: sobrevivência em um distanciamento.**

No caso abordado por este estudo, o primeiro gesto do movimento de *fazer cidade* pelas prostitutas em Londrina, do ponto de vista social, político e cultural, conforme estipula Agier (2015), emerge da invasão de um local não planejado pela planta da cidade. E embora a palavra “invasão” seja polissêmica e comumente associada às favelas, setores pobres e ilegais das metrópoles urbanas. Na sociologia do fazer-cidade, o termo refere-se a invasão como desobediência a legalidade ou como invasão da ilegalidade assumida que só produzirá efeito de *fazer cidade* na sua junção com outros movimentos urbanos realizados pelos grupos (AGIER, 2015, p. 493).

O relato do jornalista e escritor Marinósio Filho revela que prostitutas chegaram em Londrina durante o processo de territorialização do norte do Paraná pela CTNP, mas antes da municipalização de Londrina pelo governo do Estado. Ele narra que entre 1929 e 1932, um dos trabalhadores da Companhia foi até Ourinhos, oeste de São Paulo, conheceu e trouxe consigo uma prostituta disposta a trabalhar na região paranaense diante da construção de Londrina. Para ela foram feitas promessas de prosperidade e dinheiro que logo se confirmaram nos primeiros dias da sua chegada. Esse fato corroborou para que outras prostitutas viessem àquele território, dando início a uma ocupação territorial orientada pela economia do mercado sexual em contraste à economia cafeeira que mobilizava a territorialização hegemônica da então, futura cidade (FILHO, 1979 apud LEME, 2018, p. 58).

Em 1929 a CTNP já havia iniciado o processo de reocupação da região do norte do Paraná segundo um modelo imobiliário-colonizador, isto é, a Companhia realizava a construção de cidades-sedes, com 100 Km de separação entre uma e outra, atrelada a criação de pequenos núcleos urbanos, a cada 15 Km da referida divisão, objetivando lucro da venda de lotes urbanos e rurais voltados a pequenos agricultores cafeeiros (LEME, 2018, p. 37). A projeção da cidade de Londrina pela Companhia recebeu influência dos ideais da “cidade jardim”, proposta urbana de Ebenezer Howard para corrigir problemas de densidade populacional das primeiras cidades industriais na Inglaterra do século XIX (LEME, 2018, p. 37).

Em relação à arquitetura da malha urbana, os limites de crescimento das “cidades jardins”, como no caso de Londrina, deveriam ser garantidos com a demarcação de um entorno rural feito de bosques e campos, sendo que quando se

excedesse populacionalmente, técnicos urbanos haveriam de especular o deslocamento dos novos grupos a um novo centro que também deveria receber um entorno de áreas naturais que impedisse, de certa forma, a ocupação espontânea de migrantes no seu território (LEME, 2018, p. 37).

As ideias de Ebenezer Howard e a proposta da planta inicial da cidade de Londrina revelam, implicitamente, a expectativa de um espaço urbano ordenado, estratificado, hierarquizado e higienizado sob o véu de preocupações sociais que se traduzem no estabelecimento de limites aos excedentes populacionais. Segundo a análise de Antônio Benatti (1996, p. 23), o projeto de “cidade jardim”, que influencia o planejamento prévio de Londrina, corresponde a determinação da disposição de pessoas nos espaços urbanos, inclusive, a previsão da relação entre eles, conseqüentemente, a expressão espacial dessa ordem garantiria o controle sobre os corpos, impondo a eles os lugares que deveriam preencher nos diferentes pontos da malha urbana.

E ao menos na planta da cidade de Londrina, orientada pelos ideais de “cidade jardim”, não foi previsto um espaço para ser apropriado pela prostituição ou para a expressão de suas práticas. De todo modo, não é exclusividade do Estado-Nação ou dos poderes públicos a ação de territorializar espaços. Segundo Raffestin (1993, p. 60), o território forma-se a partir da ação de atores, isto é, de grupos que se apropriam do espaço, marcando nele relações de poder e, assim, territorializam espaços na malha urbana. Neste sentido, em qualquer lugar e em graus diversos, é possível encontrar grupos produzindo territórios a partir da apropriação do espaço, como no caso da prostituição.

Acontece que, famílias e agregados de grandes fazendeiros e representantes da Companhia já estavam no processo de reocupação da região norte do Paraná desde longa data, e por isso ocupavam também mais lugares nos postos de prestígio e poder, manifestados na política, economia e comunicação da região (LEME, 2018, p. 38). Esse fato corroborou para que os respectivos grupos não só liderassem o compasso de territorialização do norte do Paraná, como também estabelecessem um projeto ideal e hegemônico de cidade, ditando os rumos do que seria considerado legalidade, e por conseqüência ilegalidade, no território de Londrina.

Os jornais e os materiais midiáticos<sup>6</sup> das décadas de 1930 a 1940 de Londrina revelam a gestação desses princípios e a propagação da visão de mundo dos representantes desses grupos hegemônicos sobre a cidade que se erguia. Uma vez que a CTNP buscava o sucesso do seu projeto imobiliário-colonizador e fazendeiros desejavam expandir a produção da cafeicultura no norte do Paraná, as propagandas dos lotes de terra a venda em Londrina, difundidas na mídia nacional e internacional, foram carregadas de representações sociais que marcavam também os espaços urbanos, reservados aos “trabalhadores honestos” que desejassem uma: “Terra da Promissão”, a “Nova Canaã” ou a “Terra do trabalho, da ordem e do progresso” (LEME, 2018, p. 39).

As propagandas realizadas pela CTNP funcionaram e ela rapidamente alcançou seu público-alvo: comerciantes e pequenos agricultores. Porém, como visto no relato de Marinósio Filho, além de pequenos agricultores e trabalhadores rurais vislumbrarem ali uma terra de oportunidades, as prostitutas também não estavam alheias às promessas de prosperidade. O ritmo da invasão de prostitutas sobre os espaços da cidade de Londrina foi sentido entre as preocupações das elites locais, que denunciavam problemas e movimentos urbanos tidos como ilegais nos jornais da cidade desde o princípio de Londrina.

Em 1934, ano da municipalização de Londrina, o jornal “Paraná Norte”, financiado pela CTNP, publicou uma das primeiras notícias que exaltavam os princípios de Londrina como “cidade jardim” a fim de reforçar os seus limites código-territoriais:

E, verdadeiramente, uma cidade ponta de trilhos, como a nossa, é sempre presa do maior desassossego, pela turbulência dos elementos heterogêneos que a ela aportam, vindos de todos os pontos do país e fora dele, a cata de aventuras, de fortuna fácil [...] A ordem aqui é perfeita. Todos que habitam o território da comarca, procuram tacitamente se unirem na mais absoluta comunhão de vistas, em regando cada um a sua atividade no trabalho honesto e no bem coletivo. Os que chegam, por piores que sejam, deixam-se empolgar pela atmosfera reinante, e nela se ambientam, trabalhando alegremente na construção de seu bem-estar próprio, sem olvidar-se da coletividade (LEME, 2018, p. 44)

---

<sup>6</sup> Filmes e produções radiofônicas foram utilizados para alcançar a margem de analfabetos do país e vendedores foram contratados para peregrinar dentro e fora do Brasil espalhando a imagem de uma cidade cheia de terras que possibilitavam um enriquecimento rápido, “da noite para o dia”, sob uma sociabilidade ordeira e disciplinada (LEME, 2018, p. 39).

Apesar da prostituição não ter sido mencionada de forma explícita pelos jornais de Londrina durante seu primeiro ano como município. Este pequeno trecho jornalístico garante algumas contribuições para a análise sociológica acerca do processo de estigmatização dos setores hegemônicos da cidade de Londrina com relação aos recém-chegados e dissidentes do projeto original de ocupação dos espaços urbanos. Vale lembrar que, *estigma* é um conceito relacional e refere-se a um atributo profundamente depreciativo, porém, segundo Goffman (2004, p. 06), nenhum atributo é em si mesmo depreciativo, para ele ser considerado um *estigma* esse atributo deve confirmar a normalidade de uma pessoa detentora de um atributo diferente.

Uma vez que, o jornalista chama atenção para o risco que a cidade corre de perder o seu sossego com a progressiva chegada de “elementos heterogêneos” em busca de “aventuras” e de “dinheiro fácil”, ele marca atributos negativos nesses grupos com relação aos atributos positivos dos habitantes locais que eram “trabalhadores honestos”, população que se preocupava com o “bem coletivo”. Neste processo de estigmatização, os atributos negativos dos recém-chegados, que colaboram com a percepção de atributos positivos nos habitantes locais, possuem a função de afastar esses indivíduos, marcados a partir de representações da concepção de mundo que norteia a normalidade dos habitantes locais, considerados “honestos”, “ordeiros”, e por isso, “normais” (GOFFMAN, 2004, p. 88), dos lugares que estabelecem a cidade como ideal e hegemônica, ou seja, da centralidade movida pelo “trabalho honesto” da economia do café.

Sobre a invisibilidade das prostitutas e das práticas da prostituição no território de Londrina na notícia em destaque, é necessário levar em consideração que a depender do modo como fosse reconhecida a existência de tais habitantes e suas práticas na cidade, o jornal poderia colocar em risco os atributos positivos de “sossego” que ele emana sobre a imagem de Londrina, bem como, os atributos positivos dos setores hegemônicos citadinos que foi construída sobre os atributos negativos dos demais. Assim, o *estigma* exerce poder na medida em que conduz ao afastamento e o isolamento de indivíduos marcados por atributos negativos, e dessa forma, uma cidade “ordeira”, “pacífica” e “familiar” não poderia assumir ou reconhecer

a presença e as práticas da prostituição em seu interior já que delas ela pretende se apartar.

Visto que, quando se fala em território evoca-se também a ideia de limite, que isola, separa e manifesta uma relação de força e poder em um espaço, (RAFFESTIN, 1993, p. 152) não só através da dimensão geográfica espacial que um grupo marca sua ocupação, mas também da dimensão do código. Para Néstor Perlongher (2008), a territorialidade resulta em um espaço físico somado a códigos gestados pelos grupos, são essas regras e valores, ou seja, códigos não enunciados que se inscrevem em determinado lugar e lhe atribuem um sentido descritivo e prescritivo, isto é, o que é e o que pode ser feito lá.

Ainda para Perlongher (2008), os códigos, além de se inscreverem no espaço físico, também se inscrevem no corpo, nos gestos, nas palavras, nas roupas e nos comportamentos dos indivíduos. Nesse sentido, os habitantes locais arrastam consigo um “código-território” que indicam os lugares que eles se estabeleceram (ou não) na cidade do mesmo modo que os recém-chegados, especialmente, as prostitutas, também levam consigo códigos que revelam suas práticas, identidades e comportamentos que indicam o lugar que ocupam na prostituição e os atributos negativos que essa atividade laboral carrega.

A prostituição é uma atividade estigmatizada com relação as demais ocupações de trabalho, mas o *estigma* que recai sobre as prostitutas possui desdobramentos específicos sobre as mulheres no espaço urbano. O ideário de condenação religiosa cristã e características da formação social brasileira, como o patriarcalismo<sup>7</sup>, gestaram no imaginário popular distorções preconceituosas acerca das trabalhadoras sexuais, distorções essas que, comumente as fazem ser lidas socialmente como “mulheres

---

<sup>7</sup> O patriarcalismo remete a uma das particularidades da colonização portuguesa no Brasil, que segundo a obra de Gilberto Freyre (2006), é resultado do movimento de ocupação do extenso território brasileiro ter sido dirigido pela família rural ou semirural e não pelo Império e alguns de seus representantes ou alguma companhia de comércio. A obra “Casa Grande & Senzala” (2006) indica que foram eles, os senhores de engenho e suas famílias, os responsáveis pelos capitais humanos que desbravaram o solo, e com a compra de escravizados, materiais, mantimentos e a instalação das fazendas instituíram-se enquanto aristocracia colonial poderosa e provedora da organização social. Apesar deste tipo de interpretação ser resultado de problemas teóricos e metodológicos que deforma os fatos históricos, e, conseqüentemente a realidade, essa datada interpretação não anula sua importância em revelar que essas leituras são reflexo do contexto, dos sentimentos e das visões de mundo que “Também se esmeraram em construir uma história edificante, unindo à figura do senhor aquela do “pai” — bondoso e severo — e assim projetando uma sociedade patriarcal, na qual as mulheres cumpriram um papel basicamente secundário e a hierarquia teria lugar especial, jamais questionado. Aí estava o modelo dessa sociedade patriarcal brasileira; a família (do senhor) funcionando como esteio e anteparo, real e simbólico, para toda a organização social (SCHWARCZ, 2019, p. 35)”

miseráveis”, “mulheres sem oportunidade”, “mulheres com desejos pervertidos”, em contraposição as mulheres que não trabalham com a prostituição, essas que acabam recebendo uma imagem positiva a partir da inferioridade produzida sobre as prostitutas (PRADA, 2018, p. 35).

O conceito “*puta imaginada*”, criado por Melissa Gira Grant (2014 apud PRADA, 2018, p. 35), sintetiza esse processo, ele serve para referir-se a essas imagens estereotipadas da prostituta no imaginário popular: “a trapaceira”, “a enganadora”, “a traficada”, “a oprimida”, “a louca”, “a dominatrix”. Entre outros atributos pejorativos, essas imagens marcam a mulher que trabalha com a prostituição de um modo que elas nunca serão consideradas “uma mulher como as outras”: “da família”, “do trabalho honesto”, “da tranquilidade”, etc. E isso transforma essas imagens em um atributo profundamente depreciativo para manter as trabalhadoras sexuais e as mulheres “como as outras”, cada uma em seu respectivo espaço social e espacial ao qual foram designadas e afastadas entre si.

Por isso, o *estigma* da prostituição e os efeitos da *puta imaginada* são considerados por Dolores Juliano (2014 apud PRADA, 2018, p. 65) e Monique Prada (2018, p. 35) como as duas estratégias mais eficazes da dominação patriarcal e as mais danosas às prostitutas do que o próprio exercício do trabalho sexual. Pois, eles extrapolam o momento da oferta de serviços sexuais, alcançando todas as mulheres e travestis (em níveis e aspectos diferentes) que contrariam a ordem hegemônica. Essas mulheres acabam recebendo ofensas e violências por “parecer uma prostituta”, “ser chamada de prostituta” ou “ser confundida com uma prostituta”, estendendo-se até as famílias por serem filhos, filhas, esposos ou parentes de uma prostituta, tendo em vista o possível e comum mal-estar que é instaurado no ambiente, quando, de modo jocoso, ou violento, alguém transforma essa possibilidade em ofensa verbal.

Entretanto, para que ambas as estratégias funcionem e os danos sejam causados a favor da manutenção do lugar de prestígio de umas mulheres e do lugar de exclusão de outras mulheres, os grupos hegemônicos devem garantir que elas não possam falar, nem sair de espaços pré-determinados e, ainda, deslegitimar suas perspectivas quando essas escapam do conceito de *puta imaginada*. Destaco esse funcionamento na operacionalização da escrita da história *vista de cima*, corrente historiográfica que privilegia o ponto de vista dos processos históricos nas ações de “grandes heróis” e dos seus “grandes feitos” (SHARPE, 1992), que está presente na história oficial de Londrina e, principalmente na imprensa da cidade, que suprime a



fala e a perspectiva das prostitutas sobre supostos problemas urbanos apontados na urbe, destacando sempre o ponto de vista de moradores e trabalhadores das áreas consideradas honestas, detentoras de atributos positivos com relação aos atributos negativos de ocupações como a prostituição.

Assim, a exclusão do ponto de vista das prostitutas dos lugares de prestígio e poder, como é o caso da imprensa, que é resultado do processo de estigmatização sobre esse grupo, exerce funções de distanciar o grupo dos lugares tidos como centrais e hegemônicos e também afastar o grupo da possibilidade de afirmar ou contestar uma verdade, um ideal, ou um sentido que orienta os movimentos das populações que o compõem, em outras palavras, da possibilidade de produzir um consenso sobre a realidade que vivem. Segundo Antônio Benatti (1996, p. 20), o espaço apropriado inicialmente pelas práticas das prostitutas em Londrina, estava material e simbolicamente distante dos territórios hegemônicos da urbe, exatamente nas margens do perímetro central da cidade, na rua Rio Grande do Sul, que indicava o fim do espaço territorializado pelos setores ligados a Companhia, fazendeiros e agregados.

Por hora, esses territórios de prostituição podem ser interpretados como uma invasão, mas da invasão de um lugar ainda não apropriado pelas práticas que se associam ao mercado sexual e ainda não alcançado pelo processo de territorialização hegemônica orientada pela economia do café. Em outras palavras, trata-se de uma invasão que ocupa o espaço de forma espontânea e que foi gestada pelo próprio desenvolvimento da cidade, um desenvolvimento encabeçado pela CTNP e administrado pelos poderes públicos, que não planejou uma migração superior a 30 mil habitantes na primeira década do município<sup>8</sup> e nem promoveu assistência social e cargos de trabalho na economia de bens e serviços para todos os recém-chegados.

À vista disso, o início do mercado sexual em Londrina, que compreende os períodos de 1929 a 1934, pode ser tomado como uma invasão em desobediência a legalidade de um espaço propício para o desenvolvimento da prostituição. Neste território, a prostituição imprimiu novas funções aos espaços que ocupou, antes

---

<sup>8</sup> Segundo Edson Leme (2018, p. 47), três fatores históricos e sociais contribuíram para a rápida e intensa migração de pessoas para a cidade de Londrina: (1) a construção de uma ferrovia São Paulo-Paraná; (2) a “marcha para o oeste” promovida pela política de colonização do governo Getúlio Vargas, que financiou a invasão de espaços considerados “vazios demográficos” por grandes proprietários; e (3) o fim da II Guerra que reaqueceu a economia cafeeira que se expandia na região norte do Paraná. Consequentemente, em 1934, Londrina recebia 7.500 habitantes e em 1940, já possuía 75.296 habitantes.

atrelados apenas a funcionalidade de abastecer bens e serviços hegemônicos aos habitantes da zona rural e dos pequenos núcleos urbanos (LEME, 2018, p. 37), por beneficiar-se da desproporção numérica entre os sexos nos anos iniciais do município, que possuía mais homens com relação as mulheres (BENATTI, 1996, p. 94), as práticas da prostituição territorializaram o espaço urbano a partir da carência, do vazio na vida cotidiana, de lazer, promovendo diversão e a venda de serviços sexuais para a grande clientela em potencial.

### **1.1.2 A partir da invasão: permissibilidade e as funções sociais da prostituição**

Sobre os territórios de prostituição das primeiras décadas de Londrina, Antônio Benatti (1996, p. 101) enfatiza que:

Além do sexo, ou melhor, incluindo os serviços de satisfação do desejo sexual, os homens buscavam nos lupanares um espaço de encontro, onde podiam conversar, jogar, dançar, cantar e beber, em suma um lugar de sociabilidade fora do âmbito familiar e do modo do trabalho, um território lúdico de “camaradagem boêmia”.

Mediante o exposto, vale a pena apontar que o movimento de invasão das prostitutas, com a apropriação de espaços urbanos marginais do centro de Londrina, produziu efeitos sobre a vida urbana que dotam os territórios de prostituição de uma certa funcionalidade. Sob a perspectiva analítica de Norbert Elias (1992), a partir do século XVI, os modelos sociais de conduta e sensibilidade, especialmente, dos grupos hegemônicos começaram a se transformar rumo a uma direção específica de domínio da sensibilidade e da expressão de comportamentos que excluíssem qualquer tipo de excesso de autopunição e do exagero de emoções, essa transformação desenvolveu âmbitos familiares e espaços de trabalho *civilizados* que distanciaram dos indivíduos aspectos e comportamentos que poderiam ser associados ao que é considerado barbárie ou animalesco.

Tal *processo civilizador*, como interpretado por Elias (1994), norteia a longo prazo mudanças que caracterizam uma sociedade contemporânea e moderna (ELIAS, 1994). E notório que Londrina não esteve excluída deste processo, o desejo dos grupos hegemônicos citadinos por um espaço urbano ordenado, estratificado, hierarquizado e higienizado (BENATTI, 1996, p. 23), produziu códigos, valores e

normas não enunciadas que se inscreveram nos indivíduos mediante a leis, práticas e vigilância que produziram sobre ele um autocontrole e o controle social de suas práticas para se ajustar à sociabilidade hegemônica.

Contudo, Elias (1992) observa que nas sociedades contemporâneas também ocorrem práticas de excitação, movidas pelo exagero das emoções, que são moderadamente aceitas pelos grupos em geral. Embora em comparação aos períodos anteriores do século XVI, atividades como o esporte, guerras e caças, sofreram mudanças que revelam o aumento de autocontrole dos indivíduos e a eliminação da violência explícita na realização dessas práticas (ELIAS, 1992, p. 42). A permanência de práticas que permitem a excitação dos indivíduos, revelam a permissibilidade de uma interrupção moderada dos conjuntos de restrições nas sociedades contemporâneas (ELIAS, 1992, p. 105)

Se por um lado, na cidade de Londrina, orientada pelo anseio de uma “cidade jardim”, as inclinações para excitações exageradas são reprimidas para prevenir o risco de perda do sossego e da ordem preestabelecida pelos grupos hegemônicos, os espaços de lazer surgem e exercem uma função compensadora dessa excitação. Segundo Elias (1992, p. 113), é nesse tipo de excitação, permitidas em espaços específicos, que as pessoas possuem a oportunidade de liberar pulsões reprimidas pela sociedade. Mas, como nos anos iniciais de Londrina, a cidade ainda não possuía espaços de lazer ou a promoção de jogos esportivos, os espaços de prostituição foram territorializados a partir dessas oportunidades.

Segundo Rivail Rolim (2013, p. 54), nas primeiras décadas da cidade de Londrina, os territórios de prostituição também eram marcados por disputas de jogos de baralho e de intensa socialização entre grupos distintos. Levando a considerar que os espaços da prostituição não se constituíam tão somente pelo exercício do trabalho sexual, mas pela possibilidade do encontro com diversas realidades sociais que estavam distantes da monótona vida familiar. Neste sentido, a funcionalidade dos territórios de prostituição está ligada a promoção de contatos sociais e ao relaxamento das restrições estabelecidas pela cidade hegemônica.

O movimento inicial de *fazer cidade* pelas prostitutas, expresso pela invasão, não está, portanto, apartado da realidade da “cidade jardim”, ela é seu limite, mas também é seu complemento, onde as práticas prostitucionais são formas de expressão do que lá não se torna real: a liberdade sexual, o sexo pago, o desejo ilícito. Assim, após a invasão dos grupos, as aventuras e diversões que conformam esses

territórios de prostituição não planejados, aparecem como *áreas naturais*, no sentido utilizado por Robert Park (1967, p. 29)

O conceito de *área natural* sintetiza a descrição de áreas urbanas cujas atividades resultaram da interação social e não do planejamento hegemônico, de modo que a ecologia humana que permearia esse processo seria implicada por diversos fatores econômicos e sociais que influenciam a distribuição dos cidadãos em áreas de trânsito, lazer, moradia, trabalho etc. Nesse sentido, a migração inicial de prostitutas, sua conseqüente invasão, e o começo das práticas da prostituição na cidade de Londrina, desassociadas do planejamento urbano, era um dos distintivos que davam aos primeiros territórios de prostituição de Londrina o caráter de *área natural*, conformando territórios mais relaxados e porosos com relação as regras gerais que permeavam o centro hegemônico de Londrina.

Esse primeiro movimento urbano das prostitutas: a invasão, corroborou para a sobrevivência do grupo em um distanciamento da ordem hegemônica, distanciamento expresso pela sua invisibilidade nos jornais e no planejamento da cidade, e promoveu a ocupação de espaços da cidade oficial que não previa o desenvolvimento de áreas de lazer e relaxamento. Fazendo valer o conceito de *fazer cidade* de Michel Agier (2015, p. 493) que observa este primeiro gesto como desobediência a legalidade. A invasão ilícita provoca a ideia de limite do que se considera cidade e constrói outra a partir das práticas que a conformam em sua não existência na planta oficial, proporcionando, por exemplo, a existência das futuras lembranças e representações de uma “cidade boêmia” em contraposição a “cidade jardim”.

Em outras palavras, nas ciências os objetos se definem por um limite, que o diferencia de algo exterior e assim, o faz existir. Aplicando este raciocínio às cidades e especificamente a cidade de Londrina, as práticas das prostitutas, que destoam do planejamento oficial de cidade, formam um lugar de fronteira transformando ou criando um conjunto de “coisas” que se tornam uma ferramenta na mão do homem – como se refere Park às cidades (1967, p. 25) – a partir dos quais dá forma ao que faz a cidade sob a prática das prostitutas, passando a existir pelo tensionamento com as demais populações.

E não se trata de uma banalização das discussões empenhadas sobre o urbano pelos geógrafos e/ou sociólogos que adotam a perspectiva do “realismo sociológico” – como já alertou Michel Agier (2015, p. 486). Trata-se somente de observar que há lugar diante do que se desfaz da cidade oficial, descartando a política de oposições

entre a marginalidade e a centralidade em si mesmas, para a descrição de uma dinâmica relacional – estudando a cidade através da descrição da prática de grupos que representam cidades a partir do limite do que configura o movimento de cada um – provocando uma relação de interdependência.

No caso de Londrina, toma-se a ideia de *cidade bis*, como preferiu Agier (2015, p. 486) sobre a noção de cidade múltipla, para dissertar sobre o que emana da cidade segundo um grupo hegemônico, e o que faz uma cidade segundo a relação das prostitutas com o espaço urbano. Longe de tomar Londrina por si mesma, ela é encarada como uma cidade múltipla – ora “cidade jardim” e ora “cidade boêmia” – representações que são resultado do movimento urbano de grupos e que provocam efeitos de segregação urbana orientadas pela prostituição.

## **1.2 Do centro à Vila Matos e da Vila Matos ao Centro: a presença insistente das prostitutas em zonas, guetos ou em regiões morais?**

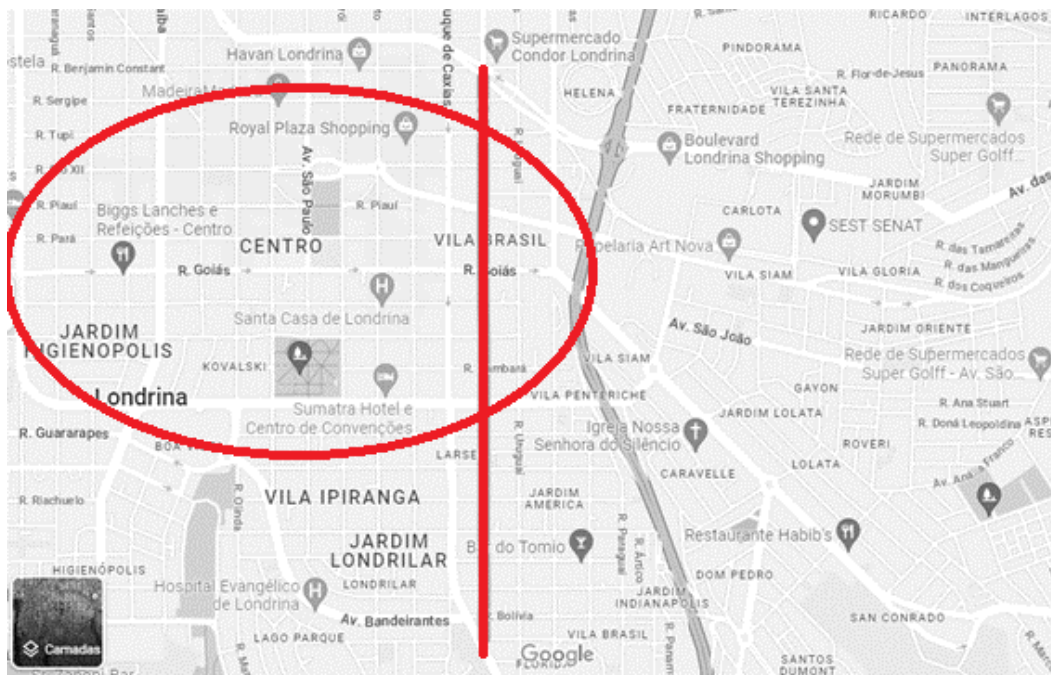
É o que aconteceu quando os poderes públicos de Londrina, em meio ao processo de modernização da cidade, entre as décadas de 1940 e 1950, perceberam a malha urbana em seu todo. A expansão do território de Londrina para além da planta original, sem planejamento e administração adequada para receber um maior número de pessoas, gerou uma situação que não foi prevista pelos engenheiros e arquitetos da CTNP: a formação de outros territórios na cidade (LEME, 2018, p. 57).

Segundo Agier (2015, p. 493), o movimento de *fazer cidade* não termina com a invasão em desobediência à legalidade, pois a observação do que constitui o movimento urbano dos grupos em geral aponta para a insistência da territorialização, ou seja, a presença resistente que ocupa o espaço independente das adversidades ou oposições que essa ação possa receber. É a partir disso, que os grupos conseguem conformar uma ocupação mais durável contando com o enfrentamento, diálogo e negociação dos interesses dos grupos sobre os territórios.

As primeiras prostitutas que invadiram Londrina, conforme o relato de Marinósio Filho (1979 apud LEME, 2018, p. 58), ocuparam a região da rua Rio Grande do Sul,

que atualmente chama-se rua Brasil. O problema é que a territorialização da prostituição nesta área acompanhou o processo de modernização da cidade, fator que pouco a pouco tornou esta localização muito próxima da ordem hegemônica que antes se fazia distante, e conseqüentemente, os territórios de prostituição passaram a se encontrar no centro da cidade.

FIGURA 1: RUA RIO GRANDE DO SUL, ATUAL RUA BRASIL: PRIMEIRA INVASÃO DAS PROSTITUTAS EM LONDRINA<sup>9</sup>



Fonte: [S.I.]: Google maps. <https://goo.gl/maps/di6BXLzmFfi5wZz6>

O imprevisto desta situação se transformou em um problema para os setores hegemônicos, visto que casas de prostituição e a presença de prostitutas nas ruas centrais, sinalizava que esses grupos estavam invadindo lugares reservados as pessoas consideradas respeitáveis pertencentes aos grupos hegemônicos (ROLIM, 2013, p. 74). Logo, a imprensa se tornou lugar de destaque para os porta-vozes da moral e dos bons costumes dos que habitavam a cidade de Londrina segundo uma ordem hegemônica para denúncias de tais invasões. Se em 1934, o jornal “Paraná

<sup>9</sup> A figura representa o mapa da área central da cidade de Londrina, destacada em círculo, e seu contato com o território invadido pelas prostitutas, destacado pela linha em vermelho na Rua Brasil.

Norte”, marcava incômodos com relação aos recém-chegados que buscavam dinheiro fácil, a partir do ano seguinte ele tendeu a atribuir este famoso jargão a suposta vida das prostitutas.

Há em Londrina certa rua, Rio Grande do Sul e o nome, que o povo em sua linguagem pitoresca, denominou de zona estragada, e onde, contra todo os princípios e em desacordo flagrante com a lei, é frequentada por menores ainda sob o pátrio poder ou sob tutela. Para evitar a perversão de tais menores, entendemos ser dever da polícia, apreendê-los e entregá-los aos responsáveis. E se estes não tomarem as providências moralizadoras que o caso comportar, remeter os pequenos farristas ao juiz de menores, sob custódia, para serem internados em um estabelecimento disciplinar em Curitiba (LEME, 2018, p. 60)

A nota jornalística atribuiu as funções de disciplinar e normatizar o uso do espaço urbano às instituições policiais e judiciárias, destacando o risco de perversão dos jovens menores de idade ao transitarem em áreas que ocorrem a prostituição ou que possuam presença de prostitutas. Posteriormente, em 1939, o mesmo jornal apresenta uma outra solução para o que seus representantes identificam como um problema urbano: não mais a transferência desses menores para Curitiba, e sim a transferência das práticas da prostituição para outro lugar da cidade de Londrina, preferencialmente distante do centro (LEME, 2018, p. 60).

Para os jornalistas e editores do “Paraná Norte”, a inconveniência da localização dos territórios de prostituição na região central da cidade haveria de ser resolvida com a transferência desses grupos e de suas práticas para um ponto “[...] mais afastado e longe das casas de família, as pensões alegres e casas de tolerância” (LEME, 2018, p. 60). Logo, durante a década de 1940 os jornais encabeçaram campanhas moralizadoras visando essa transferência de locais, o que só aconteceu em 1949, por decisão do delegado Edmundo Mercer Junior, quem determinou o prazo de 30 dias para a transferência dos territórios de prostituição do centro para a Vila Matos (LEME, 2018, p. 61).

Primeiro, ao levar esses dados para análise sociológica, é importante reconhecer a ausência de registro do ponto de vista das prostitutas com relação a esses processos como um mecanismo de manutenção de seus *estigmas* acionados pelos setores hegemônicos da cidade. E segundo, que esses fatos contribuem para analisar o processo de reorganização da ordem social da cidade de Londrina. Lançando mão da obra de Mary Douglas “Pureza e Perigo” (1966), que ainda reverbera sua importância, é possível compreender o que faz a ordem social urbana de Londrina a partir desses sentidos e conexões entre “perversidade” e a “pureza” ditados pelas fontes jornalísticas.

Segundo a referida antropóloga, as ideias de “desordem”, “sujeira”, “perversidade” e, principalmente, “poluição moral” estão ligadas aos discursos classificatórios sobre a prostituição (DOUGLAS, 1966, p. 43). E para Soraya Simões (2010) as classificações relacionadas a prostituição – “ordem”, “pureza”, “punição” e “purificação” – constroem uma ordem ideal da sociedade hegemônica. Nesse sentido, as primeiras classificações voltam-se necessariamente aos dissidentes de um comportamento sexual visto como adequado ao padrão social estruturado e o segundo quadro de classificações é que dita a normalidade do padrão social.

Douglas (1966, p. 12) conclui que, onde houver “impureza” haverá a “pureza” – traço fundamental de nossa organização como sociedade contemporânea – o que possibilita a existência de um sistema classificatório onde o que é “impuro” ou “perverso” ofenderá o que é “puro” ou “benéfico”, pares interdependentes que constituem a ordem hegemônica dos quais ela se encarregará de organizar a partir da separação desses pares. Por isso, a proximidade do que é tido como benéfico para os jovens com o que é perverso para eles suscitou e suscita controle e pânico sobre desorganização moral nos setores ligados à mídia local de Londrina.

E com relação a imposição da mudança de localização dos territórios de prostituição do centro para a Vila Matos pelo poder policial e judiciário, pode-se considerar que esta ação provocou um tipo de segregação urbana sobre a prostituição muito próxima ao que se sucedeu nos territórios de prostituição da cidade de Campinas na década de 1960: a criação de uma *Zona confinada* no Jardim Itatinga. No caso de Campinas, Regina Mazzariol (1977, p.11) argumenta que:



A presença da prostituição espalhada pela cidade convivendo no mesmo espaço físico vital de 'família' proporcionava uma mistura desordenada entre as duas categorias sociais distintas, isto é, uma situação social de ambiguidade; principalmente pelo fato de que homens, em busca de 'programas', perturbavam a tranquilidade de 'senhoras' e 'senhoritas' de 'família' por confundi-las com 'putas'.

De fato, o jornal “Folha de Londrina”, destacava entre as décadas de 1950 e 1960, que a existência da Vila Matos, um território de prostituição distante da região central, garantia o trabalho de vigilância e controle por parte da polícia, eliminando as ameaças de contaminação da ordem, isto é, da confusão das classificações dos atributos de mulheres “da família” e mulheres “da rua”, do “puro” e da “impura” (LEME, 2018, p. 69). Londrina, acompanhava, portanto, no contexto de sua modernização, a modernização de outras cidades brasileiras com a criação de “Zonas confinadas”.

As Zonas confinadas são uma política de organização e segregação do espaço urbano a partir da prostituição. Assim como no caso de Londrina, os poderes públicos comumente escolhem lugares distantes das áreas centrais, com ausência de infraestrutura urbana e saneamento básico, para atribuir a este novo setor delimitado o exercício tolerado da prostituição. As prostitutas ficariam confinadas nesses setores, facilitando sua vigilância, em contraposição às mulheres consideradas de bons costumes que ficariam nas zonas residenciais saindo para espaços públicos condicionadas aos serviços domésticos e sob controle para não ultrapassar essas barreiras morais expressas no espaço urbano (RAGO, 1990; HELENE, 2015; SIMÕES, 2010).

As Zonas confinadas podem ser tomadas, aqui, como exemplo material da noção de “pureza” e “perigo” destacada por Douglas (1966), visto que no processo elencado observa-se que quando elementos que ofendem a ordem hegemônica encontram-se no mesmo espaço com os elementos que garantem a ordem, os grupos que ocupam lugares de prestígio e poder da ordem hegemônica se encarregam de separar e deixar esses elementos distantes do que é considerado “puro” à ordem, assim, os poderes públicos e a população em geral cogitam o distanciamento, pois a

eliminação é impossível, tendo em vista que são essas práticas de prostituição, consideradas “impuras”, que constituem e garantem essa ordem relacional que atribui os atributos positivos da autoimagem dos grupos hegemônicos.

São esses aspectos que fundamentam as reclamações elencadas no noticiário de Londrina. Mas, as análises do historiador Edson Leme (2018) sobre o processo de confinamento da prostituição na cidade de Londrina, revelam que a prática do confinamento da prostituição para a garantia da ordem hegemônica não foi duradoura, apresentando não só diferenças com relação ao desenvolvimento da Zona confinada de Campinas como também resistências por parte das trabalhadoras sexuais do período à essas mudanças.

A começar pela exposição do fato de que o delegado Edmundo Mercer Junior, responsável pela criação da Zona confinada da prostituição na Vila Matos, ter se reunido com proprietárias de casas de prostituição do centro da cidade, isto é, cafetinas, um mês antes de anunciar sua decisão sobre a transposição dos territórios para a Vila Matos (LEME, 2018, p. 61)<sup>10</sup>. Se por um lado essa reunião com as proprietárias dos bordéis do centro da cidade pretendeu garantir uma transição pacífica de suas casas centrais rumo a Vila Matos, por outro lado a formalidade burocrática da criação da Zona e da negociação de preços sobre aquele espaço urbano não pôde garantir a resistência de grupos orientados pela economia do mercado sexual acerca da mudança de territórios.

Essa resistência foi sentida pela permanência das práticas de prostituição na mesma região central, documentado em denúncias publicadas em jornais. Mesmo após a criação da Vila Matos em 1950, uma notícia da “Folha de Londrina” revela que prostitutas permaneciam no centro da cidade e sob a mesma região da rua Rio Grande do Sul.

Há alguns anos atrás, a zona do meretrício de Londrina era situada nas ruas Rio Grande do Sul, quase que em pleno centro da cidade. As autoridades locais, considerando que aquela

---

<sup>10</sup> Fato que chama atenção ao ponto dedicado a Pombo Gira Maria Padilha, mencionado anteriormente, que registra via história oral esses momentos de conflito e de negociação entre trabalhadoras sexuais e poderes públicos urbanos.

localização estava em lugar inadequado, providenciaram logo a remoção das casas de tolerância para um ambiente afastado do convívio de famílias londrinenses. Depois disso, a mencionada via pública foi ocupada por um número bastante considerável de hotéis e pensões, como atualmente qualquer um pode constatar. Mas como qualquer um pode também verificar, há naquela rua, ainda, remanescentes de mulheres decaídas, embora pertencendo a outro antro de devassidão – a Boite Colonial [...] Se as mulheres que habitam algumas daquelas hospedarias se comportassem direito, ainda era passível. Todavia, assim elas não procedem, se portam de modo a desrespeitar o decoro de famílias residentes nas vizinhanças. Já por diversas ocasiões recebemos queixas contra aquele estado de coisas, mas primeiro procuramos nos cientificar do fato, o que se deu domingo passado. Quando passamos pelo “Hotel Bambu”, observamos três “mariposas” da Boite Colonial, na sacada do edifício, em posições imorais, quando nas imediações transitavam crianças moças e pessoas idosas. Apelamos para as nossas eficientes autoridades, para que ponham um paradeiro nessa situação, tomando as imediatas providências (LEME, 2018, p. 63)

Diga-se de passagem, às décadas de 1940 e 1950, marcam o período de maior tensão com relação as tentativas dos poderes públicos de controlar o exercício do trabalho sexual na cidade, e por isso indicam o período focal da presença insistente das prostitutas nos espaços urbanos sob o movimento de *fazer cidade*. Trata-se da fase mais próspera da economia cafeeira na região, o término da Segunda Guerra Mundial possibilitou o retorno rápido dos lucros da venda do café, que estavam em queda desde a crise econômica internacional da década anterior, logo, as lavouras cresceram e fomentaram a necessidade um número cada vez maior de trabalhadores rurais pela região (LEME, 2018, p. 48).

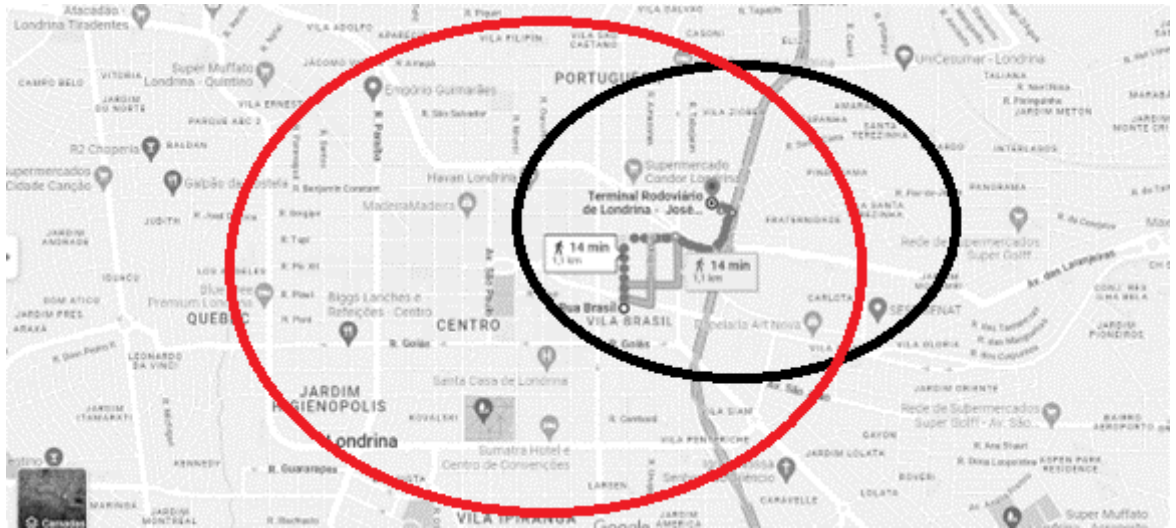
Segundo Edson Leme (2018, p. 64), o mercado sexual se relacionou diretamente com esse processo, se cresciam o número de trabalhadores formais, também aumentavam o número de prostitutas na cidade. A prosperidade da economia do café fomentava o luxo e os lucros do mercado sexual que desembocavam nos comércios da cidade, compondo o desenvolvimento econômico de Londrina. Analisando a partir deste contexto econômico é compreensível não só a permanência das prostitutas nos lugares centrais como também a dificuldade das autoridades policiais e judiciárias de levar a prostituição para longe do centro da cidade.

Em Londrina, como no Brasil, a prostituição nunca foi considerada crime, mas uma prática que tornou-se objeto de organização, controle e criminalização de seus entornos pela prefeitura, a saúde pública, a polícia dos costumes e a imprensa para a garantia das classificações positivas que conformam a ordem hegemônica central, tanto é que as trabalhadoras sexuais, clientes e suas práticas foram os principais alvos da Lei 219 que definiu o “código de posturas” de Londrina na década de 1950 (LEME, 2018, p. 53).

Esse tipo de legislação pretendeu reprimir, principalmente, casas, pensões e bares considerados suspeitos de serem prostíbulos devido a “alta rotatividade” de pessoas, além de frequentadores de locais públicos trajando roupas inapropriadas, isto é, mulheres com roupas “indecentes” e práticas consideradas libidinosas que viessem a colocar em risco as “famílias de bem” (LEME, 2018, p. 56). Esse reflexo da ordem geral que permeava as concepções acerca da prostituição no Brasil, promoveu a exclusão social das práticas prostitucionais através da legislação em Londrina, que somada aos processos de *estigmatização* da profissão e de suas profissionais produziram também a exclusão da legitimidade do grupo em ocupar espacialmente espaços urbanos centrais.

O crescimento da área central teve um papel fundamental para o fim da Vila Matos e, conseqüentemente, da Zona confinada da prostituição em Londrina. Quando inaugurada, a Vila Matos localizava-se distante do centro, porém o desenvolvimento de Londrina possibilitou que a área central a alcançasse, sendo cercada também por novos bairros populares que a retiraram do confinamento, de modo que a prostituição retornou ao debate na mídia local a partir da necessidade de uma nova localização para a prostituição. As casas de prostituição da Vila Matos foram oficialmente fechadas pela polícia em 1966 acompanhada da repressão da prostituição de rua nessa imediação (LEME, 2018, p. 76).

Contudo, desta vez as autoridades policiais optaram por não se envolver na escolha da nova área de prostituição para a cidade de Londrina, eliminando, então, a Zona confinada como política urbana de administração da prostituição. O poder público garantiu apenas a destruição da Vila Matos em prol da construção da nova rodoviária no local (BENATTI, 1996, p. 219).

FIGURA 2: O ENCONTRO DO CENTRO COM A VILA MATOS<sup>11</sup>.

Fonte: [S.I.] Google maps. <https://goo.gl/maps/YpGmhNL4DQ2j7Cjt7>

Logo, com o fim da Vila Matos, segundo Edson Leme (2018, p. 78), ocorreu uma dispersão das prostitutas pela cidade de Londrina, mas a maior parte delas retornou (ou continuou) a concentrar a sua ocupação na região do centro da cidade, ainda na rua Rio Grande do Sul. Exposto essas dinâmicas de política urbana que levaram as prostitutas de Londrina do centro para a Vila Matos e da Vila Matos de volta ao centro, é possível interpretar um movimento de prostitutas no interior de Zonas confinadas da cidade, mas as denúncias contidas em jornais sobre a presença do grupo na região central, diante da criação da Zona confinada, pode revelar mais um efeito do agir urbano das prostitutas na cidade de Londrina.

Trata-se da presença recalcitrante, isto é, insistente, das prostitutas no centro de Londrina, esse movimento de persistir com a invasão, segundo Agier (2015) revela a forma mais estabelecida da ocupação de um grupo, neste caso as prostitutas, sobre um território. O que faz a cidade de Londrina sob as práticas das prostitutas não é o confinamento, mas também não se configura em *guetos*. Apesar de Edson Leme (2018) e Antônio Benatti (1996) se referirem aos territórios de prostituição em Londrina

<sup>11</sup> Na figura que representa o mapa da área central de Londrina, o círculo em vermelho destaca o encontro da área central com a área da Zona confinada da prostituição atribuída a Vila Matos – destacada com círculo preto.

como guetos, alguns fatores constitutivos e derivativos não conformam a aplicação conceitual do termo no sentido proposto por Wacquant (2004).

Para Wacquant (2004, p. 157) o gueto é constituído por quatro elementos: *estigma*, limite, confinamento espacial e o encapsulamento institucional. Destarte, o autor sugere que podemos falar em gueto quando buscamos identificar um meio de organização social que se utiliza do espaço urbano para conciliar dois objetivos antagônicos: (1) aumentar ao máximo os lucros materiais e simbólicos extraídos de um grupo visto como inferior e perverso e (2) diminuir o contato íntimo com seus membros, com o objetivo de evitar o contágio moral e, conseqüentemente, a ameaça de corrosão dos limites simbólicos no espaço urbano (WACQUANT, 2004, p. 157).

Uma das aplicações conceituais de gueto, no sentido exposto por Wacquant, está nas análises acerca da migração da população negra norte-americana para as grandes metrópoles no contexto pós primeira guerra mundial. Wacquant (2004, p. 158) aponta que a força de trabalho dos ex-escravizados era indispensável nas indústrias, essas que representavam o principal eixo econômico do período, porém, ao passo que a população negra se deslocava do Sul em busca de ofertas de trabalho, a hostilidade da população branca era alavancada entre padrões de discriminação que extrapolavam os âmbitos informais: a segregação racial objetivou-se também no acesso a moradia, escola, espaços públicos, bem como na economia e na política (SPEAR, 1968; OSOFSKY, 1971 apud WACQUANT, 2004).

Mas, a princípio, não ocorreu um encapsulamento institucional das práticas da prostituição, característica constitutiva de gueto elaborado por Wacquant (2004), pois as instituições da CTNP e dos poderes públicos de Londrina, segundo Benatti (1996), limitaram o território da prostituição para o lado de fora da cidade e não em seu interior; a margem ou a periferia, em outras palavras, tudo o que estava fora do centro da cidade não era considerada parte dela: “Era fora da cidade, já era fora da cidade. As ruas terminavam exatamente na Duque de Caxias [antes da rua Rio Grande do Sul]. Era a periferia da cidade. Ali se montou a zona boêmia, a boêmia da cidade. Casas, rendez-vous, barzinhos. coisa de zona mesmo” (BENATTI, 1996, p. 159). Além disso, a lei dos costumes foi a única lei dirigida as prostitutas, não contando com fatores educacionais, de habitação – fora do exercício da prostituição.

E ainda que o confinamento espacial possa ser apontado no interior da dinâmica das *Zonas confinadas*, pela dificuldade de territorialização do grupo de prostitutas em espaços urbanos pertencentes a hegemonia, outros fatores possibilitaram a permissibilidade no trânsito de trabalhadoras sexuais a cidade e seus clientes aos territórios de prostituição. O que muito tem a ver com as funções que a profissão e seu lugar social desempenhava em meio ao desenvolvimento da cidade de Londrina.

Nota-se também que não estamos, necessariamente, diante de uma etnia migrante, mas de uma massa de trabalhadoras que visaram o lucro e não preservar hábitos de uma respectiva cultura, como na constituição de um gueto pensado por Wirth (1928 apud WACQUANT, 2004, p. 156). Além disso, é válido refletir que no interior dos objetivos econômicos da migração das prostitutas não havia possibilidade de reterritorialização capitalista, tendo em vista a inexistência do reconhecimento da categoria profissional pelos poderes públicos (neste período em destaque de 1930 a 1970, sendo reconhecida somente no ano de 2002) e de sua regulamentação (o que permanece até os dias de hoje).

Por fim, enquanto Leme (2018) caracterizou os territórios de prostituição como guetos próximos de Wirth, por certa espontaneidade na criação e concentração de casas e bordéis voltados ao mercado sexual e o estigma que demarcou o trânsito das trabalhadoras na cidade jardim, Antônio Benatti (1996) aproxima-se de Wacquant (2004) na caracterização de um gueto que confina espacialmente as prostitutas através do estigma.

O quadro a seguir sintetiza as características da relação entre a cidade jardim e os territórios de prostituição nos anos iniciais de Londrina, a partir da revisão bibliográfica dos autores em destaque, ele é organizado para demonstrar como a análise de cada um possibilitou a referência descritiva de um gueto, bem como, a visualização dessa leitura em forma social e em aspectos que constituem ou derivam dos territórios de prostituição, assim, verificarmos a viabilidade de, através dessa noção, caracterizar o lugar social da prostituição e observar a territorialização desse espaço urbano.

QUADRO 1: GUETOS NA HISTÓRIA VISTA DE BAIXO DE LONDRINA

VARIÁVEL	AUTOR	
	BENNATI (1996)	LEME (2018)
FORMAÇÃO	Organizado através de uma política de confinamento dos setores hegemônicos sobre os territórios da prostituição.	Organizado de modo espontâneo por trabalhadoras sexuais e se reorganiza constantemente a partir do contato com poderes disciplinadores da sociedade.
IMPACTOS	Segrega espacialmente as atividades ilícitas, possibilita a vigilância dos corpos estigmatizados.	Quanto mais perto das famílias maior a necessidade de disciplinarização dos espaços urbanos, de prostituição ou não.
AGENTES	Planta da cidade, imprensa, polícia, autoridades locais, normas fiscalizadoras	Instituições policiais e judiciais e uma parcela da imprensa de Londrina.
CARACTERÍSTICAS	Distinguir, individualizar, segregar, vigiar, prevenir desordens e distúrbios, minimizar atos de resistência ao exercício do poder hegemônico	Estigmatizar e afastar as prostitutas do centro.
FUNÇÕES	Otimização das condições de controle das atividades marginais, gestando a perfeita gerência das ilegalidades.	Manutenção dos ideais que norteavam o projeto de uma cidade jardim: disciplinada, organizada e pautada em valores da família nuclear e cristã.
OBJETIVOS	Ajuntamento e a concentração dos prostíbulos num único local.	A concentração dos prostíbulos num local afastado do centro da cidade.

**Fonte:** O próprio autor.

De todo modo, *gueto*, no sentido utilizado por Wacquant (2004), não caracteriza o processo de *fazer cidade* sintetizado nos efeitos de agir urbano pelas prostitutas até então neste estudo. A partir dos dados levantados e das análises históricas sobre a relação das prostitutas com o espaço urbano, pode-se indicar, como salientou Robert Park (1967) que a morfologia da cidade, neste caso Londrina, é a tradução de uma



ordem moral. E observando as práticas prostitucionais, o movimento de *fazer cidade* das prostitutas tende a traduzir ações sob o território que conformam *regiões morais*, lugares onde se prevalece um código moral distinto, distante e dissidente do padrão hegemônico estabelecido pela planta original.

A categoria de *região moral* está inserida em uma concepção que divide a cidade em círculos concêntricos: uma zona residencial, um distrito industrial e o centro – “[...] uma área de trabalho e de diversão que centraliza a vida econômica, social, cívica e política da cidade” (EUFRÁSIO, 1999, p. 168) - um centro, que além de servir como ponto de concentração administrativa e comercial da cidade, também serve de ambiente isolado no qual as populações soltam os impulsos, as paixões e os ideais vagos e reprimidos pela civilização (PARK, 1967, p. 64).

Pois, segundo Park (1967, p. 64):

É inevitável que indivíduos que buscam as mesmas formas de diversão, quer sejam proporcionadas por corridas de cavalos ou pela ópera, devam de tempos em tempos se encontrar nos mesmos lugares. O resultado disso é que, dentro da organização que a vida citadina assume espontaneamente, a população tende a se segregar não apenas de acordo com seus interesses, mas de acordo com seus gostos e seus temperamentos [...] Cada vizinhança, sob as influências que tendem a distribuir e a segregar as populações citadinas, pode assumir o caráter de uma “região moral”. Assim são, por exemplo, as zonas do vício encontradas na maioria das cidades. Uma região moral não é necessariamente um lugar de domicílio. Pode ser apenas um ponto de encontro, um local de reunião.

Essa categoria dialoga, portanto, com a perspectiva de Elias (1992, p. 63), ao atribuir espacialidade à busca da excitação evidenciada por este autor, uma busca constitutiva das sociedades contemporâneas, em que existe a permissibilidade de práticas que liberam dos indivíduos as restrições que lhes são impostas, permitindo sua interrupção moderada. Os territórios de prostituição aparecem aqui como uma das regiões “isoladas” onde “[...] os impulsos, as paixões e os ideais vagos e reprimidos se emancipam da ordem moral dominante [...]” (PARK, 1967, p. 64).

### **1.3 Um olhar a longo prazo: as transformações urbanas da prostituição a partir da instalação.**

Sob a perspectiva do movimento de *fazer cidade*, a invasão dos grupos orientados pelo mercado sexual sobre os espaços urbanos de Londrina, somada a suas insistências em permanecer nesses territórios, gestam transformações urbanas a longo prazo graças aos mecanismos duráveis de instalação. O resultado dos três efeitos do movimento urbano de um grupo, como os da prostituição destacados até aqui – a invasão, ocupação insistente e agora, a instalação - permitem caracterizar de modo mais objetivo não só os territórios de prostituição como *regiões morais*, como também analisar um conjunto de transformações, de mudanças de sentido, principalmente, sobre a percepção dos grupos urbanos acerca da presença das prostitutas na cidade de Londrina.

Dentre essas transformações, é interessante destacar a naturalização implícita nos jornais contemporâneos acerca da localização dos territórios de prostituição na cidade de Londrina: a região central, especificamente os entornos da Avenida Leste-oeste. Na coleta de dados em notícias online sobre a relação da prostituição com o espaço urbano de Londrina, é notório que as palavras “prostituição”, “prostitutas” ou “trabalhadoras sexuais” são comumente acompanhadas da localização central: a “avenida Leste-Oeste” e “bairro Shangri-lá”, mas desacompanhadas das campanhas morais antes encabeçadas pelos meios de comunicação em prol da transferência desses territórios para áreas mais distantes.

A coleta de dados em matérias de notícias online, organizadas no quadro a seguir, apontam para mudanças de sentido no que tange a relação da população orientada pela ordem hegemônica e a presença das prostitutas na cidade de Londrina. Apesar do controle social ser acionado contra as práticas da prostituição em todas as notícias, a população entrevistada deixa de se dirigir somente a figura das prostitutas, já interpretando-as como profissionais do sexo, para criticar também seus clientes e as “consequências” da prostituição.

A insistência das prostitutas em permanecer nas áreas centrais da cidade não só naturalizaram a relação da ordem hegemônica com os espaços da prostituição – sem suspender o controle e a vigilância - como também transformam a relação desses grupos com a identidade social e profissional dos grupos de prostitutas. Não obstante, a maior parte das notícias referem-se a processos de novas invasões das prostitutas em áreas próximas da região central, e nesse caso, faz sentido destacar que o movimento de *fazer cidade* continua atuante, pois ele deve ser entendido como um processo sem fim e contínuo, remetendo a um contexto de expansão contínua dos universos sociais e urbanos (AGIER, 2015, p. 491).

QUADRO 2: Fontes jornalísticas acerca dos movimentos urbanos da prostituição.

ANO	REGIÃO	PROPOSTAS
	FATO/PROBLEMA	ENTREVISTADOS
2000	Bairro Shangri-lá	Aumento do número de agentes da segurança pública na região para coibir a invasão das prostitutas no bairro Shangri-lá.
	Invasão das prostitutas em um território residencial próximo das avenidas Leste-Oeste, Tiradentes, José de Alencar e Universo.	Moradores do bairro Shangri-lá que também são agropecuaristas, profissionais liberais e empresários de classe média na cidade.
2008	Avenida Leste-Oeste	Ações de ONGs, reforço de policiamento e aumento de abordagens policiais.

	Práticas da prostituição na região	Moradores e um representante da segurança pública.
2008	Avenida Leste-Oeste	Aumento de policiamento na região.
	Brincadeira ou propaganda explícita da venda de drogas ou serviços sexuais na região.	Comerciantes, moradores e prostitutas
2009	Avenida Leste-Oeste.	Investigação da Polícia Civil.
	Assassinatos de travestis prostitutas revelam disputa pelo controle do mercado sexual de Londrina.	Vítimas, profissionais e ex-profissionais do sexo.
2009	Avenida Leste-Oeste	Aumento de policiamento e das abordagens policiais.
	Presença da prostituição associada ao tráfico de drogas na região.	Representante da segurança pública, motoristas e comerciantes.
2011	Avenida Brasília, Vila Marízia, Região Central, Vila Yara (Zona Leste).	Denúncias para as autoridades públicas e órgãos responsáveis.
	Prostituição infantil e dependência química de menores de idade nos territórios de prostituição.	Funcionário do conselho tutelar e educador social.
2013	Avenida Leste-Oeste e Tiradentes, praça Rocha Pombo e Bosque Central.	As trabalhadoras sexuais não apresentaram um consenso, para uma parcela a medida representaria risco de exposição aos clientes,

		pois todos aqueles que não trabalham no mercado sexual ao serem avistados em um lugar específico para a prostituição seriam lidos como clientes, já outra parcela considera positivo tanto para os moradores quanto para a segurança das trabalhadoras, outra parte considera a proposta inaplicável.
	O vereador Roberto Fu (PDT), sugere a criação de uma área específica para a prostituição em Londrina. Ele buscava delimitar um espaço para as trabalhadoras atuarem sem incomodar os moradores.	Prostitutas
2016	Avenida Leste-Oeste	Operação policial.
	Reclamação de moradores sobre a suposta articulação entre o tráfico e a prostituição para o domínio do território.	Moradores e agentes da segurança pública.
2020	Avenida Leste-Oeste	Denúncia em reportagens dos jornais locais.

	Nudez de prostitutas na região da avenida Leste-Oeste.	Visitante de Londrina e representante da segurança pública.
2021	Bairro Shangri-lá	Denúncia em reportagens para as autoridades públicas.
	Efeitos do lockdown sobre a prostituição em Londrina: as prostitutas passam a ocupar os territórios de prostituição durante o período diurno.	Moradores do bairro Shangri-lá e representantes da segurança pública.

**Fontes:** O próprio autor.

O panorama das notícias elencadas é de que as prostitutas instalaram suas práticas na região central e principalmente, nas imediações da avenida Leste-Oeste. No segundo capítulo, me debruço sobre algumas consequências e tensões derivadas dessa última configuração, acompanhado da ampliação da análise sobre o quadro em destaque. Mas, antes, é importante evidenciar algumas conclusões para este capítulo. A partir da abordagem metodológica de Agier (2015) e a operacionalização do conceito de *fazer cidade* sobre a bibliografia histórica utilizada, foi possível analisar que na cidade de Londrina, as prostitutas territorializaram espaços urbanos na medida em que conseguiram preencher, a partir de suas práticas, a carência de lazer existente na malha urbana construída pelos grupos da cidade hegemônica.

As práticas da prostituição possibilitaram o relaxamento das restrições impostas pela ordem hegemônica e propiciaram relação com os demais grupos, tais práticas compõem a cidade de Londrina a partir de seu limite código-territorial e produzem uma outra cidade a partir do ponto de vista das práticas prostitucionais, essas que mediam uma relação entre código, território e desejo de aventuras e excitações que tecem uma “região” capaz de desestabilizar os ideais promovidos pelos poderes públicos de Londrina de uma cidade higiênica, ordeira e pacífica para formar regiões regidas por outros valores, esses que refletem e tensionam os códigos hegemônicos e fundamentam-se no mercado sexual.

Enfim, a cidade de Londrina é feita de movimento e sob os movimentos urbanos das prostitutas essa cidade é reflexo de invasões distantes da ordem hegemônica, para garantir a sobrevivência do que é contra hegemônico, constituída por ocupações insistentes que negociam e tensionam novos processos de territorialização e por fim recebe transformações a partir da instalação dos grupos na sua malha urbana. E observá-la a partir das práticas das prostitutas é fundamental para compreender os conflitos, enfrentamentos e segregações que se desenrolam sobre a prostituição contemporaneamente na região central da cidade, pois é notório que os “problemas” urbanos derivados da prostituição surgem, quando grupos de prostitutas invadem espaços código-territoriais ocupados pela ordem hegemônica, isto é, orientados pela “cidade jardim” causando fatos-problemas ou fenômenos a partir do encontro entre as duas práticas.

## 2 FAZER CIDADE NA FIGURAÇÃO ESTABELECIDOS E *OUTSIDERS*

Neste capítulo, faço menção ao histórico de mobilização das prostitutas no Brasil, mobilizo questões sobre o reconhecimento desta identidade profissional e social na cidade de Londrina, até as tensões entre o *putafeminismo* e setores conservadores do feminismo, pois esses assuntos de sentido amplo refletem e não se desassociaam do que é discutido nesta dissertação, como a transformação urbana decorrente dos mecanismos duráveis de instalação das prostitutas nos territórios urbanos de Londrina. O modelo explicativo *estabelecidos e outsiders* de Norbert Elias (2000)<sup>12</sup> é resgatado, aqui, a fim de analisar a relação dos setores hegemônicos com os territórios de prostituição e a presença das prostitutas na cidade de Londrina, de modo que seja viável refletir sobre as possibilidades de ampliação do conceito de *fazer cidade*.

A abordagem metodológica de Agier (2015) contribui para a visualização de movimentos que fazem a cidade a partir das práticas de grupos contrahegemônicos, iluminando a marcha de grupos, como os da prostituição em Londrina, rumo a cidade, e produzindo transformações urbanas com suas invasões, ocupações insistentes e instalações na malha urbana. Contudo, não é uma proposta de Agier (2015) se concentrar sobre as relações de poder que interferem nesses processos de fazer cidade e sim descrever a dinâmica de uma certa continuidade entre a marginalidade e a centralidade das cidades, onde a cidade é resultado do movimento e da relação de ambos.

Não se trata de renunciar à abordagem metodológica de Agier (2015) e sim de dialogar com Norbert Elias (2000) a fim de visualizar os entraves, as tensões, os limites e as possibilidades de *fazer cidade* das prostitutas sob a figuração *estabelecidos e outsiders* contemplando as relações de poder entre os grupos. Elias (2000) aplicou o modelo explicativo de *estabelecidos e outsiders* em uma pesquisa empírica acerca das relações de poder existentes entre dois grupos na cidade de Winston Parva: uma população de residentes desde longa data e outro mais novo na

---

<sup>12</sup> Apesar do modelo explicativo de estabelecidos e outsiders ter se popularizado após a publicação de Elias com Scotson, o primeiro autor já fazia uso do termo e teorizava a respeito desde seus primeiros trabalhos.



cidade. Elias apontou que apesar de não haver diferenças entre os grupos de nacionalidade, tipo de ocupação, renda ou nível educacional, - o tempo de instalação na região - promovia coesão de valores e condutas à população de residentes com mais tempo de instalação, esses que, com relação aos recém-chegados na cidade: “[...] cerrava fileiras contra eles e os estigmatizava, de maneira geral, como pessoas de menor valor humano. Considerava-se que lhes faltava a virtude humana superior - o carisma grupal distintivo - o que o grupo dominante atribuía a si mesmo.” (ELIAS, 2000, p. 19).

Foi visto que, antes do movimento de invasão das prostitutas no espaço urbano de Londrina, famílias e agregados de grandes fazendeiros e representantes da Companhia já estavam no processo de reocupação da região do norte do Paraná desde longa data. Esse fato promoveu a coesão de valores e condutas dessa população, expresso em propagandas de venda dos lotes de terra e nas denúncias contrárias a invasão de grupos dissidentes dessa coesão. Uma vez que o planejamento prévio da cidade projetava uma Londrina ordenada, “[...] casa ideal de uma sociedade perfeitamente administrada.” (BENATTI, 1996, p. 38), o aumento de práticas dissidentes desse planejamento com a migração descontrolada de populações acionou processos de controle, vigilância, disciplina e estigmatização de condutas a fim de administrar e afastar os movimentos de grupos urbanos dissidentes desse projeto hegemônico, como é o caso das prostitutas.

As denúncias e propagandas publicadas nos jornais das décadas de 1940 a 1960, analisados no capítulo 1, evidenciam o processo de construção de uma autoimagem positiva dos residentes de Londrina desde longa data a partir da atribuição de características e aspectos negativos sobre os recém-chegados. Esse processo de estigmatização buscou afastar os indivíduos dissidentes da ordem hegemônica dos lugares de prestígio e poder na cidade e da área central na malha urbana. As diferenças entre os grupos são mais latentes nos códigos de condutas, tipo de trabalho e tempo de instalação no território, fatores que se tornaram determinantes para os residentes desde longa data cerrarem fileiras contrárias às dinâmicas de *fazer cidade* das prostitutas, afastando e controlando as práticas que destoavam do anseio de “cidade jardim” que materializa a cidade hegemônica.

Para Fernando Kulaitis (2001, p. 60), os termos estabelecidos-outsiders só fazem sentido à luz de uma relação de poder que separa e une os grupos de

determinada configuração, ela pode ser vista em três abordagens: (1) o processo histórico de formação dos grupos estabelecidos desde longa data em uma região; (2) a formação da autoimagem de um grupo em contraposição à imagem dos “outros”; (3) a capacidade de um grupo concentrar instrumentos de poder para auferir status e estigmatizar o outro. E no interior das dinâmicas do movimento de *fazer cidade* das prostitutas em Londrina, que foi analisado desde então, essas três abordagens podem ser vistas.

Segundo Antônio Benatti (1996, p. 23), as populações que migraram no início do século XX para a região que se localizaria Londrina haveriam de se enquadrar no que fora preestabelecido pela Companhia, a empresa imobiliária-colonizadora responsável pelo planejamento prévio da cidade.

Assim, a cidade real, construída cotidianamente pelos indivíduos e grupos, teria que corresponder às diretrizes de um tipo ideal de aglomeração urbana. [...] nessas cidades artificiais [...] não seriam os espaços que se “sujeitariam” aos homens, mas os homens que se sujeitariam a uma ideia de espaço definida a priori. [...] Esses diferentes espaços, estratificados e hierarquizados, deveriam funcionar como um sistema urbano descongestionado, liso, perfeitamente adequado ao fluxo ótimo das coisas e das gentes.

Destarte, quem se *desterritorializa*, funcionários da Companhia, famílias e agregados de proprietários rurais, muitos dos quais, simplesmente, se apropriaram de terras devolutas, sertanistas mineiros, fluminenses e paulistas, haviam de se *reterritorializar* segundo uma ordem muito específica que atendia o modelo de colonização aplicado aos projetos arquitetônicos da cidade de Londrina, que objetivou: “Uma apropriação da renda através da valorização da terra por todo o conjunto social, este era o principal motivo da fixação da população na área urbana” (BENATTI, 1996, p. 19), direcionada a agricultores e produtores de café.

Logo, para ter *direito a cidade* hegemônica, os grupos de indivíduos atrelados a esses setores preenchiam o território de significados e sentidos ligados a ordem e a disciplina da planta da “cidade jardim”, orientada por valores da economia cafeeira e por códigos morais da família nuclear – esse é o movimento norteou o *fazer cidade*

dos grupos que se estabeleceram em Londrina desde longa data, sendo que tal movimento incluía a manutenção dessa cidade idealizada, manutenção que implicava controlar e segregar práticas alheias ao que contribuía para atingir o horizonte da cidade ideal.

A longo prazo, adequar-se neste processo, quer dizer, ser bem-sucedido no trânsito orientado pelos lucros da economia cafeeira, favoreceu o estabelecimento dos setores ligados à Companhia nos lugares de prestígio e poder. As populações que, deslocadas no processo de *desterritorialização* capitalista, capazes de se *reterritorializar* e restaurar em boa parte seus vínculos e seus hábitos, alinhados ao planejamento hegemônico, garantiram para si e para suas futuras gerações um lugar na *história oficial* da cidade e nos jornais locais - os que referenciam Londrina como a antiga capital do café, cidade da ordem e do progresso, marginalizando a existência de setores que também existiram e contribuíram para o reconhecimento de Londrina como uma das antigas capitais da prostituição e da boêmia no Brasil, e também possibilitou domínio sobre a comunicação a partir do alinhamento com os valores expressos nos jornais.

Esses grupos, que correspondem a ordem hegemônica, invadiram, ocuparam e se instalaram nos lugares de prestígio e poder, fazendo a cidade de Londrina norteada por ideais de ordem, disciplina e vigilância sobre movimentos contrários a essa ordem, organizando e administrando práticas dissidentes, como as das prostitutas. Justamente, a interpretação histórica de Bennati (1996) sobre a formação de Londrina corrobora para uma leitura dos espaços urbanos desta cidade como produto da ação unidirecional de *estabelecidos* e *outsiders*, que também apoia a noção de território de Souza (1995, p. 86), interpretado como:

um campo de força, uma teia ou rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade: a diferença entre “nós” (o grupo, os membros de uma coletividade ou “comunidade”, os insiders) e os “outros” (os de fora, os estranhos, os outsiders). [...] Territórios, que são no fundo antes relações sociais projetadas no espaço que espaços concretos [...]

O modelo explicativo figuracional de Norbert Elias (2000) é um modelo teórico, em pequena escala, de um tipo de figuração que Elias defende ser universal (ELIAS, 2000, p. 20), a depender de teste, ampliação e necessária revisão correlacionada à investigação pretendida. A aplicação desse modelo no caso de Londrina é possível a partir da descrição dos movimentos de *fazer cidade* das prostitutas que não se desassocia dos movimentos de *fazer cidade* dos grupos hegemônicos, pois entre eles há uma relação de poder que se inicia com o processo de construção da autoimagem dos estabelecidos.

De acordo com Federico Neiburg (2000, p. 07), *estabelecidos* é um termo que se refere aos grupos que ocupam lugares de prestígio e poder, como a política, a imprensa, comitês, segurança pública etc. Esses lugares são alcançados através da combinação de tradição, autoridade e influência, e podem ser explicados a partir do conceito de *fazer cidade*, quando demonstrado a partir dos processos de invasão, ocupação insistente e instalação, esses grupos firmam transformações capazes de fundar seu poder no princípio de serem um modelo moral para os outros que não compõem o grupo de estabelecidos, isto é, os *outsiders*.

Segundo Antônio Benatti (1996, p. 33), no contexto de modernização da cidade de Londrina, isto é, durante o período de maior recepção de migrantes, os grupos hegemônicos se empenharam em, além de ovacionar as novas características modernas, sinalizar os princípios da “cidade jardim”, ou seja, lembrar os novos habitantes de uma perspectiva da história da construção da cidade e dos ideais que conformam seus anseios por ela. Na década de 1950, setores hegemônicos passaram a celebrar a imagem dos primeiros habitantes da cidade, que seriam os responsáveis, segundo o que era publicizado na mídia local, pelo sucesso dos empreendimentos da CTNP, pelos lucros da economia do café na região, e enfim, pela marcha civilizatória e moderna que invadia Londrina desde então.

Eram comum homenagens nos jornais das décadas de 1950 e 1960 acerca daqueles que:

[...] como primeiros habitantes, se estabeleceram nas pequenas clareiras da mata, suportando duros ataques dos insetos, passando fome durante a revolução de 1932, quando a região ficou sem ligação com São Paulo, seu principal centro

abastecedor e ficando muito tempo praticamente sem nenhuma ligação com a civilização (BENATTI, 1996, p. 33)

Esses grupos eram considerados os pioneiros da “cidade jardim”, aqueles que participaram ativa e efetivamente da implementação da agricultura na região e eram lidos como heróis que desbravaram a mata para expandir as fronteiras da cultura e da civilização em Londrina. O pioneiro marca não só a autoimagem dos grupos hegemônicos, mas também os fundamentos da tradição do território. Na medida em que o passado é reelaborado a partir da memória de um suposto pioneirismo heroico e homogêneo, grupos sociais diversos também são homogeneizados ao nível da criação de um mito de construção da cidade que teve sua origem de uma comunidade plena, ordeira e liderada por grandes fazendeiros (BENATTI, 1996, p. 34).

Dos esforços conjugados dos elementos alienígenas, vemos, hoje, a metrópole cosmopolita que urge, que rasga o chão na ânsia de se expandir, de se erguer aos céus, de se civilizar e de se transformar em um marco a servir de exemplo aos demais brasileiros, mostrando o quanto pode realizar a férrea vontade do pioneiro, daquele que, abandonando tudo, marca, na selva, o chão onde futuramente se levantará mais uma cidade, mais um posto avançado de civilização e, aí, crescerá nova comunidade social (BENATTI, 1996, p. 34).

Foi evidenciado que a combinação de processos econômicos, históricos e sociais possibilitaram aos grupos e setores ligados à CTNP a posição de pioneirismo na colonização da região norte do Paraná. Além disso, considere-se o papel da imprensa local no marketing das terras e na elaboração de noções de pertencimento ligadas à prosperidade cafeeira, a ordem, a civilidade e a moral cristã. Assim, a planta da cidade e os veículos jornalísticos contribuíram para a construção da tradição, autoridade, autoimagem e enfim estabelecimento dessas populações em contraposição aos que se reterritorializam sob ordens distintas.

A imprensa local firmava virtudes supostamente compartilhadas pelos moradores pioneiros, ratificava o sentido original do planejamento urbano da cidade de Londrina e criava tensão com relação aos recém-chegados. Identifica-se que, ao ser o principal instrumento de *marketing* para a “nova canaã”, a imprensa local marcou

no plano das representações noções de pertencimento ligadas à prosperidade cafeeira, à ordem, à civilidade e à moral cristã. Populações que se perdiam no caminho para a cidade - *reterritorializando-se* a partir de outras noções de pertencimento - eram vistas como sujeitos antagônicos e marginais, por isso, representavam um risco àquela ordem estabelecida, ou seja, aos anseios de *fazer cidade* ligada a um horizonte de ordem, disciplina e progresso.

Néstor Perlongher (1993), desenvolveu uma proposta analítica a esses “territórios marginais” ocupados pelas tropas que “se perdem no caminho à cidade”, neste caso, as tropas de prostitutas que se perderam no caminho à “cidade jardim” (Londrina) para uma cidade do trânsito, da boemia e da luxúria (também Londrina). Para o autor, uma parcela de investigações empíricas da antropologia na cidade demonstrou que: “[...] as populações deslocadas no processo de desterritorialização capitalista se reterritorializam, restaurando em boa parte seus vínculos e seus hábitos.” (PERLONGHER, 1993, p. 52).

Mas, segundo Perlongher (1993, p. 52), o problema desses estudos é que eles deixam de lado aqueles que se “perdem” no caminho à cidade, ou seja, aqueles que não conseguem se adequar nos espaços pré-determinados pela planta urbana integrando o que ele denomina de “tropas marginais”. A fim de compreender esse tipo de população urbana, que não se estabelece no centro nem em suas periferias (e sim em suas margens), Perlongher retoma o conceito de “região moral” de Robert Park (1967) para tratar desses grupos que não possuem limites mais ou menos definidos de grupo e/ou de comunidade.

Neste ponto, resulta interessante voltar à “região moral” de Park. As populações que a transitavam, lembremos, não residiam, mas perambulavam pelo local, reuniam-se, nem tanto de acordo com seus interesses, mas na comunhão de seus desejos e seus temperamentos - ou diríamos, mais cruamente, de seus “vícios”. Na “região moral” heteróclita na diversidade das fugas que, em seu seio, à maneira de uma válvula de escape que liberasse os impulsos “reprimidos pela moral social”, se refugiam, proceder-se-ia, ao mesmo tempo, a uma canalização/viabilização e a uma “reterritorialização relativa” dos impulsos e trajetórias desterrados proscritos. Esse leque de trajetórias erige territorialidades, redes territoriais, contíguas, entremeadas, mas

sutilmente diferenciadas através de traços de giz bosquejados em pontilhados nas calçadas. (PERLONGHER, 1993, p.55)

Em diálogo com as ideias de Perlongher (1993) e Elias (2000), a abordagem metodológica de Agier (2015) aplicada nesta pesquisa recebe contribuições ao entender possibilidade de ampliar perspectivas acerca dos processos de *fazer cidade*, permitindo a pesquisadores como eu, se debruçar sobre as práticas, as ações e as ideias de grupos que não necessariamente residem, mas transitam no território urbano de acordo com desejos, temperamentos e vícios que constituem suas práticas. E apesar de não comporem o anseio por uma “cidade jardim” hegemônica, relacionam-se com ela a partir de seu limite dando possibilidade a vazão de impulsos reprimidos pela moral social, mesmo que essas possibilidades recebam um intenso policiamento.

O policiamento, bem como, a criação de uma cadeia pública, é interpretado por Leme (2018, p. 48) como instrumento de controle aos grupos de pessoas que não conseguiam se integrar à sociedade do trabalho, aliás, a prisão representa a criação de novos espaços urbanos destinados a pessoas que resistissem a esse processo de adequação<sup>13</sup>.

Através da leitura dos jornais da época, percebe-se a preocupação das elites em separar os migrantes em dois contingentes, um dos ‘trabalhadores’ e outro dos ‘marginais’. Como “ervas daninhas”, malandros, *cáftens*, prostitutas, desocupados, jogadores, etc., invadiram aquela que fora idealizada para ser um jardim urbano, espaço ordenado e higiênico, onde o trabalho ‘honesto’ deveria reinar. (LEME, 2018, p. 50)

Importante perceber que, na dinâmica de desenvolvimento da cidade de Londrina existe a composição de uma configuração específica, esta que pode ser interpretada a partir do modelo explicativo figuracional de Norbert Elias (2000). À exceção de classe social, etnia ou outras categorias da diferença, os dados

---

<sup>13</sup> Outra prática social promovida pelo poder público, em resposta às tensões com os recém-chegados, foram as ações de filantropia aos mais pobres, como campanha de doações de alimentos para celebrar datas comemorativas. (LEME. 2018, p. 49)

trabalhados por Benatti (1996) e Leme (2018) indicam que, a população pioneira e grupos ligados a CTNP diferem-se com maior intensidade dos marginais no plano da cidade através das condutas, do sucesso de seus empreendimentos, do tipo de ocupação e dos respectivos valores morais.

Já os outsiders, são os que não fazem parte e não compartilham das mesmas noções de pertencimento supracitadas. São as “ervas daninhas” dos que observam Londrina como uma “cidade-jardim”, isto é, os malandros, cafetinas, prostitutas, desocupados, jogadores etc. Porém, ao concentrar nossa atenção às prostitutas, não repetimos a hipótese de que essas, por serem outsiders, existiriam sempre no plural, muito menos de que não constituem um grupo social dinâmico e coeso (NEIBURG, 2000, p. 07) tendo em vista as recentes tentativas de organização do grupo e a expressão de uma perspectiva feminista da prostituição.

Elias (2000, p. 23) chama atenção para a capacidade dos estabelecidos de estigmatizar os outsiders e assim separá-los e segregá-los no espaço urbano. Essas ações dependem de condições específicas que fornecem sociodinâmicas de estigmatização, mantidas por um equilíbrio instável de poder. Ora, agentes coletivos ligados à CTNP ocuparam, desde o princípio, posições importantes de poder, essas que possibilitaram a inclusão ou a exclusão de determinados grupos na planta da cidade, contando até com o uso da disciplina para normatizar o que considerava indesejável ou desassociado de sua autoimagem. Somado a isso, a imprensa financiada pela Companhia refletia seus ideais, e o poder público, instaurado pela criação do município de Londrina, perpetuou essas relações de poder.

Logo, na medida em que os estabelecidos detinham controle de instrumentos de poder como discursos oficiais do poder público, por exemplo, o judiciário e o legislativo, além de discursos religiosos, médicos e da imprensa local, esse grupo pôde estigmatizar os outsiders, promovendo pânico moral através da imprensa local, haja vista dos “riscos” que eles representavam para a paz e a ordem na cidade. Não se trata, portanto, da simples separação entre migrantes ‘trabalhadores’ e ‘marginais’, mas essencialmente da consolidação de uma autoimagem moralmente superior, que recrudescia a cada movimento das prostitutas.

Segundo Leme (2018, p. 65), o jornal “O Combate” foi um dos mais engajados na crítica à prostituição, reservando sempre um espaço de destaque para



sensacionalizar e estigmatizar as relações que envolviam o mercado sexual na cidade de Londrina. Em 1952, chegou a realizar um levantamento de dados para ser apresentado a polícia sobre o perfil das trabalhadoras e clientes que perambulavam pela “rua do pecado”. Nessa reportagem os editores reuniram reclamações de moradores e acenos a um retorno ao ideal de uma “cidade jardim”, que notoriamente estava em crise.

Assim, a exclusão e a estigmatização dos outsiders pelo grupo estabelecido eram armas poderosas para que este último preservasse sua identidade e afirmasse sua superioridade, mantendo os outros firmemente em seu lugar. (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 22)

Não obstante, os estabelecidos só podem estigmatizar os outsiders com eficácia na medida em que estão bem instalados nas posições de poder das quais o grupo estigmatizado é excluído. Destarte, o equilíbrio de poder é instável, pois se outsiders se organizarem para adentrar e garantir espaços da administração do poder público (o que é uma possibilidade) colocam sob tensão o processo de estigmatização. Para Elias (2000, p. 26), existe uma função social neste processo de estigmatização e segregação do espaço urbano: preservar a superioridade de poder do grupo estabelecido e, conseqüentemente, eliminar contatos profundos entre os grupos.

Sendo a imprensa a maior responsável por firmar uma representação da autoimagem da “cidade jardim”, financiada pela CTNP, desde sua divulgação para venda das terras, esse setor operou a favor da construção e manutenção de ideais hegemônicos e por isso possui um papel fundamental na estigmatização e conseqüente segregação do espaço urbano com relação as prostitutas.

Ainda que o modelo analítico de estabelecidos e outsiders contribua para a interpretação da segregação urbana de Londrina e os entraves do fazer cidade dos estabelecidos sobre o fazer cidade das outsiders, o fenômeno da prostituição complexifica as questões analisadas por Elias. Visto que, as prostitutas e seus clientes não residem ou trabalham no mesmo local, como é o caso de Winston Parva. Não obstante, as pessoas pertencentes ao grupo de estabelecidos são as que buscam

comprar na prostituição, justamente, características emocionais de satisfação “exteriores” ao seu grupo, isto é, serviços ligados ao que é contrário a moral cristã, à costumes da ética do trabalho, em outras palavras: serviços sexuais.

Como uma vez disse Néstor Perlongher (1987, p. 20): estamos diante do curioso comércio onde os “normais” aparecem prostituindo-se para os desviantes de seu itinerário urbano pré-estabelecido. Visto que, as prostitutas vendem serviços sexuais para aqueles que se desviam do seu movimento de *fazer cidade* rumo a outra cidade, feita pelas trabalhadoras sexuais na marcha da invasão em desobediência a legalidade.

Considerando que os outsiders são vistos como seres anômicos pelos estabelecidos, ou seja, pessoas contrárias à “boa” moral e aos “bons” costumes, e o contato cotidiano com eles deve ser evitado, sob o risco de ficarem:

[...] sob a suspeita de estarem rompendo as normas e tabus de seu grupo; a rigor, estariam rompendo essas normas pela simples associação com membros do grupo outsider” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 26).

A compra de serviços sexuais pelos *estabelecidos*, produtos à venda por *outsiders* nos territórios da prostituição, estabelecem uma interdependência nesta relação, ainda que exista a ameaça do estabelecido ter seu status rebaixado dentro de seu grupo. E é essa interdependência que parece propiciar o aparecimento de uma base espacial para a agência dos indivíduos ligados ao mercado sexual. Próximo ao recorte analítico de Néstor Perlongher (2008)<sup>14</sup> – e seguem aqui o mesmo sentido, em que o sofrimento e o risco por quebrar a ordem heterossexual hegemônica ou, em outras palavras, a figuração de *estabelecidos* e *outsiders*, possa não só revelar ser não menos excitante que o sexo como também desenvolver ambientes quase isolados onde os desejos, os impulsos e as paixões reprimidas possam se emancipam da

---

<sup>14</sup> Que tratava da associação entre homossexualidade e desvio, os sentimentos de culpa e/ou imoralidade que ecoavam das relações entre garotos de programa (michês) e seus clientes na cidade de São Paulo, norteavam a busca por prazer a partir de sofrimento/humilhação (portanto, o trânsito urbano desses grupos).

ordem moral dominante, ou seja, as *regiões morais* ponto de contato e encontro entre duas dinâmicas de *fazer cidade* distintas e relacionais.

Na interpretação de Perlongher, “[...] o desejo não ficaria restrito ao individual subjetivado, mas percorreria tensões de força que atravessam o campo social” (2008, p. 251). Neste sentido, não importa a forma de um desejo particular do indivíduo, mas os mecanismos que o dividem entre o aceitável e o “imoral”. Então, através das lentes de Perlongher (2008), é possível observar como a transgressão à cultura heterossexual ou ordem sexual hegemônica vai além do desejo sexual voltado para uma pessoa do mesmo sexo ou do sexo oposto. Ela está posta na geografia e no tempo em que se tomam as relações, na dependência dos *estabelecidos* para a manutenção de sua autoimagem e no anseio de uma cidade ideal hegemônica, que se materializam no rompimento das normas sociais que indicam os encontros entre parceiros<sup>15</sup> nas *regiões morais*, isto é, territórios de prostituição conformados por práticas de fazer cidade dissidentes do anseio da cidade hegemônica.

No caso da prostituição em Londrina, o mesmo pode ser pensado na relação do cliente que compõe o grupo dos *estabelecidos*, que permeia os territórios da prostituição a procura do risco, do lazer e do desejo e é entrelaçado pela observação das trabalhadoras sexuais que visam o dinheiro *desterritorializando* os códigos da “cidade jardim” para uma reterritorialização relativa e temporária no *fazer cidade* das prostitutas que anseiam a “cidade da boemia”. Observa-se aqui, que a soma da abordagem metodológica de Agier (2015) com o modelo explicativo de estabelecidos e outsiders gera a ampliação na produção do conhecimento sobre esses processos urbanos.

Pois, fica evidente que no movimento de *fazer cidade* dos setores hegemônicos na cidade de Londrina também cabe o contato movido pela necessidade de relaxamento das restrições impostas pelos processos civilizatórios, além disso, sobre o movimento de *fazer cidade* também há relações de poder que tensionam, contribuem ou dificultam o processo de um ou de outro grupo. O olhar comum e relacional dos autores possibilita a interpretação de que *fazer cidade* também pode

---

<sup>15</sup> Por exemplo, na etnografia de Perlongher (2008; 1987), o cliente mais velho acabava sendo visto pelo michê como quem possui mais dinheiro, de modo que se desterritorializava em relação aos códigos familiares considerados tradicionais, logo, esse sujeito encontrava nas esquinas novos códigos que dão permissão a uma reterritorialização moral.

ser captada a partir da negociação, do desejo, de movimentos que extrapolam a invasão, a ocupação e a instalação, mas derivam deles.

Haveria, então, um duplo movimento: uma reterritorialização relativa por parte das prostitutas, onde elas fixam contato com a “cidade jardim” em busca de rendimentos financeiros e propiciam aos estabelecidos um escape dos impulsos reprimidos pela ordem moral – que promove a territorialização do espaço urbano – e as tentativas de controle e de desterritorialização impostas pelos setores hegemônicos sobre a presença das prostitutas nas cidades. Essa relação entre território, código e desejo tece uma “região moral indissociável do que transita à margem da sociedade” quando nos territórios de prostituição a figuração estabelecidos e outsiders pode ser tensionada, mas nunca suspensa.

Enfim, compreende-se que há um prazer na transgressão implícita desse processo e que nas margens da sociedade, diferentes códigos permitem que homens tenham experiências desestabilizadoras. E que é possível vislumbrar como tempo, tradição, autoridade e influência gestam status e poder a um grupo (populações ligadas à Companhia e posteriormente vinculadas a ordem estabelecida pelo poder público) que, enquanto permanece unido é capaz de estigmatizar e segregar o outro que não pertence e não compartilha dos mesmos valores estabelecidos pela ordem hegemônica.

Contudo, é importante apontar que essa permanência dos estabelecidos em lugares de prestígio e poder, responsável pela capacidade de estigmatizar outros grupos, como as prostitutas, é mantida sob um equilíbrio instável de poder que sob o processo de fazer cidade das prostitutas é sempre tensionado por novas invasões ou reivindicações das prostitutas a partir dos processos de instalação a longo prazo.

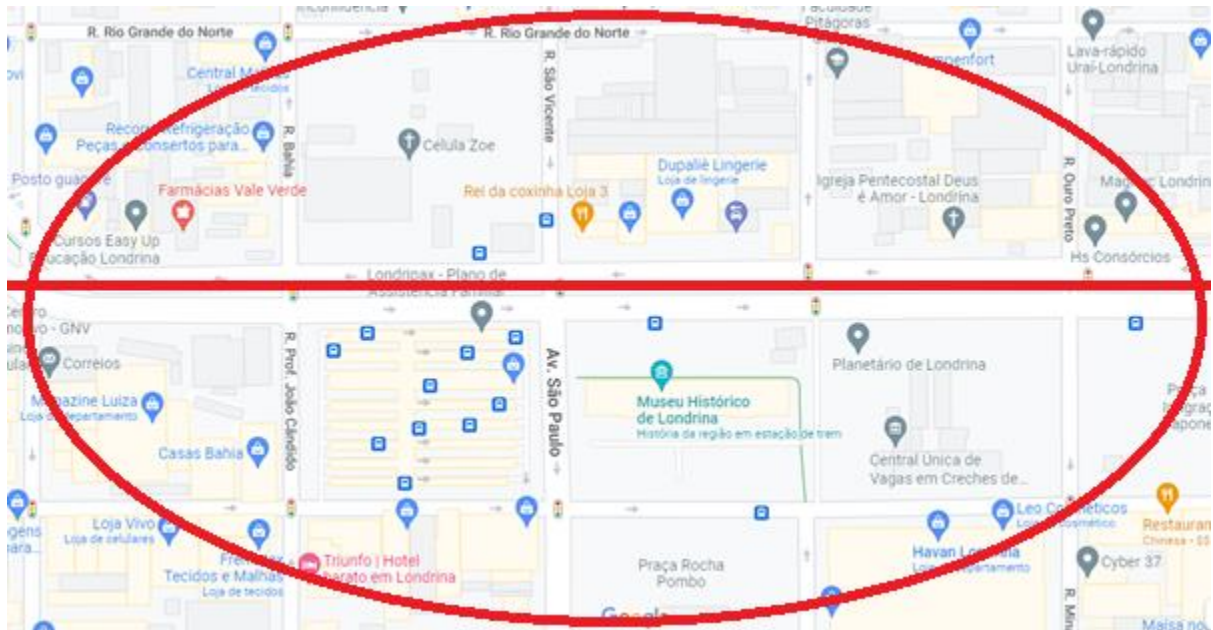
## **2.1 Entre as transformações urbanas: reconhecimento profissional e o feminismo protagonizado pelas prostitutas.**

O conjunto de dados obtidos de notícias online, organizados no quadro 2 do capítulo 1, indicam processos de mudanças e tensões a partir do movimento de

instalação das prostitutas na cidade de Londrina, uma instalação que é capaz, inclusive, de deixar uma marca no processo histórico sobre a existência dos territórios de prostituição indicando a sua localidade no centro de Londrina.

No dia 9 de maio de 2008, a parede da escadaria que um dia levou os cidadãos de Londrina até à antiga rodoviária amanheceu pichada na Praça Rocha Pombo. Aviso, brincadeira, denúncia ou propaganda, a frase - “o melhor preço está na Leste-Oeste” - indicava que não era preciso sair de Londrina rumo a outra cidade para ter experiências diversas, visto que, apesar da tabela de preços que acompanhava a frase não fazer menção ao célebre comércio da “cidade jardim”, ela se relacionava, indiretamente, ao comércio dos serviços desestabilizadores de seus ideais: a venda de drogas ilícitas e/ou serviços sexuais na avenida Leste Oeste de Londrina (SANTIN, 2008).

O encontro da avenida Luigi Amorese com a avenida Arcebispo Dom Geraldo Fernandes, na área central de Londrina, é popularmente conhecido como avenida leste-oeste por permitir o trânsito da população de uma ponta a outra na cidade. Mas, essa não tende a ser a sua única função, pois quase toda extensão da avenida é marcada pela ocupação de prostitutas e clientes do mercado sexual, grupos de pessoas que também procuram por trânsitos, encontros e realizações, que a partir de relações de outros tipos, os levam de uma parte a outra da cidade, sem sair daquele lugar.

FIGURA 3: AVENIDA LESTE-OESTE<sup>16</sup>

**Fonte:** [S.I.] Google maps. <https://goo.gl/maps/jAPtHqySGjUxPbzV9>

O tenente Ricardo Eguedis, que na época era porta-voz do 5º batalhão da polícia militar, quando soube das pichações, informou a contraditória intensificação de rondas e abordagens policiais pela região, digo contraditória, porque a mesma nota que apontava a necessidade de mais policiamento na região, também apontava que naquele lugar não havia altos índices de criminalidade (SANTIN, 2008). Na verdade, essa região apresentava (e ainda apresenta) altos índices de práticas, ações e representações dissidentes do projeto hegemônico da planta da cidade de Londrina, idealizada como uma “cidade jardim” - da disciplina, ordem e progresso.

Segundo uma moradora do bairro Shangri-lá, que é próximo da avenida Leste-oeste, a prostituição se estabeleceu nesta região de forma definitiva a partir dos anos 2000 (ROCHA, 2008), e os altos números de reclamações de moradores em matérias jornalísticas acerca da presença de prostitutas pela região da avenida Leste-Oeste tendem a confirmar essa afirmação. É importante compreender também, que a máxima da reportagem “O melhor preço está na leste-oeste” (SANTIN, 2008) é noticiar

<sup>16</sup> A figura representa a área central de Londrina destacada pelo círculo e seu contato direto com a avenida leste-oeste, representada pela linha em vermelho que compreende a ocupação das prostitutas em Londrina.

o fato-problema que o movimento de alguns setores e grupos de Londrina escaparam do movimento hegemônico estabelecido pela planta da cidade voltado a ordem, a disciplina e a valores da família nuclear e patriarcal, valores constitutivos de Londrina representada como uma “cidade jardim”. E para o jornalista Wilhan Santin (2008), não há dúvidas de que a arte dúbia, pixada na parede da escadaria da Praça Rocha Pombo, retrata e pode ser associada a pessoas e situações que marcam territórios na área central de Londrina ligados a venda de drogas ilícitas, furtos e a prostituição.

A ambiguidade da obra traz à tona o véu de mistério que os centros das cidades carregam, um mistério presente até mesmo em sua definição analítica de alguns autores da sociologia urbana, o próprio Castells (1972 apud PERLONGHER, 1987, p. 47) conceitua o centro urbano entre a literatura e a ciência:

[...] enquanto núcleo lúdico, concentração de lugares de diversão, variedade e ócio, sede espacial das luzes da cidade [...] o que caracteriza o centro não é tanto um ou outro tipo determinado de espetáculo, de museu, de paisagem, mas a possibilidade do imprevisto, a opção consumista e a variedade da vida social.

Apesar da tendência de descentralização urbana que leva a espalhar os lugares de diversão e lazer para outros espaços da cidade que não o centro e a existência de “Zonas confinadas” sobre a prostituição, também é Castells (1972 apud PERLONGHER, 1987, p. 47) quem adverte sobre a persistência de espetáculos de tipo único sobre a região central, o que nos leva ao empírico centro urbano de Londrina, um território regido pelo movimento constante de certas populações que buscam pelas mesmas práticas nessa metrópole, especialmente a procura de sexo, serviços sexuais, diversão e práticas ilícitas.

O que não significa que os grupos experimentem esse território da mesma forma. Por exemplo, segundo a reportagem de Wilhan Santin (2008) o centro urbano de Londrina é um espaço marcado pelo medo, mas, esse medo não é captado ou interpretado da mesma forma por todos os grupos da cidade, quando Santin entrevistou uma trabalhadora sexual, ela relatou casos de furto e oferta de serviços sexuais por usuárias de drogas ilícitas na região e que isso lhe causava medo, bem como, aos seus clientes, assim, ela reclama a favor de segurança pública para as

trabalhadoras sexuais. Mas, quando um comerciante da região central é entrevistado, ele denuncia a existência de um ponto de tráfico nos arredores do centro e considera que isso prejudica a circulação e a confiança dos clientes em seu comércio, o medo para ele existe, porém, não é relacionado com o mercado sexual, também ali presente.

As mudanças elencadas por Agier (2015), no exemplo de suas pesquisas, concentram-se nas lutas pela legitimidade ou pela ilegitimidade de ocupações em espaços marginais de cidades como, por exemplo, quando após a invasão e a ocupação insistente de grupos em lugares não planejados pela planta da cidade, passamos a debater sobre seu reconhecimento e autoafirmação desses grupos (AGIER, 2015, p. 493). No caso desta pesquisa, cabe refletir acerca das mudanças que se expressam simbolicamente no reconhecimento implícito da população de que as prostitutas são profissionais de uma categoria e na tensão da luta pela legitimidade das práticas da prostituição nos espaços urbanos.

Essas mudanças são fruto da acumulação dos três efeitos do agir urbano das prostitutas: a invasão, ocupação persistente e a instalação que promovem tanto em Londrina, como no Brasil, transformações sobre o reconhecimento ou não reconhecimento dos movimentos de prostitutas nos espaços urbanos. A partir da instalação, as práticas das prostitutas tornam-se objeto de uma luta semântica, por exemplo, quando uma moradora reclama para “Folha de Londrina” que não tem problemas com a ação das prostitutas, e que não tem nada contra o “[...] trabalho das profissionais do sexo” (ROCHA, 2008), ela supõe o reconhecimento desta identidade social e profissional.

Essa perspectiva aparece na reclamação de outras moradoras que enfatizam não ter “[...] nada contra as mulheres e homens que vendem e compram seus corpos. Mas, eles deviam fazer ponto em outro lugar, não num bairro familiar e residencial como o nosso” (PUBLICAÇÃO, 2000), um posicionamento muito diferente do que moradores de Londrina das décadas de 1940 e 1960 prestavam aos jornais locais, e isso demonstra que novas ideias surgiram e passaram a permear os debates e a percepção urbana sobre as práticas da prostituição na cidade.

Ao reconhecerem que a prostituição não é em si mesma um problema, os moradores apontam para novas percepções da população local com relação a



atividade da prostituição. Se na década de 1950 os agentes da segurança pública local enquadravam as prostitutas na lei dos costumes, longe de considerá-las trabalhadoras, um morador do bairro Shangri-lá revela que nos anos 2000, “Os policiais passam, olham e, no máximo, conversam com as prostitutas e depois vão embora” (PUBLICAÇÃO, 2000), o que não significa considerar que agora esses grupos possuam uma relação não violenta, mas que alguns processos políticos e sociais desencadearam mudanças para essas interações, como é o caso do reconhecimento da categoria profissional das prostitutas pela Classificação Brasileira de Ocupações em 2002.

## **2.2 Identidade social e profissional: os movimentos urbanos a partir da instalação**

Segundo Everett Hughes (1996 apud SIMÕES, 2010, p. 24), na sociedade contemporânea o termo profissão não é meramente descritivo, ele é um conceito que traduz um julgamento de valor e prestígio sobre o indivíduo que se intitula e é reconhecido como profissional. Em contrapartida, a prostituição é uma atividade estigmatizada e para ela ser considerada e reconhecida como uma profissão alguns movimentos devem ser realizados pelos grupos que a exercem, como a discussão acerca da profissionalização da categoria.

Mas, de acordo com Soraya Simões (2010, p. 25), reivindicar a prostituição como uma profissão obriga a categoria a distinção de condutas, posturas e a reivindicação de direitos e deveres, recusando o papel de vítima no processo de estigmatização sobre o grupo, assumindo, assim, uma escolha que as dota de responsabilidades assumidas. No Brasil, esse processo se inicia a partir dos anos 1980, com a organização de associações de prostitutas de outros países no país, com apoio do Ministério da Saúde, para formar agentes multiplicadores de informações sobre a AIDS e ISTs entre as prostitutas, isso corrobora para o fomento das ideias de profissionalização do grupo.

O reconhecimento do Programa Nacional de AIDS brasileiro, que teve seu sucesso garantido pela aliança entre os agentes de saúde e de grupos de prostitutas brasileiras, contribuiu para o reconhecimento da categoria como ocupação reconhecida pelo Ministério do Trabalho (SIMÕES, 2010, p. 26). Não obstante, Soraya Simões (2010, p. 25), alerta que uma tendência profissionalizante não pode mudar o status do indivíduo estigmatizado, na verdade, o que pode mudar esse status é a ocupação de novos e outros lugares de prestígio e poder pelo grupo, provocando um movimento que cause um novo consenso sobre a atividade.

Gabriela Leite foi uma das precursoras deste movimento, autora dos livros “Eu mulher da vida” (1992) e “Filha, mãe, avó e puta” (2009), criticou as tentativas de justificar a existência da prostituição a partir da narrativa do “mal necessário” e defendeu a existência de relações entre o modo como a prostituição se desenrola contemporaneamente e a forma que a sociedade constrói papéis de gênero e sexualidade (LEITE, 2009). Na perspectiva de Gabriela Leite, a sociedade brasileira comunga de valores (sobretudo, do moralismo cristão) que fazem da sexualidade um objeto “mal resolvido” que promove a construção de *estigmas* responsáveis por rebaixar o status da prostituta e elevar o de trabalhadoras de outros ramos (LEITE, 1992, p. 16).

O ativismo de Gabriela Leite foi marcado pela defesa do direito das prostitutas de se manifestarem publicamente sobre seus trabalhos e ocuparem espaços para além dos territórios de prostituição, segundo Gabriela, essas seriam as formas de combate ao *estigma* que distorce suas reais imagens e vitimiza suas narrativas, prova disso é que Gabriela Leite foi uma das organizadoras do primeiro evento na América Latina promovido por prostitutas para discutir suas pautas com relação a promoção da cidadania, em 1987, aconteceu o “I Encontro Nacional de Prostitutas do Brasil: mulher da vida, é preciso falar!” (MOURA, 2021, p. 06).

Porém, a partir dos anos 1990, setores do feminismo passaram a adotar uma postura mais rígida com relação a prostituição no Brasil, observando esse fenômeno através da experiência comum da ordem patriarcal e não da agência das mulheres – ou da fala das prostitutas ativistas – grupos de mulheres feministas adotaram um discurso de vitimização das trabalhadoras sexuais, onde essas últimas deveriam se conscientizar das opressões que lhes eram impostas pela prostituição a favor da abolição deste tipo de trabalho (MOURA, 2021, p. 07).

A visibilidade deste setor do feminismo, considerado abolicionista da prostituição pelas “putafeministas”, ganhou destaque nos anos 2000 junto a uma discussão pública sobre tráfico sexual, que elevada ao âmbito nacional potencializou no imaginário social o atrelamento da prostituição com termos de violência e exploração sexual, corroborando para que feministas alinhadas a perspectiva antidiscriminatória da prostituição passassem a debater a respeito da palavra “trabalhadora sexual” a fim de forçar um entendimento de que prostitutas seriam trabalhadoras e não crianças, pessoas traficadas ou vítimas de estupros. Embora não haja consenso acerca de qual palavra é preterida (trabalhadora sexual ou prostituta) ambas são aceitas pelos movimentos do putafeminismo (MOIRA, 2018, p. 12).

De todo modo, as situações de tensão e conflito entre feministas conservadoras e abolicionistas da prostituição e as feministas alinhadas ao putafeminismo (e/ou aliadas a promoção da cidadania das trabalhadoras sexuais) sempre foram marcadas pela resistência e posicionamento dessas últimas com relação às realidades que viviam, das que temos registro Leite (1992, p. 88), criticava abertamente o discurso abolicionista da prostituição e da vitimização das prostitutas, a partir da percepção de que essas perspectivas eram limitadas com relação a amplitude das dinâmicas sociais que envolvem a prostituição. Ela defendia que as dicotomias explorador/explorado, opressor/oprimido e mal/bem eram insuficientes para dar conta de todas as complexidades que existem na vida e na agência da mulher que escolhe se prostituir.

Em suas palavras:

Se essas feministas burguesas pensassem com mais sinceridade na relação que elas têm com suas empregadas domésticas, talvez então conseguissem ter uma visão mais objetiva e menos bobinha sobre as relações de trabalho na prostituição e nas atividades femininas em geral” (LEITE, 1992, p. 170).

Mas, fato é que o Estado brasileiro possui uma postura abolicionista com relação a prostituição, apesar de reconhecer a legitimidade desse ofício desde 2002, através do documento “Classificação Brasileira das Ocupações” (CBO – Código 5198), o Código Penal criminaliza todas as condutas que envolvem o trabalho sexual, com exceção da oferta e da demanda sobre ele. Assim, a lei é instrumentalizada para promover a extinção da prostituição como trabalho sem que ocorra uma perseguição

explícita das trabalhadoras e de seus clientes (ROMFELD, 2020, p. 03). Logo, ser uma prostituta ou contratar um serviço sexual não é crime, mas:

(i) induzir ou atrair alguém à prostituição, atuando como “agenciador”; (ii) manter estabelecimento em que ocorra exploração do sexo; ou ainda (iii) tirar proveito da prostituição alheia (atividade conhecida popularmente como “cafetinagem”) [...] estão tipificadas entre os artigos 227 e 230 do Código Penal (ROMFELD, 2020, p. 03).

Destarte, o trabalho do putafeminismo é não só identificar e lutar pela eliminação de opressões de gênero existentes no interior do mercado sexual, como também incentivar a fala pública de trabalhadoras sexuais acerca de seus ofícios, tensionar a opinião e o poder público a favor da regulamentação e, conseqüentemente, da não abolição da prostituição no Brasil. Em 2013, depois do falecimento de Gabriela Leite, o movimento putafeminista no Brasil ampliou sua abrangência alcançando setores de prostitutas ativistas, acadêmicos e feministas aliadas a promoção da cidadania das trabalhadoras sexuais, recebendo maturação de ideais e abordagens teóricas com as contribuições de Amara Moira (2018) e, principalmente Monique Prada (2018).

O debate público mais recente sobre a regulamentação da prostituição no Brasil, deu-se no ano de 2012, a partir da apresentação do projeto de lei 4211/12<sup>17</sup> de autoria do deputado Jean Wyllis (PSOL-RJ) que foi submetido à apreciação do plenário maio de 2013, ele propunha, justamente, a regulamentação do trabalho sexual e a garantia de direitos trabalhistas para as profissionais da área, além do respaldo jurídico para quem corroborasse para o exercício da prostituição no país. De um lado, uma parcela do feminismo conservador classificou o projeto de lei de “PL do Cafetão” e de outro lado, ativistas prostitutas referenciavam tal projeto como “Projeto de Lei Gabriela Leite”, em homenagem a pioneira do ativismo (PRADA, 2018, p. 98).

O projeto foi arquivado em meio a debates intensos vindos de ambos as perspectivas, mas é importante destacar a conclusão de Prada (2018, p. 101) sobre o tema em específico: para ela, a regulamentação da prostituição não afastaria o

---

<sup>17</sup> Arquivado nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados em janeiro de 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=551899>

*estigma*, muito menos as noções da *puta imaginada* sobre as trabalhadoras sexuais e as mulheres em geral, do mesmo modo que a não regulamentação nunca impediu grupos de escolher ou seguir neste trabalho. Deste modo, a luta contra o *estigma* que se faz na ampliação do eco das vozes das trabalhadoras sexuais e suas perspectivas sobre seus próprios trabalhos em outros espaços que não só os territórios da prostituição se fazem urgente.

Para Monique Prada (2018, p. 32), o feminismo radical (*radfem*) ou como ela prefere chamar, o “feminismo conservador”, produz um dos principais pontos de conflito e estigmatização em torno das trabalhadoras sexuais com relação a opinião pública e o Estado. Na leitura de Prada (2018, p. 32), o feminismo radical se opõe a ideia de que a prostituição possa ser um trabalho digno de escolha por mulheres, interpretando a profissão como se ela resultasse de uma aliança com o patriarcado realizada por mulheres que, em especial, tentam escapar da fome e da miséria.

Esta vertente do feminismo vitimiza as trabalhadoras sexuais e as observa a partir de uma necessidade de salvação de um trabalho que, supostamente, precisaria acabar, porém, Prada (2018, p. 33) chama atenção de que prostitutas são mulheres e que elas não existiriam sem a prostituição, além disso, a autora evidencia que as narrativas de por ser a prostituição um trabalho precário e de exploração capitalista e atravessado por diversas violências (especialmente de gênero) não são estendidas para negar o direito trabalhistas das domésticas, ofício que também é atravessado por essas questões (PRADA, 2018, p. 43).

É válido pontuar a omissão social acerca da demanda que existe e produz o desenvolvimento do mercado sexual na sociedade contemporânea. Monique Prada (2018, p. 47) aponta que comumente nos debruçamos sobre a prostituta e suas atividades, mas quase ou nunca falamos sobre quem procura os serviços prestados pela trabalhadora sexual, inclusive, segundo ela, o feminismo conservador apoia-se em uma narrativa de opressão e violência produzida pelos clientes do mercado sexual sobre a prostituta para justificar a necessidade da extinção deste tipo de trabalho, mas essa vertente ignora que o cliente do mercado sexual é, na maioria das vezes um homem casado, e que se houvesse com quem se preocupar, Prada (2018, p. 47), adverte a necessidade de direcionar esse cuidado das feministas radicais as esposas desses clientes, argumentando que o período do serviço sexual prestado pelas prostitutas é contado no relógio e o das esposas não.

Acerca do entendimento do que se trata a prostituição, pode-se concluir que, segundo o feminismo protagonizado pelas prostitutas, ela significa o ato, realizado por pessoas adultas e em condições de consentir de oferecer serviços sexuais em troca de dinheiro ou outros bens, regular ou ocasionalmente, a partir da demanda que se estabelece no interior dos nichos do mercado sexual. E com relação a como o exercício do trabalho sexual se desenrola na sociedade, pode-se considerar que a prostituição é atravessada por *estigmas* que inferiorizam a profissão e as profissionais envolvidas neste mercado e marcam atributos de superioridade nas mulheres que não estão presentes no funcionamento do mercado sexual.

A população que faz a cidade de Londrina a partir de movimentos orientados pela economia do mercado sexual não estavam alheias a esses debates. Entre as décadas de 1970 e 2000, Edson Bezerra foi um dos principais representantes multiplicadores dessas ideias em prol da cidadania da população de prostitutas e de grupos LGBTQIA+ em Londrina, junto com aliadas chegou a fundar a extinta ONG Adé-Fidan (homem de fino trato em nagô) que recebia recursos da Organização das Nações Unidas para Educação Ciência e Cultura (Unesco), Ministério da Saúde e programas municipais e estaduais de DSTs/AIDs, de 2001 a 2004, atendendo demandas majoritariamente voltadas a educação sexual e ao trabalho sexual (LEÃO, 2007).

Neste sentido, é possível considerar que para compreender de que, de qual sentido e de que matéria é preenchido o direito a cidade das prostitutas, é necessário conhecer o movimento urbano empenhado pelo grupo, isto é, o que faz Londrina a partir de suas práticas. A princípio, as prostitutas necessitaram invadir um espaço sob o distanciamento da ordem hegemônica, mas na medida em que os seus movimentos deram resultados econômicos e sociais para a cidade, elas precisaram insistir com a ocupação em meio as tentativas de segregação. A somatória desses processos levam não só à instalação como também à promoção de transformações acerca de como a prostituta é representada e como a cidade pode ser representada no imaginário social, atribuindo boêmia para a ordeira cidade jardim, e caracterizando seus territórios a partir do lúdico, do prazer, e do relaxamento das restrições hegemônicas.

E com relação ao que faz uma cidade, segundo o feminismo protagonizado pelas prostitutas, o resgate bibliográfico de seus dilemas apontam para uma luta

contra o *estigma* da prostituição e a invasão de outros espaços que não só os territórios de prostituição, a fim de marcar um novo consenso acerca do que se trata a prostituição e lançar mão do feminismo nos espaços prostitucionais já estabelecidos.

### 3 A FORMAÇÃO DE UMA REGIÃO MORAL: MORALIDADES TERRITORIAIS E PROSTITUIÇÃO EM LONDRINA

Os capítulos anteriores discutiram os processos de *fazer cidade* das prostitutas, conforme Agier (2015), na cidade de Londrina e os dimensionaram sob o modelo explicativo *estabelecidos e outsiders*, conforme Elias (2000). Uma vez compreendida as dinâmicas dos grupos hegemônicos com relação aos territórios de prostituição no espaço urbano de Londrina. Este capítulo baliza os conhecimentos construídos até então, a fim de promover aplicabilidade analítica e interpretações, sobre as ocorrências da prostituição no espaço urbano de Londrina em contexto de pandemia de Covid-19. Para análise sociológica mobilizo uma série de notícias que fizeram a cobertura do caso e relaciono com as perspectivas de *fazer cidade* na figuração *estabelecidos e outsiders*.

#### QUADRO 3: FAZER CIDADE DAS PROSTITUTAS EM MEIO A PANDEMIA DE COVID-19

ANO	REGIÃO	PROPOSTAS
	FATO/PROBLEMA	ENTREVISTADOS
2021	Bairro Shangri-lá	Denúncia em reportagens para as autoridades públicas.
	Efeitos do lockdown sobre a prostituição em Londrina: as prostitutas passam a ocupar os territórios de prostituição durante o período diurno.	Moradores do bairro Shangri-lá e representantes da segurança pública.

**Fontes:** O próprio autor.

A pandemia atual causada pela Covid-19, originada do vírus SARS-CoV-2 ou novo coronavírus, veio produzindo repercussões não apenas de ordem epidemiológica, mas também impactos sociais, econômicos, políticos e culturais sem precedentes. A mesma pandemia tem exercido efeito sobre o sistema de saúde, a



vida e as condições de sobrevivência da população, afetando diretamente os grupos sociais historicamente vulneráveis: negros/as periféricos/as, moradores/as de favelas, povos indígenas e quilombolas, idosos/as, portadores/as de doenças crônicas e a população em situação de rua. Este contexto é fortemente agravado pelo desemprego, subemprego e ausência de acesso a rendas e/ou ao trabalho seguro. Além disso, a redução de mobilidade, o isolamento, o distanciamento social e a quarentena provocaram não só impactos maiores nas classes menos favorecidas, acompanhando a linha das desigualdades sociais como também impactos maiores sobre as segregações urbanas derivadas do movimento de *fazer cidade* dos grupos cidadãos.

O Brasil registrou 699.263 mortes confirmadas pelo novo coronavírus até o ano de 2023, segundo um levantamento do consórcio de veículos de imprensa a partir de dados das secretarias estaduais de saúde (REDAÇÃO, 2023). Situação que ocorreu apesar das medidas de contenção da transmissão do vírus que foram implantadas nos estados do país desde fevereiro, com maior ou menor intensidade, em busca de um resultado diferente. Tais intervenções incluem o isolamento de casos confirmados; o incentivo à higienização das mãos, a adoção de etiqueta respiratória e o uso de máscaras faciais caseiras; além de medidas progressivas de distanciamento social, tal qual o fechamento de escolas e universidades, a proibição de eventos em massa e de aglomerações, a conscientização da população para que permaneça em casa e até a completa proibição da circulação nas ruas.

Essas medidas indicaram novos desafios às dinâmicas de *fazer cidade* dos setores hegemônicos e marginais na cidade de Londrina, especialmente às prostitutas. Pois, as intervenções sanitárias que partiram do governo estadual orientavam, exclusivamente, atividades laborais, práticas e etiquetas hegemônicas no município, desconsiderando especificidades de, por exemplo, populações em situação de rua e trabalhadores pobres das áreas consideradas essenciais para a continuidade do desenvolvimento da cidade, esses que, inclusive, foram os mais acometidos pela doença (MONTEIRO, 2021). Logo, as medidas de contenção para a transmissão do vírus de Covid-19 estabeleceram informações e diretrizes que auxiliam a continuidade de práticas da economia de bens e serviços que derivam da sociabilidade hegemônica, mas não orientam práticas, atividades e trabalhos que emergem da margem da cidade.

Em abril de 2021, prostitutas de Belo Horizonte, capital de Minas Gerais, protestaram a favor da vacinação da categoria como grupo prioritário. Tendo em vista que a venda de serviços sexuais implica o contato entre os corpos, elas tomaram o argumento de que estavam sob alto risco de contaminação. Além disso, durante aquele período, as medidas de contenção para a transmissão do vírus de Covid-19 haviam determinado o fechamento temporário de hotéis e pequenas pensões, lugares de concentração dos territórios de prostituição e, sobretudo, do funcionamento do trabalho sexual (PIMENTEL, 2021; AFP, 2021).

Apesar deste movimento não ter sido encontrado em Londrina, no mês de janeiro de 2021, os veículos de imprensa da cidade noticiaram a relação conflituosa de uma parcela de moradores da zona oeste de Londrina com um grupo de trabalhadoras sexuais. Verificou-se, através de reportagens, que diante das medidas de contenção da transmissão do novo coronavírus, em especial o *lockdown*, algumas prostitutas optaram por realizar a oferta de seus serviços durante o dia, visto que aquela medida instituiu a proibição da circulação de pessoas pelas ruas e avenidas da cidade, sem justificativa de trabalho essencial, das 20 horas até às 5 horas, período em que esse grupo usualmente e como já visto, historicamente, exercia seus trabalhos (MARCOS, 2021).

O trânsito diurno das prostitutas, ao contrário do trânsito noturno, despertou tensões e conflitos com uma parte dos moradores do bairro Shangri-lá. Não que os moradores evitassem reclamações acerca da presença das prostitutas durante a noite, mas que o período noturno, a partir dos efeitos da instalação do *fazer cidade* das prostitutas, já havia naturalizado, de certa forma, a presença do respectivo grupo. Eles alegavam que a presença dessas pessoas, composta majoritariamente por travestis, nas esquinas e calçadas de seus bairros, oferecendo serviços sexuais à luz do dia (para clientes do mercado sexual), representavam um risco aos valores morais compartilhados entre os residentes da região e, assim, fizeram reclamações aos responsáveis pela segurança pública por interpretar a conduta dessas trabalhadoras como um atentado ao pudor.

Nota-se aqui que a invasão, primeiro agir que compõe o movimento de fazer cidade dos grupos urbanos, especificamente das prostitutas, tem sua marca temporal explicitada a partir do *lockdown*. A instalação das prostitutas neste território não é recente, como analisado anteriormente, mas os efeitos dessa instalação produziram

a naturalização e a permissibilidade de suas práticas somente no período noturno, visto que a insistência da ocupação do grupo dava-se neste horário devido as dinâmicas do mercado sexual local. Logo, essas tensões e conflitos com os grupos estabelecidos da cidade de Londrina traz à tona uma ampliação dos aspectos a serem levados em consideração para análise do *fazer cidade* de um grupo. No interior dos códigos que regem um território, o compasso do relógio também deve ser aplicado, por isso a invasão das prostitutas no período diurno sobre o mesmo território leva os moradores e a mídia de Londrina a considerar este movimento como novo, quando já está em marcha desde o princípio da cidade.

Apesar das alegações dos moradores nas notícias, é importante reforçar o fato de que não só em Londrina, mas em todo o Brasil, o exercício da prostituição não é criminalizado pelo Código Penal, inclusive, que ele é reconhecido pelo Ministério do Trabalho através da categoria “profissionais do sexo” na “Classificação Brasileira das Ocupações” (CBO - código 5198). Nesta discussão, esses fatos não se desassociam de uma questão urbana, visto que eles derivam dos movimentos de instalação e ocupação persistente das prostitutas, que a partir dos mecanismos de instalação resultaram em transformações sobre a percepção geral da categoria de prostitutas como profissionais.

Apesar de nas notícias analisadas, uma parcela de moradores do Bairro Shangri-lá reconhecer expressamente as prostitutas como profissionais, as instalações das trabalhadoras sexuais nos espaços urbanos centrais de Londrina ainda não deram conta de transformar a representação de que a simples presença e a conduta das trabalhadoras sexuais, durante o dia e em suas calçadas, não se configuravam crimes. Na cidade de Londrina não foi identificado um movimento organizado e encabeçado por prostitutas como no caso destacado em Belo Horizonte-MG. E é possível considerar que a falta de um movimento social urbano organizado estaciona possibilidades de avanço para a categoria no município de Londrina.

Diga-se de passagem, o fato de a maioria delas serem travestis e mulheres trans é importante ser destacado, visto que o pânico moral acionado no encontro de movimentos e práticas de *fazer cidade* distintos, somam riscos distintos e complementares, gênero e sexualidade, representando o risco que as travestis colocam sobre as categorias de gênero hegemônicas e o trabalho sexual em si mesmo que expõe e tensiona os limites da liberdade sexual hegemônica. Aliás, a

interseccionalidade dessas categorias também pode ser realizada, uma vez que já está posta uma confusão das categorias de “pureza” e “impureza” sexual sobre o território, a somatória de categorias de gênero dissidentes e hegemônicas tendem a aprofundar os embates entre os grupos.

Segundo a matéria de Luciane Myasaki (2021), esses moradores interpretavam a passagem diurna das prostitutas pelas ruas do bairro como a expressão ou a intenção dessas últimas de ter a conjunção forçada ou qualquer prática de ato libidinoso com supostas vítimas, ou seja, a oferta de serviços sexuais era vista como crime de atentado ao pudor. Ainda que não seja objetivo deste capítulo polemizar às alegações dos grupos de moradores aos veículos da imprensa de Londrina, faz sentido destacar que o ponto de vista das trabalhadoras segue excluído das reportagens sobre caso. Contudo, dois marcos teóricos: o feminismo protagonizado pelas prostitutas – o putafeminismo – e a perspectiva teórica antidiscriminatória desenvolvida por Monique Prada (PRADA, 2018), Amara Moira (MOIRA, 2018) e Luísa Marilac (MARILAC; QUEIROZ, 2019), apresentadas no capítulo 1, podem indicar perspectivas gerais das trabalhadoras sexuais e sua relação com o espaço urbano.

### **3.1 Prostituição e espaço urbano: a difícil vida fácil das prostitutas em tempos de pandemia**

Diante deste cenário, não é possível contornar ou omitir uma pergunta feita por Amara Moira (2018, p. 12), ao nos debruçarmos sobre o tema da prostituição. Para esse contexto, a questão da autora pode ser colocada da seguinte forma: como analisar a prostituição e suas relações com a cidade, quando no imaginário social, esse tipo de trabalho está atrelado a noções perversas de violência e ridicularização? Essa percepção sobre o trabalho sexual é notória ao analisarmos o caso em destaque pela matéria jornalística de Vinicius Buzanga (2021), intitulada “Prostituição à luz do dia perturba e amedronta moradores do Shangri-lá”.

Já no título da reportagem, nota-se que as ações associadas à palavra “prostituição” são negativas, indicando que a prostituição em si mesma é a causadora

dos problemas que atingem os moradores do Shangri-lá. O jornalismo hegemônico de Londrina segue com a função de marcar atributos negativos sobre as práticas que não orientam a cidade idealizada como “cidade jardim”, homogênea, ordeira e disciplinada, a fim de controlar e quando possível corrigir o curso de invasões dissidentes da ordem hegemônica.

Nesse sentido, ao fazermos uso da definição de trabalho sexual sob perspectiva teórica antidiscriminatória, retiramos da prática social em si a capacidade de amedrontar uma população, procurando o real problema em outro aspecto dessa relação, afinal, “De modo reto e descomplicado, podemos dizer que prostituição consiste no ato, por pessoas adultas e em condições de consentir, de trocar sexo por dinheiro ou outros bens, de modo regular ou ocasional. É basicamente uma prestação de serviço” (PRADA, 2018, p. 49).

Assim, é possível mobilizar a investigação sobre os motivos ou, melhor dizendo, os fatores, que fazem a prostituição aparecer de modo depreciativo e ameaçador para a ordem hegemônica. De um lado, Moira (2018, p. 13) indica que a associação de múltiplas realidades em torno do mercado sexual e a respectiva equiparação, como o tráfico sexual e a prostituição, serve de baliza para incitar pânico acerca do tema e dificultar a organização e a reivindicação do feminismo protagonizado pelas prostitutas. Por outro lado, Melissa Gira Grant (2014 apud PRADA, 2018, p. 35), cunhou o conceito de “puta imaginada” para denominar as imagens estereotipadas das prostitutas que são veiculadas de diversas formas, por exemplo, a da vida fácil, a trapaceira, enganadora, oprimida, louca, dominatrix, viciada em sexo etc.

Desse modo, através da reiteração sutil e constante do estigma de “ser prostituta”, a mulher ou a travesti que exerce a prostituição será vista a partir desses vieses, mas nunca como uma mulher como as outras. Justamente, Monique Prada (2018, p. 35) estabelece, em diálogo com Goffman (2004), que o estigma de “ser prostituta” foi e ainda é uma das estratégias mais eficazes de dominação patriarcal, pois gesta-se um conjunto de referências à atributos depreciativos em uma parcela de mulheres trabalhadoras para conformar a normalidade das mulheres “como as outras” – essas que deveriam ser submissas a ordem patriarcal e não as subverter – como as prostitutas.

O estigma da prostituição também tem e teve um papel fundamental na segregação urbana feminina na cidade de Londrina, a partir da autoimagem positiva dos grupos estabelecidos nos lugares de prestígio e poder da cidade, os grupos hegemônicos passaram a afastá-las das regiões centrais sempre que seus movimentos evidenciassem uma aproximação muito intensa. Contudo, a ocupação persistente das prostitutas nos espaços do centro da cidade promoveu a instalação do grupo nesses territórios, acionando outros instrumentos do poder para a manutenção da segregação.

Ainda para Prada (2018, p. 35), para que o estigma mantenha seu funcionamento é necessário deslegitimar a palavra das prostitutas que não se pareçam com o estereótipo da “puta imaginada” e assim reiterá-lo. Por essa razão, Luisa Marilac (MARILAC; QUEIROZ, 2019) defendeu o direito e a necessidade de as prostitutas se expressarem publicamente sobre o seu trabalho e até registrarem suas histórias em autobiografias, como forma de combater estigmas e como caminho para construir uma reivindicação coletivamente organizada em direção a melhores condições de vida e à cidadania plena, estabelecendo-se como sujeitas políticas de direitos para romper com a condição de vítima que a clandestinidade lhes impõe e, conseqüentemente, com a dupla identidade de ser prostituta, o compasso do movimento de fazer cidade atual das prostitutas indicam este sentido.

Acrescente-se que, outros fatores também fomentaram esse processo de exclusão e estigmatização das mulheres e travestis sob o exercício da prostituição: desde os primórdios, a literatura nos traz personagens prostitutas, mas a narrativa bíblica judaico-cristã foi e ainda é uma das responsáveis por associar a prostituição à uma prática do mal e que por isso deve ser combatida. Bem como, características de nossa configuração social, como o patriarcalismo, gestaram certa tolerância no que tange à frequência de homens nos territórios de prostituição, visto que, sob a perspectiva patriarcal, a sexualidade masculina (ao contrário da feminina) é lida como uma necessidade que precisa ser satisfeita. Logo, essa relação ambígua e contraditória da sociedade brasileira com a prostituição possibilitou a construção da ideia de que estaríamos diante de um “mal necessário” e não de uma questão social a ser amplamente debatida.

Portanto, o feminismo protagonizado pelas prostitutas no Brasil consiste em um movimento coletivo com objetivos de identificar e combater violências de gênero na

prostituição - considerada a última fronteira do feminismo (PRADA, 2018). Ao mesmo tempo, esses objetivos promovem a luta por políticas e manifestações públicas que garantam a essa população melhores condições de vida, condições que dependem de equiparação salarial entre os gêneros, regulamentação da prostituição e o direito à cidade.

Apontamos que, nas matérias jornalísticas sobre a relação conflituosa de uma parcela de moradores da zona oeste de Londrina com um grupo de trabalhadoras sexuais, a perspectiva delas não é mencionada pelos repórteres. Mas, não podemos considerar que essa omissão, intencional ou não, produza a invisibilidade das demandas de qualquer um dos grupos, pois a visibilidade das prostitutas permeia o caso e seu trânsito diurno é justificado pelo toque de recolher na cidade. Deste modo, faz sentido compreender que, a mídia corroborou com o silenciamento das prostitutas na relação às acusações dos moradores e respaldou o estigma do “ser prostituta” associada a imagem da “puta imaginada” através da deslegitimação da palavra das trabalhadoras sexuais.

É paradoxal notar que a prostituição é muito falada, porém pouco abordada. Na reportagem sobre o caso de Miyazaki (2021), intitulada “Prostituição e ameaças: moradores do Shangri-lá flagram programas sexuais”, a mídia, a população do bairro e a segurança pública da cidade encaram as prostitutas a partir de imagens estereotipadas como se esse grupo estivesse fazendo qualquer outra prática, menos um trabalho. Além disso, o discurso de policiais aparece como um instrumento de controle aos grupos de pessoas que não conseguem se integrar àquela dinâmica social do bairro, atrelada aos valores cristãos e dos costumes ligados às tarefas domésticas ou dos trabalhos essenciais, porque a conduta das prostitutas parece indicar sinais de perversão e tráfico de drogas – o que poderia ser contestado pelas trabalhadoras se fosse concedido espaços de fala.

FIGURA 4: Prostituição na imprensa contemporânea

INÍCIO / NOTÍCIAS / CIDADE

## Prostituição e ameaças: moradores do Shangri-la flagram programas sexuais

14/01/21 às 09:02 - Escrito por Redação Tarobá News

Compartilhe



Fonte: NEWS, Redação Tarobá. Prostituição e ameaças: moradores do Shangri-la flagram programas sexuais. 2021. Disponível em: <https://tarobanews.com/noticias/cidade/prostituicao-e-ameacas-moradores-do-shangri-la-flagram-programas-sexuais-R3wk2.html>. Acesso em: 28 fev. 2023.

Assim, a imprensa local firma virtudes, supostamente compartilhadas pelos moradores, ratifica o sentido original do planejamento urbano daquele espaço como “cidade jardim” e publiciza a tensão com relação as “recém-chegadas”. No entanto, a cidade de Londrina possui uma história íntima com o mercado sexual, ela foi reconhecida como a antiga capital do café pela história oficial e interpretada como a antiga capital da prostituição e da jogatina no país pela história vista de baixo. Lembrando Bennati (1996), a planta da cidade de Londrina já preestabelecia lugares de funcionamento para a prostituição, a estratégia do poder público era de segregação e confinamento, de modo que, a prostituição teria um lugar diferenciado que favoreceria a visibilidade das estigmatizadas, a vigilância de suas ações e o fácil controle dessas formas de ser na cidade. Além disso, “A prostituição, controlada e mantida como um mundo à parte, afastado da convivência das famílias, não aparecia como uma afronta à moralidade da sociedade dominante.” (BENNATI, 1996, p. 116).

Mas, sob a abordagem metodológica de Michel Agier (2015), foi possível apontar e analisar processos de resistências e autoafirmação do grupo sob um



movimento próprio de *fazer cidade* ligados aos efeitos de invasão, ocupação e instalação a longo prazo, assinalar esses três efeitos foi fundamental para observar transformações com relação a mudanças no modo como as prostitutas são interpeladas e ao significado de direito a cidade para o grupo.

Por isso, na medida em que as trabalhadoras sexuais alteram seus horários de trabalho, passando a transitar pelas ruas da mesma região durante o dia, essas mulheres e travestis não só dificultam o controle e a vigilância de suas condutas, “confundindo-se” entre as mulheres e pessoas que não estão ligadas ao mercado sexual como também revelam um movimento de *fazer cidade*, invadindo territórios, ocupando insistentemente e se instalando através das dinâmicas do mercado sexual. Como uma cidade planejada e orientada por ideais e anseios bem delimitados pelo poder público, Londrina desenvolveu-se sob moralidades específicas: uma orientada pelos lucros da economia cafeeira e da família nuclear e outra orientada pelas migrações marginais, daqueles que não conseguiram se estabelecer na cidade segundo a primeira orientação hegemônica, relacionando a prostituição de forma direta aos espaços urbanos.

Fazendo lembrar as teorizações de Robert Park (1967, p. 28), quem considera a cidade dotada de uma organização física e uma organização moral, dessa forma, ambas se relacionam mutuamente de modos característicos e são reflexo dos fatores de vizinhança e ideais norteados pela planta da cidade. Justamente, a organização moral da vizinhança da zona oeste de Londrina contrasta com a organização da prostituição. Embora coexistam na mesma organização física, cada uma estabelece suas funções em períodos distintos.

### **3.2 Prostituição e segregação socioespacial**

A partir dos anos 1980, a inserção de perspectivas feministas no campo dos estudos urbanos passou a reconhecer e identificar as relações sociais de gênero ligadas a produção do espaço. Além disso, teóricas europeias e norte-americanas construíram uma crítica mais consistente à visão universalista contida pelo urbanismo moderno - esse que tinha como referência o sujeito homem, branco, cis-hétero - para

arquitetar a planta da cidade, desconsiderando outras experiências, necessidades e usos urbanos determinados pelos papéis de gênero (MOURA, 2021, p. 12)<sup>18</sup>.

Segundo o levantamento bibliográfico de Gabriela Moura (2021, p. 13), as investigações contemporâneas sobre prostituição e espaço urbano indicam que as plantas das cidades modernas e a respectiva organização dos trabalhos no tecido urbano refletem o estigma do “ser prostituta” na dicotomia entre “a puta imaginada” e as mulheres como as outras. Apesar da definição antidiscriminatória da prostituição contribuir para a desmistificação da atividade, Rago (1990 apud MOURA, 2021, p. 13), argumenta que o conceito da prostituição e o moderno mercado sexual, contribuem para a delimitação no espaço urbano de duas identidades bem definidas e separadas: a boa mulher de família e a “puta imaginada”. Deste modo, a primeira é incentivada a estabelecer um trânsito diurno nos espaços públicos e, ao mesmo tempo, condicionada a dedicar-se às tarefas domésticas, enquanto a segunda deveria se ater ao trânsito noturno, mas em territórios bem definidos para não ter contato com as demais.

No contexto de formação das cidades brasileiras, em especial a de Londrina, a criação de “zonas confinadas” tornou-se uma prática de segregação socioespacial em meio a políticas urbanas voltadas à organização da vida na cidade de modo separado, ordenado e higienizado, isto é, os poderes públicos promoviam a separação e delimitação espaços e as respectivas ações que ali poderiam ser feitas. Logo, a prostituição se desenrolava a partir de um setor bem delimitado e escondido, para servir ao uso tolerado da prostituição.

Assim, as prostitutas ficariam confinadas nesse espaço urbano, enquanto as “mulheres de bem da boa moral e dos bons costumes” permaneceriam no âmbito da

---

<sup>18</sup>Faz sentido mencionar o manifesto “What would a non-sexist city be like? Speculations on Housing, Urban Design and Human Work, de Dolores Hayden (1980 apud MOURA, 2021), no qual o contexto de construção dos subúrbios estadunidenses é analisado como zonas residenciais, assinalando o eixo da classe média – onde as construções são fundamentadas num projeto de expansão da cidade de caráter funcionalista separando os locais de moradia, comércio e trabalho, somado a uma concepção tradicional de família, papéis sociais de gênero e divisão sexual do trabalho – que visa confinar as mulheres nas tarefas domésticas e de cuidado das crianças e dos homens no âmbito privado da casa, segregando-as nas zonas específicas da cidade, comumente as periferias.

casa, com potencial e legítimo trânsito diurno e público, embora condicionadas as tarefas domésticas e de cuidado das crianças. Já as “zonas confinadas” de prostituição: “[...] funcionariam para delimitar, portanto, os espaços específicos da cidade ocupados por “mulheres direitas” e prostitutas, sob risco de penalização quando as barreiras fossem transpostas. Já o homem era incentivado a circular entre ambas as áreas” (MOURA, 2021, p. 13).

Destarte, essas delimitações do espaço urbano orientadas pelo estigma de ser ou não ser uma prostituta, gestam moralidades territoriais quando o trânsito diurno representa a afirmação de valores morais positivos de maternidade, casamento e civilidade, que só são positivos devido aos aspectos negativos atribuídos a quem romper com essa norma valorativa. Então, as medidas de contenção da pandemia de covid-19, especialmente, o lockdown, criaram impactos maiores do que os previstos, pois alterou os modos de ir e vir na cidade e nesse caso, explicitou barreiras territoriais invisíveis: barreiras morais.

Sendo possível interpretar tais barreiras como produto das relações de poder que atravessam as dinâmicas de *fazer cidade* dos setores hegemônicos – *estabelecidos* – e das trabalhadoras sexuais – as de fora do anseio de cidade hegemônica – *outsiders*. O *estigma* de “ser prostituta” é utilizado pelos setores hegemônicos, a partir dos lugares de prestígio e poder, para frear a marcha das prostitutas sobre a cidade, pois suas práticas não são próximas ou estão alheias ao desejo de cidade ideal desses grupos. Assim, os *estabelecidos* cerram fileiras morais estigmatizando as *outsiders*, impedindo exercícios de cidadania básicos através do *estigma* como o direito ao trabalho e o direito de ir e vir que fica exposto sob a luz do dia graças ao *lockdown* e a capacidade de invasão das prostitutas.

Tendo em vista os aspectos destacados no estudo deste caso, podemos considerar que, o conflito de uma parcela de moradores da zona oeste de Londrina com um grupo de trabalhadoras sexuais pode ser interpretado como resultado de funções socioespaciais distintas atribuídas por cada grupo àquele determinado território. Por um lado, a ordem hegemônica da cidade, estabelecida pelo poder público e seus instrumentos de poder, como a mídia e a segurança pública, delimitaram o espaço urbano em destaque com uma função estritamente residencial e comercial. Por outro lado, uma parcela de prostitutas, diante das medidas de

contenção da pandemia da Covid-19, atribui àquele mesmo território a função de trabalho durante o período diurno.

Dessa forma, os estabelecidos resistem a criação de uma nova função ao seu território, fazendo uso da estigmatização sobre as outsiders para que essas continuem separadas de seus vínculos e redes de sociabilidades mais próximas, atribuindo a esse grupo noções de diferença que desqualificam as prostitutas enquanto qualifica-se o próprio grupo como superior e por isso detentor de poder sobre aquele bairro. E esse processo de estigmatização e até mesmo o movimento de “expulsão” das prostitutas daquele espaço urbano, só é funcional na medida em que os moradores do bairro que reivindicam tal separação estão alinhados ao que fora projetado pela planta da cidade para aquela região.

Ao mesmo tempo, o fato de a mídia e a segurança pública compartilharem das mesmas noções corrobora para que as prostitutas se mantenham na condição de outsider ou “invasora” daquele bairro. Interessante observar que, caso as trabalhadoras sexuais também pudessem ter um local de fala na reportagem, com direito a entrevistas, a imagem estereotipada das prostitutas poderia ser colocada em questão, com a possibilidade de compartilhar a percepção de que aquelas mulheres e travestis estavam tão somente trabalhando e se adaptando a um novo contexto que proibia sua respectiva circulação pelas ruas no período noturno.

Constata-se que, a função socioespacial de cada grupo sobre o mesmo território é acompanhada de valores morais distintos, que podem ser analisados pela perspectiva de moralidade territorial, em que um corresponde a ordem moral hegemônica – da família patriarcal e valores cristãos – e outro da marginalidade. Enfim, uma análise pormenorizada do caso, à luz da sociologia urbana, indica que, o cerceamento naturalizado das capacidades de invasão, ocupação insistente e instalação que corroboram para a reivindicação direito à cidade das prostitutas atinge de forma direta a condição de cidadania deste grupo. Elas tendem a compartilhar de uma condição próxima ao que Jessé Souza (2012 apud ROMFELD, 2020, p. 06) assinalou como “subcidadania”, isto é, por ocuparem uma posição marginal na sociedade brasileira, elas passam a fazer parte de uma marginalidade estrutural, essa que é naturalizada pela reprodução do estigma de “ser prostituta” dentro do padrão de cidadania. Então, seus direitos não são negados de forma direta, como se pudessem ser assinalados em notícias de forma explícita, por exemplo, “prostitutas

não podem se prostituir durante o dia, somente a noite”, mas são suspensos de forma indireta pela criminalização de condutas próximas a da profissão e pela reiteração de estigmas que fazem suas palavras entrarem em descrédito e deslegitimação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados desta pesquisa sugerem possibilidades de ampliação do conhecimento acerca das transformações urbanas promovidas pelas prostitutas na cidade de Londrina e aponta para outras formas de interpretar a segregação urbana a partir da prostituição nesta cidade. Debruçar-se sobre as práticas, as ações e os códigos que conformam o movimento de *fazer cidade* das prostitutas colaborou com a divulgação de processos que impulsionam o movimento necessário para a existência de Londrina: o anseio por uma “cidade jardim”, ordeira e pacificada e o anseio por uma “cidade boemia”, lugar do exercício da diversão e da liberdade sexual.

Londrina é feita, essencialmente, de movimentos, de um lado ela é feita do apelo de setores hegemônicos por uma cidade ideal, homogênea e higiênica, que aponta para um horizonte de ação desses grupos no meio urbano. Sob o modelo explicativo de *estabelecidos* e *outsiders* foi possível visualizar que através da ocupação desde longa data dos lugares de prestígio e poder, os grupos hegemônicos, ligados a CTNP, poderes públicos e a ordem estabelecida, puderam diminuir o compasso da invasão das prostitutas, confinar suas práticas e até separá-las dos demais grupos através do uso e das funções do *estigma* da prostituição.

Ao compreender a cidade de Londrina a partir do vazio deixado por setores hegemônicos, foi possível analisar os mecanismos utilizados pelas prostitutas para territorializar espaços a partir da carência de espaços de lazer, propiciando o relaxamento das restrições impostas pela civilização e fazendo emergir *regiões morais*, pontos de contato entre os horizontes de ação dos grupos que transformam o urbano. Esses territórios de prostituição podem ser vistos não só como fato social, geográfico ou cultural, mas como um lugar de fronteira epistemológico capaz de apresentar a política que manifesta a existência, as transformações e reproduções para a construção da cidade de Londrina. Tendo em vista que a figura da prostituta é a fronteira e o limite da figura feminina hegemônica, as suas práticas conformam outras formas de expressão de gênero e sexualidade a favor da construção de uma outra cidade de Londrina norteada por ideais dissidentes do projeto hegemônico.

A revisão de obras que produziram análises acerca de uma Londrina tensionada por práticas da prostituição evidenciou a construção desta cidade a partir

da agência dos grupos contrahegemônicos. Junto com a coleta de dados da manifestação do tema da prostituição nos espaços jornalísticos também foi possível assinalar que os meios de comunicação de Londrina buscavam apresentar uma cidade harmoniosa e tranquila, destacando o horizonte da “cidade jardim”, e denunciar fatos problemas quando movimentos que destoam desse horizonte se encontram com práticas centrais.

O encontro do centro com as margens, isto é, de duas concepções diferentes de *fazer cidade* tornam-se o ponto focal para se compreender e interpretar os processos que emanam da cidade de Londrina. Uma vez que os jornais demarcavam o que é a “cidade jardim”, a “capital mundial do café”, eles também demarcavam o que constitui o centro hegemônico e o que constitui territórios marginais, compostos por pessoas que “se perderam” no caminho a cidade central e anseiam por outros dissidentes horizontes. É fato que não existem nos jornais, perspectivas e registros das prostitutas com relação aos seus movimentos urbanos, somente a dos boêmios – homens que frequentavam lugares da prostituição, mas não pertenciam a ela, por isso debruçar-se sobre o reflexo das ações das prostitutas nos jornais, foi a maneira encontrada para captar o modo que elas tiveram para transcender as delimitações de cidade impostas: a prostituição de rua.

Diga-se de passagem, esta pesquisa não teve a intenção de realizar uma etnografia, entrevistas ou coleta de dados direta com trabalhadoras sexuais, visto que, o período de sua realização, isto é, de 2021 a 2022, foi marcado pela pandemia de Covid-19 e pela falta de acesso a vacinação. Nesse sentido, uma etnografia voltada a preencher essa lacuna documental acerca de perspectivas e registros das prostitutas com relação aos seus movimentos urbanos não era possível. Contudo, o objetivo geral da pesquisa, expressa nessas considerações finais, apontam que essa ausência não prejudica as contribuições alcançadas, pois o trabalho perseguiu desde o princípio a favor de uma renovação teórica e atualização conceitual para se tratar da prostituição em sociologia urbana. A mobilização dos dados e a operacionalização dos conceitos de *fazer cidade* na figuração *estabelecidos* e *outsiders* indicam por fim um novo, ou melhor dizendo, um atualizado olhar sobre as práticas da prostituição na cidade de Londrina.

Da cidade de Londrina, orientada pela economia do café, de bens e serviços, as matérias jornalísticas hegemônicas marcavam virtudes morais e cívicas positivas

com relação aos atributos negativos dos recém-chegados à periferia. Tomando a prostituição como prática dissidente limite, a separação desses espaços, sujeitos e práticas ocorriam em nome do apelo por uma cidade ordeira e higienizada, onde os setores hegemônicos constituíam o compasso de fazer cidade e buscavam, assim, controlar e disciplinar os territórios marginalizados.

A função do estigma foi fundamental para compreender as relações de poder que interpelam os movimentos de fazer cidade de cada grupo, pois os jornais hegemônicos mantinham a autoimagem positiva dos grupos estabelecidos na demarcação de atributos negativos aos territórios de prostituição. Portanto, a figura da prostituta representa para Londrina o limite da liberdade das mulheres e sujeitos que ocupam espaços hegemônicos. Além do limite territorial, existe o limite do código que impõe normas, regras e valores, por isso movimentos de transitar na cidade, que restringem o trânsito de prostitutas em horários e lugares específicos. Pode-se interpretar que a segregação urbana a partir da prostituição na cidade de Londrina acontece a partir do encontro de práticas, ações e condutas que orientam o horizonte de cidade ideal de cada grupo, a proximidade do anseio de um e outro grupo sobre a cidade desperta conflitos, tensões e disputas sobre o espaço urbano. Principalmente porque as prostitutas e suas práticas não fazem parte dos padrões de fazer cidade que orientam a cidade hegemônica.

Enfim, a pesquisa fecha as questões que abriu no projeto de sua elaboração, são elas: (1) De que, de qual sentido e de que matéria se constitui Londrina como “cidade jardim” e como “capital da boêmia” no fazer cidade dos cidadãos? A cidade jardim é constituída por ordenação, estratificação, hierarquização e higienização, são esses sentidos que orientam grupos hegemônicos nos lugares de prestígio e poder para promover ações no meio urbano e frear movimentos de fazer cidade dissidentes como os da cidade boêmia, norteadas pela liberdade sexual e lazeres. (2) O que caracteriza os territórios de prostituição sob uma e outra perspectiva? Os territórios de prostituição são caracterizados como lugares ilícitos pela perspectiva da cidade jardim e como lugares de relaxamento das restrições pela cidade boêmia. Além disso, é nos territórios de prostituição que sob a perspectiva do anseio por uma cidade boêmia é que identidades e práticas ilícitas ganham inteligibilidade e possibilidades de construção e sociabilidade.



(3) Como se configura a marginalização desses territórios de prostituição e de seus grupos em relação ao centro da “cidade jardim”? Através de lugares e prestígio e poder, os setores hegemônicos cerceiam e marginalizam o movimento de fazer cidade das prostitutas. (4) Quais as suas funções com relação a “cidade jardim”? Relaxamento das restrições pela cidade boêmia, à luz das ideias de Elias e promoção da economia local devido ao sucesso de empreendimentos que deram a fama a cidade de Londrina como capital da boêmia no norte do Paraná. (5) Nesta discussão, é possível atualizar o conceito de região moral? Ao compreender a cidade de Londrina a partir do vazio deixado por setores hegemônicos, foi possível analisar os mecanismos utilizados pelas prostitutas para territorializar espaços a partir da carência de espaços de lazer, propiciando o relaxamento das restrições impostas pela civilização e fazendo emergir regiões morais, pontos de contato entre os horizontes de ação dos grupos que transformam o urbano. (6) E segundo o feminismo protagonizado pelas prostitutas, o que faz e desfaz uma cidade permanentemente? Para o feminismo protagonizado pelas prostitutas, a cidade é feita a partir de seus movimentos, mas a partir da produção e reprodução de *estigmas* pelo centro hegemônico, essa mesma cidade é desfeita e tensionada pela luta do putafeminismo a favor da eliminação desses *estigmas*.

## REFERÊNCIAS

- AFP. **Prostitutas de Belo Horizonte em greve para exigir vacinas anticovid.** 2021. Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2021/04/06/interna\\_internacional,1254348/prostitutas-de-belo-horizonte-em-greve-para-exigir-vacinas-anticovid.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2021/04/06/interna_internacional,1254348/prostitutas-de-belo-horizonte-em-greve-para-exigir-vacinas-anticovid.shtml). Acesso em: 06 mar. 2023.
- AGIER, Michel. DO DIREITO À CIDADE AO FAZER-CIDADE. O ANTROPÓLOGO, A MARGEM E O CENTRO. **Mana**, [S.L.], v. 21, n. 3, p. 483-498, dez. 2015. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0104-93132015v21n3p483>.
- AUGÉ, Marc. **Não Lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papírus, 1994.
- AVANCINI, Carolina. **Londrina: tráfico e prostituição assustam motoristas.** 2009. Disponível em: <https://www.bonde.com.br/bondenews/londrina/londrina-traffic-e-prostituicao-assustam-motoristas-113357.html>. Acesso em: 05 mar. 2023.
- BARNABÉ, Marcos Fagundes. **A organização do território e o projeto da cidade: o caso da Companhia de Terras Norte do Paraná. São Carlos**: 1989. Dissertação de Mestrado. Departamento de Arquitetura e Planejamento da Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo.
- BENATTI, Antonio Paulo. **O Centro e as margens**: boemia e prostituição na "capital mundial do café" (londrina: 1930-1970). 1996. 241 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1996.
- BENEVIDES, Bruna G. (org.). **Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021.** Brasília: Antra, 2022. 144 p. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2022/01/dossieantra2022-web.pdf>. Acesso em: 19 set. 2022.
- Buzanga, Vinicius. **Prostituição a luz do dia perturba e amedronta moradores do Shangri-la.** 2021 Disponível em: <https://ricmais.com.br/noticias/prostituicao-a-luz-do-dia-perturba-e-amedronta-moradores-do-shangri-la/>. Acesso em: 21 jan. 2022
- DOUGLAS, Mary. **Pureza e Perigo**: ensaio sobre a noção de poluição e tabu. Rio de Janeiro: Edições 70, 1966. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1861113/mod\\_resource/content/1/pureza-e-perigo-mary-douglas.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1861113/mod_resource/content/1/pureza-e-perigo-mary-douglas.pdf). Acesso em: 20 fev. 2023.
- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. **A busca da excitação.** Rio de Janeiro: Difel, 1992. 431 p.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders.** Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

ELORZA, Telma. **Travestis ficam nuas e ninguém faz nada**. 2020. Disponível em: <https://olondrinense.com.br/travestis-ficam-nus-na-rua-e-ninguem-faz-nada/>. Acesso em: 05 mar. 2023.

EUFRÁSIO, Mário Antônio. **Estrutura urbana e ecologia humana: A escola sociológica de Chicago (1915- 1940)**. São Paulo: Ed 34, 1999

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 51. ed. São Paulo: Global, 2006. 727 p.

GOFFMAN, Erving. **ESTIGMA: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. São Paulo: Mathias Lambert, 2004. Disponível em: [https://www.mprj.mp.br/documents/20184/151138/goffman,erving.estigma\\_notassobreamanipulacaodaidentidadedeteriorada.pdf](https://www.mprj.mp.br/documents/20184/151138/goffman,erving.estigma_notassobreamanipulacaodaidentidadedeteriorada.pdf). Acesso em: 20 jan. 2022.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem política e econômica. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (org.). **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p. 49-64.

GRIMES, Priscila Regina Carneiro. BECO DA BANANEIRA OU DA GONORRÉIA?: PROSTITUIÇÃO E DISCIPLINAMENTO DO ESPAÇO URBANO NOS PROCESSOS CRIMINAIS EM ITAJAÍ/SC (1964-1980). In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO: DESAFIOS ATUAIS DOS FEMINISMOS, 10., 2012, Florianópolis. **Anais Eletrônicos**. Florianópolis: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 2012. p. 01-11.

HELENE, D. **“Preta, Pobre e Puta”**: a segregação urbana da prostituição em Campinas – Jardim Itatinga. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional. Rio de Janeiro, 2015.

HOWARD, Ebenezer. **Cidades jardins do amanhã**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

KULAITIS, Fernando. A relação estabelecidos-outsiders na teoria de Norbert Elias: considerações acerca do caráter processual das sociedades, da formação da autoimagem e do equilíbrio de poder. **Revista Vernáculo**, [S.L.], v. 1, n. 4, p. 59-68, 30 abr. 2001. Universidade Federal do Paraná. <http://dx.doi.org/10.5380/rv.v1i4.18152>.

LEÃO, Silvana. **Adé-Fidan não existe mais**. 2007. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/cidades/ade-fidan-nao-existe-mais-600613.html>. Acesso em: 05 mar. 2023.

LEITE, G. S. **Eu, mulher da vida**. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1992.

LEITE, Gabriela. **Filha, mãe, avó e puta**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

LEME, Edson Holtz. **Noites Ilícitas: histórias e memórias da prostituição**. 2. ed. Londrina: Eduel, 2018. 252 p.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Mito e Significado**. Lisboa: Edições 70, 1978.

MAIS, Ric. **Prostituição à luz do dia perturba e amedronta moradores do Shangri-la**. 2021. Disponível em: <https://ricmais.com.br/noticias/prostituicao-a-luz-do-dia-perturba-e-amedronta-moradores-do-shangri-la/>. Acesso em: 05 mar. 2023.

MARILAC, Luísa; QUEIROZ, Nana. **Eu, travesti**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2019.

MARCOS, G. **Prostituição a luz do dia perturba e amedronta moradores da zona oeste de Londrina**. 2021 Disponível em: <https://ricmais.com.br/noticias/prostituicao-a-luz-do-dia-perturba-e-amedronta-moradores-da-zona-oeste-de-londrina/>. Acesso em: 19 jan. 2022.

MARQUES, Rodrigo. **Pontos de tráfico e prostituição são alvos de operação policial em Londrina**. 2016. Disponível em: <https://tnonline.uol.com.br/noticias/londrina/,378817,07,07,pontos-de-traffic-e-de-prostituicao-sao-alvos-de-operacao-policial-em-londrina?d=1>. Acesso em: 05 mar. 2023.

MAZZARIOL, Regina Maria. **Mal necessário**: Ensaio sobre o confinamento da prostituição na cidade de Campinas. Tese (Mestrado em Antropologia Social) - IFCH/UNICAMP, Campinas, 1977.

**MEU amor, Londrina é trans e travesti**. Intérpretes: Christiane Lemes. Londrina: S.I., 2019. (12 min.), color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=e0W05to1XII&t=289s>. Acesso em: 28 fev. 2023.

MIYAZAKI, Luciane. **Prostituição e ameaças: moradores do Shangri-la flagram programas sexuais**. 2021. Disponível em: <https://tarobanews.com/noticias/cidade/prostituicao-e-ameacas-moradores-do-shangri-la-flagram-programas-sexuais-R3wk2.html>. Acesso em: 21 abr. 2022.

MOIRA, Amara. **E se eu fosse puta?** São Paulo: Hoo Editora, 2018.

MONTEIRO, Paulo. **Mexendo no negócio: querem tirar o ponto das primas**. 2013. Disponível em: <https://www.bonde.com.br/jornal-nosso-dia/noticias/mexendo-no-negocio-querem-tirar-o-ponto-das-primas--460832.html>. Acesso em: 05 mar. 2023.

MONTEIRO, Danielle. **Pandemia de Covid-19 muda perfil de população em situação de rua**. 2021. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/pandemia-de-covid-19-muda-perfil-de-populacao-em-situacao-de-rua>. Acesso em: 06 mar. 2023.

MOURA, Gabriela Pinto de. Prostituição e espaço urbano: a perspectiva putafeminista nos escritos de três prostitutas ativistas brasileiras. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, [S.L.], v. 23, p. 1-20, 29 nov. 2021. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR)**. <http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202127>.

NEIBURG, Frederico. Apresentação à edição brasileira. In: ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000. p. 07-13.

NEWS, Redação Tarobá. **Prostituição e ameaças: moradores do Shangri-la flagram programas sexuais**. 2021. Disponível em: <https://tarobanews.com/noticias/cidade/prostituicao-e-ameacas-moradores-do-shangri-la-flagram-programas-sexuais-R3wk2.html>. Acesso em: 05 mar. 2023

ORISKASA, Micaela. **Prostituição - Escravas das ruas de Londrina**. 2011. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/cidades/prostituicao---escravas-das-ruas-de-londrina-771582.html>. Acesso em: 05 mar. 2023.

PARANÁ, Redação Bem; LONDRIX, Agência. **Disputa por mercado do sexo é suspeita por crimes em série**. 2009. Disponível em: <https://www.bemparana.com.br/noticia/disputa-por-mercado-do-sexo-e-suspeita-por-crimes-em-serie-98227>. Acesso em: 05 mar. 2023.

PARK, Robert Ezra. A CIDADE: SUGESTÕES PARA A INVESTIGAÇÃO DO COMPORTAMENTO HUMANO NO MEIO URBANO. In: VELHO, Otávio Guilherme (org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. p. 25-67.

PERLONGHER, Nésthor. **O negócio do Michê: a prostituição viril em são paulo**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008. 271 p.

PERLONGHER, Nésthor. **O negócio do Michê: prostituição viril em são paulo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. 275 p.

PERLONGHER, Néstor. Territórios Marginais. **Saúde-loucura**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 49-69, maio 1993.

PIMENTEL, Thais. **Quase duas mil prostitutas fazem paralisação por vacina em Belo Horizonte**. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2021/04/02/quase-duas-mil-prostitutas-fazem-paralisacao-por-vacina-em-belo-horizonte.ghtml>. Acesso em: 10 mar. 2022.

PISCITELLI, Adriana. Apresentação: gênero no mercado do sexo. **Cadernos Pagu**, [S.L.], n. 25, p. 7-23, dez. 2005. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-83332005000200001>

PRADA, Monique. **Putafeminista**. São Paulo: Veneta, 2018.

PUBLICAÇÃO. **Bairro nobre é cercado pela prostituição**. 2000. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/cidades/bairro-nobre-e-cercado-pela-prostituicao-263583.html>. Acesso em: 20 fev. 2023.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993, 269 p.

RAGO, M. **Os prazeres da noite: Prostituição e Códigos da Sexualidade Feminina em São Paulo (1890-1930)**. Tese (Doutorado) – Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1990.

REDAÇÃO. **Coronavírus: Brasil chega a 699.263 mortes em 37.076.053 casos confirmados | Relatório diário**. 2023. Disponível em: <https://www.tudoocelular.com/tech/noticias/n154352/coronavirus-brasil-mundo-relatorio-covid-19.html>. Acesso em: 06 mar. 2023.

ROCHA, Fernando. **Prostituição irrita moradores da Zona Oeste**. 2008. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/cidades/prostituicao-irrita-moradores-da-zona-oeste-632406.html>. Acesso em: 20 fev. 2023

ROCHA, Fernando. **Prostituição irrita moradores da Zona Oeste**. 2008. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/cidades/prostituicao-irrita-moradores-da-zona-oeste-632406.html>. Acesso em: 05 mar. 2023.

ROLIM, Rivail Carvalho. **O policiamento e a Ordem**: histórias da polícia em Londrina: 1948-1962. Londrina: Editora Uel, 2013. Disponível em: [http://www.uel.br/editora/portal/pages/arquivos/policiamento\\_DIGITAL.pdf](http://www.uel.br/editora/portal/pages/arquivos/policiamento_DIGITAL.pdf). Acesso em: 20 fev. 2023

ROMFELD, Victor Sugamoto. PROSTITUIÇÃO BRASILEIRA E COVID-19: a difícil “vida fácil” das prostitutas em tempos de pandemia<sup>1</sup>. In: ROMFELD, Victor Sugamoto. **Pandemia e crises: percepções jurídicas e sociais**. São Paulo: Even 3 Publicações, 2020. p. 01-13.

SANTIN, Wilhan. **O melhor preço está na Leste Oeste**. 2008. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/cidades/o-melhor-preco-esta-na-leste-oeste-641285.html>. Acesso em: 05 mar. 2023.

SCHWARCZ, Lilia Mortiz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. 273 p.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter. **A escrita da história: Novas perspectivas**. São Paulo: Editora da Unesp, 1992. Cap. 1. p. 39-63.

SILVEIRA, Fábio; GONÇALVES, Juliana. **Vereador defende criação de área para prostituição em Londrina**. 2013. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/vereador-defende-criacao-de-area-para-prostituicao-em-londrina-7lstzv9mp1m0klm5capmn1isp/>. Acesso em: 05 mar. 2023.

SIMAS, Luiz Antônio. **Umbandas**: uma história do Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

SIMÕES, Soraya Silveira. Identidade e política. **Revista de Antropologia da Ufscar**, [S.L.], v. 2, n. 1, p. 24-46, 1 jun. 2010. Revista de Antropologia da UFSCar. <http://dx.doi.org/10.52426/rau.v2i1.20>.

SOUZA, Marcelo L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná, E. de; GOMES, Paulo Cesar da C.; CORRÊA, Roberto L. (org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 77-116.

TAVOLARI, Bianca. Direito à cidade: uma trajetória conceitual. **Novos Estudos**, São Paulo, v. 1, n. 104, p. 93-109, mar. 2016. Quadrimestral.

WACQUANT, Loïc. Que é gueto?: construindo um conceito sociológico. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, p. 155-164, nov. 2004.